

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

ESTRUTURAS DIFERENCIADAS DE GOVERNO MUNICIPAL

Dante Martorano

Dissertação submetida à Universidade Federal
de Santa Catarina para obtenção do grau de
Mestre em Direito.

Julho/1983.

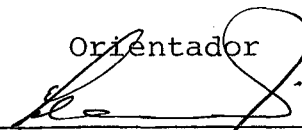
ESTRUTURAS DIFERENCIADAS DE
GOVERNO MUNICIPAL

Dante Martorano

Esta Dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Ciências Humanas, Especialidade Direito, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

Prof. Osvaldo Ferreira de Melo

Orientador



Prof. Paulo Henrique Blasi

Coordenador do Curso

Apresentada perante a banca examinadora composta dos Professores:

Prof. Osvaldo Ferreira de Melo

Prof. Osni de Medeiros Régis

Prof. Ari Kardec Bosco de Melo

Ao dedicar este estudo à memória de meu pai Egydio Martorano, por vinte e nove anos Presidente do Conselho Municipal de São Joaquim, e de minha mãe Eulália Brazil Martorano, uma vida inteira de assistência a carentes em Municípios pobres, homenageio todos os municipalistas do País, e com eles me identifico.

SUMÁRIO

Dedicatória	
Resumo	
Abstract	
1. INTRODUÇÃO	01
2. DIVISÃO DO ESPAÇO GEOGRÁFICO	05
2.1 – Regiões homogêneas, polarizadas e regiões programas, para os efeitos do planejamento econômico	05
2.2 – Microrregiões e o IBGE	06
2.3 – Autonomia municipal e microrregiões	06
3. NECESSIDADE DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS POLÍTICO-JURÍDICAS	11
3.1 – Tipos de estruturas	11
3.2 – O município e a erradicação da miséria	12
3.3 – Estruturas temporárias	14
4. AS MEGALÓPOLES	19
4.1 – Fato demográfico	19
4.2 – Um município só	20
4.3 – Humanização da megalópole	21
4.4 – Consentimento das populações	23
5. ÁREAS METROPOLITANAS	29
5.1 – As normas constitucionais	29
5.2 – Conselho deliberativo	30
5.3 – Política da área metropolitana	31

6. AGLOMERADOS URBANOS	35
6.1 - O êxodo rural e suas causas	35
6.2 - O caos urbano	36
6.3 - Estrutura municipal	38
6.4 - Planejamento integrado	39
7. MUNICÍPIO DE ÁREA RURAL	43
7.1 - O esvaziamento populacional	43
7.2 - Ação fortalecedora	44
7.3 - A transformação	46
8. MUNICÍPIOS NÃO AUTÔNOMOS	52
8.1 - A quebra da evolução municipalista	52
8.2 - A atuação dos outros poderes no município	53
9. RESERVAS INDÍGENAS	56
9.1 - Tutela do índio	56
9.2 - Estrutura específica de governo local nas reservas	56
10. ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL	60
10.1 - Fundamentação	60
10.2 - O passado	61
10.3 - Questões constitucionais	62
11. NORMATIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO	66
11.1 - Histórico	66
11.2 - Espontaneidade do associativismo	67
12. AS ENTIDADES MUNICIPAIS JURÍDICAS E SUA FORMA JURÍDICA	70
12.1 - Entidades de direito privado	70
12.2 - Tipos de associativismo municipal	71

12.3 - Outras formas de cooperação	75
12.4 - Conclusão	76
13. ASSOCIAÇÃO MUNICIPAL E OS ESTADOS-MEMBROS	78
13.1 - Avaliação do desempenho	78
13.2 - O maiores óbices	81
13.3 - Consolidação regional	82
13.4 - Uma associação pioneira	83
14. ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS EM SANTA CATARINA E MICRORREGIÕES	89
14.1 - Origem e implantação	89
14.2 - Associações típicas	90
14.3 - O desempenho	92
15. ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS	99
15.1 - Exemplo de associativismo municipal	99
15.2 - A ACAFE	100
15.3 - Resultados do pioneirismo	102
16. ESTRUTURAS MUNICIPAIS DIFERENCIADAS EM SANTA CATARINA	105
16.1 - Enumeração	105
16.2 - A Grande Florianópolis	105
16.3 - Aglomerados urbanos em formação	109
16.4 - Balneário de Camboriu	111
16.5 - Planejamento integrado	112
16.6 - Plano de desenvolvimento urbano do Estado de Santa Catarina	113
16.7 - Conclusões do plano	115

17. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA MICRORREGIÃO	121
17.1 - O caminho do homem: proposta para Santa Catarina	121
17.2 - Representação política e microrregião	122
17.3 - O voto distrital	122
18. O DESAFIO DA ABERTURA POLÍTICA	124
18.1 - Poder político popular	124
18.2 - Descentralização e associativismo municipal	124
18.3 - Descentralização do poder - aluta municipalista	125
19. CONCLUSÕES	129
20. BIBLIOGRAFIA	133

ANEXOS

- I - Relação dos municípios do Brasil segundo as microrregiões
- II- Estatutos da Associação dos Municípios do Meio-Oeste Catarinense
- III Fundações Educacionais (Ensino Superior) instituídas por Municípios em Santa Catarina.
- IV- Modelos de desenvolvimento urbano propostos no "Plano de Desenvolvimento urbano para o Estado de Santa Catarina"
- V - Decreto nº SDE - 28-09-71/Nº 844 (consideranda)

RESUMO

Duas determinantes condicionam o estudo dos Municípios brasileiros em sua estruturação: ambas normas da Constituição Federal. A primeira (Emenda nº 1 de 1969) que abre alternativas de organização dos Municípios segundo as peculiaridades locais. A outra determinante é a autonomia municipal.

Partindo destas premissas constitucionais, se estruturam no Brasil formas diversificadas de governo municipal, essenciais até para o desempenho dos Municípios. Daí a razão do estudo das causas incentivadoras de estruturas variadas, bem como a fundamentação de cada uma das existentes ou que venham a ser criadas. A conjuntura brasileira enseja, hoje, as seguintes estruturas diversificadas: 1) áreas metropolitanas; 2) conglomerados urbanos; 3) Associações de Municípios; 4) Municípios em que parte de seus interesses são geridos ou pela União ou pelos Estados-Membros da Federação; 5) Municípios da área rural; e, 6) Reservas indígenas. Procura-se, na análise de cada uma destas estruturas, fundamentação, instituição e específica problemática. Há ainda o caso das associações dos municípios da microrregião. Os Estados do Sul, principalmente Santa Catarina, incentivaram a formação de associações de municípios. Quase que orientadas pela divisão geográfica de microrregiões homogêneas (do IBGE) e para os efeitos "desenvolvimentista", planejamento regional e cooperação com o Governo Estadual.

Especial ênfase, entretanto, se dá ao espontâneo associativismo municipal. Mas reiteradamente alguns Estados-membros (do Sul) têm influído neste tipo de cooperação, transformando-a em instrumentos de ação administrativa unificada.

Identificam-se as seguintes formas de pessoas jurídicas resultantes de cooperação administrativa de Municípios: 1) Autarquias Intermunicipais; 2) Empresas Públicas; 3) Fundações; 4) Sociedades Cíveis, sem fins lucrativos; 5) Associações de Municípios (Ex.: Associação Brasileira de Municípios); 6) Federações de Associações de Municípios de um mesmo Estado; 8) Federação Nacional de Associações de Municípios. Em contrapartida, outras formas de cooperação intermunicipal existem, sem contudo necessitarem da constituição de nova entidade. São elas: 1) Convênios para Projeto, Execução e Manutenção de Obras Públicas de comum interesse; 2) Contratações conjuntas de serviços de auditoria ou de elaboração de programas e projetos.

No estudo de casos, se aponta o exemplo da ACAFE (Associação Catarinense das Fundações Educacionais). Instituição modelo para todo o País, da cooperação entre Municípios. Também o Associativismo Municipal formador de uma rede de instituições de ensino superior, em busca da satisfação da demanda em todo o interior de Santa Catarina.

O outro estudo é o conurbado da grande Florianópolis. A cooperação entre Municípios envolvidos e a Universidade Federal de Santa Catarina resultou científica tipificação de centros urbanos, orientadora da análise dirigida

a outras regiões do País. Oferecendo, assim, subsídios, aplicáveis à estruturação diferenciadora do Governo Municipal, a serem implantadas no País. Ainda se focaliza o pequeno Município.

Por último, se conclui que a estruturação diversificada de governos municipais como desafio para o Direito brasileiro — na sua perfeita normatização. Tudo para o incentivo do desenvolvimento e da otimização destas estruturas, essenciais ao desempenho do Município brasileiro.

1. INTRODUÇÃO

Pela evolução do municipalismo no Brasil se chegou à divisão tripartida do Estado Brasileiro - "União, Estados-Membros e Municípios", - por ser cada um deles efetivamente fonte diversa e autônoma de Leis. Chega-se a identificar no entendimento Kelsenniano, quatro ordens jurídicas distintas. (1) Há quem lamente não tenha o constituinte brasileiro definido a Federação como resultante da União, Estados e Municípios. Município, para eles, componente da Federação, numa evidente ruptura com os moldes clássicos. Mas se a tanto não se chegou no Brasil, dando ao Município a capacidade de se auto-institucionalizar dentro dos parâmetros da Constituição Federal, nem por isto deixa de ser indispensável a existência de estruturas diversas ao governo municipal. (2)

Tavares Bastos em A Província (pág.143) cita Odilon Barrat (3), já convictos ambos das necessidades de diversos tipos políticos ou de diversos tipos de instituição político-jurídica que é o Município.

Evidentemente que Tavares Bastos só adotava um único critério para discernir a tipicidade: o número de habitantes.

Mas, no Brasil, na necessidade de estruturação de diferentes tipos de governo, seriam estes os pressupostos a considerar:

- a) População dos Municípios;
- b) Municípios das Capitais;
- c) Municípios cuja área é de evidente inte-

- resse para a Segurança Nacional;
- d) Capitais de Estados e Municípios onde há investimento maciço de recursos estaduais;
 - e) Os conglomerados urbanos, gigantes, médios e em formação;
 - f) Município típico rural de população concentrada em uma sede e esparsa no interior;
 - g) Municípios sob intervenção;
 - h) Cidades em implantação; e
 - i) Reservas Indígenas.

Também é de se considerar o estímulo do parágrafo único do artigo 14 da Constituição vigente, no que concerne à organização municipal, variável segundo as peculiaridades locais. Cabe ao direito a indicação destes novos caminhos. (4)

O objetivo desta dissertação é o estudo das determinantes e tipicidades de cada uma destas estruturas, necessariamente diferenciadas, nas administrações municipais. Tudo para fortalecer e balizar a autonomia municipal, finalidade do movimento municipalista.

As determinantes dos tipos de estrutura, em síntese, advêm da necessidade de redefinição na divisão territorial dos municípios, do maior grau de autonomia distrital do conurbado, do interesse da União e dos Estados Membros, impondo nalguns casos a restrição à competência do Município, da integração de populações indígenas e, finalmente, de recursos para assegurar um mínimo de afirmação do governo local.

Arrefecidas, hoje, as esperanças do pleno

desenvolvimento, quando o "milagre brasileiro" se desmoronou nos primeiros momentos da crise econômica mundial. Impossível o estudo das instituições político-jurídicas sem considerar, sempre, a fragilidade em que aqui estão assentadas: pobreza de um povo sub-desenvolvido.

E na instituição mais antiga do Brasil, o município, como primeiro degrau nas relações entre o Estado e o indivíduo, está a esperança da criação das mínimas condições de dignidade de vida humana.

-
1. COLAÇO, Flávio Roberto. O Município na Federação Brasileira. Florianópolis, UFSC, p. 48.

"Eis aí, em sua integridade, o nosso sistema jurídico estatal. Ao todo quatro ordens jurídicas (quatro pessoas políticas); a total ou nacional (a do Brasil Estado, da Nação Soberana) e as parciais (a da União, as dos Estados Membros e a dos Municípios). A primeira Soberana, as demais, politicamente autônomas, conforme uma perspectiva Kelsenniana."

2. DALLARI, Adilson Abreu. Municipalismo. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53, p. 443 4.

"Para nós, a Constituição Federal deu a autonomia municipal, no tocante ao aspecto político, um tratamento diferente do que foi dado quanto ao aspecto administrativo. Em síntese, enquanto o Município dispõe de grande liberdade para orga-

nizar a sua administração, por outro lado não tem capacidade de auto-organização política, ou seja, não decide sobre a montagem da estrutura do poder político a nível local, mas apenas elege os seus governantes, os quais exercerão os seus mandatos nos termos da respectiva lei de organização política municipal."

3. BARRA, Odilon. La Centralisation. Página 212.

"Entretanto, cumpre reconhecer que nada se parece menos com um grupo de quarenta e cinco jogos escondidos n'alguns vales dos Cêsenes, dos Alpes ou dos Pirineos, do que cidades da ordem de Paris, Leão, Marselha e Bordéus. Seria mais liberal que houvesse um regime municipal para as grandes cidades e outros regimes apropriados às comunas rurais".

4. MELO, Osvaldo Ferreira de. Aspectos Jurídicos e Institucionais do planeamento microrregional. Porto Alegre, SUDESUL, 1972, p. 94.

"Qualquer dessas posições relega a plano secundário a presença do Jurista e do Cientista Político, consideradas, geralmente, mero assessores quando surgem problemas a serem dirimidos. Atitude errada, sem dúvida, porque estes especialistas devem orientar, no nascedouro, as ações político-administrativas que, assim, possam firmar-se em concepções claras do que o Estado deve fazer."

14. ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS EM SANTA CATARINA E MICRORREGIÕES

14.1. Origem e implantação

O Projeto Catarinense de Desenvolvimento, elaborado e orientador no Governo Colombo Sales (1971 a 1974), inicia, na administração estadual, uma nova fase: a de entrosamento da ação governamental de Estados e Municípios, através das Associações de Municípios, abrangendo todos os situados nas microrregiões definidas por Decreto.

Deu-se, no desenvolvimento do plano, a criação das primeiras quatorze microrregiões polarizadas. Paralelamente, ocorreu a criação das quatorze Associações de Municípios. (Decreto nº 844, de 28 de agosto de 1971).

Posteriormente, na Lei nº 5.287, de 26 de novembro de 1976, já se disciplinou a "Promoção do Planejamento microrregional e projetos integrados Estado-Municípios". Pretendia-se:

- a) Capacitar municípios para a elaboração, coordenação e execução dos seus respectivos planos de ação; e
- b) Servir como alternativa de fonte de financiamento para projetos municipais que sejam compatíveis com as prioridades estabelecidas no plano de Governo do Estado.

Isto, mediante a Lei 5.509, de dezembro de 1.980.

2.2. Microrregiões e o IBGE

O IBGE, em 1968, dividiu o Brasil em 361 microrregiões homogêneas, sendo 28 no Norte, 30 no Centro-Oeste, 128 no Nordeste, 111 no Sudeste e 264 no Sul. A homogeneidade aceita para esta decisão foi aquela da "Forma Organizada de Produção". (2)

A ação comum de todos os governos municipais existentes dentro de uma área homogênea, certamente, viabilizará soluções, eliminará o desperdício de recursos em ação paralela e uniformizará o que, por essência, deverá ali ser igual.

2.3. Autonomia Municipal e Microrregiões

Quais as fórmulas de estruturas dessa ação? Dentro do municipalismo brasileiro, muito se poderá ainda criar em benefício das comunidades espalhadas nestes 8.511.965 km². Mas a homogeneidade não deverá levar forçosamente à redi-visão política e administrativa do País. Deve ser, entretanto, realidade absorvida pela abrangência da autonomia municipal.

No caso das microrregiões, o essencial é que dentro do associativismo municipal se conjuguem as forças locais para um melhor desempenho.

Principalmente nesta hipótese das microrre-giões, qualquer tentativa de, administrativamente, estratificar a divisão do Brasil em microrregiões, implicará num evidente

freio à dinâmica social. As transformações de regiões ou de municípios, no campo sócio-econômico, são imprevisíveis e de grande monta. Regiões de marasmo secular, de repente, por qualquer fato político ou econômico não previsto, se esfacelam em muitas outras novas regiões. Principalmente no caso do Norte, Centro-Oeste e no próprio Nordeste, onde as frentes pioneiras podem surgir a qualquer momento. Quase sempre seu crescimento mais se deve à ação privada, do que a qualquer iniciativa governamental.

Ainda que os economistas e sociólogos, no decorrer dos anos, dissecando o regime capitalista, tenham evidenciado o caráter de exploração do homem, verdade é que a iniciativa na produção é dinamizada pela perspectiva de lucro.

O ideal igualitário econômico de responsabilidade social e a aritmética divisão de renda não são fatores que incrementam a produção.

A estatização da economia implica no surgimento de empresas doentias, estatais, cabides de empregos, prenes de projetos de megalomania congênita. Empresas com prejuízos se acumulando em cada ano social. Com os quadros cheios de pessoal, gente acomodada e sem nada a impeli-la para melhor produção.

Nossa opção capitalista tem, às vezes, melhor caráter histórico. Inexistente quase o capital privado, se procura supri-lo ou pelo estatal ou pelo capital estrangeiro. Nesta última hipótese, as multinacionais podem, efetivamente, como já fizeram, influir no processo de arrancada desenvolvimentista. Os lucros dela advindos e para elas arre-

'cadados desta ativação muitas vezes anulam, parcial ou totalmente, as vantagens auferidas pela população.

Numa microrregião, uma consciente tomada de posição, pelos dirigentes municipais dos Municípios abrangidos, pode ser o estopim do desenvolvimento ou o corretivo das anomalias a que chegamos.

Tal é a importância que pretendemos atribuir ao associativismo municipal, indiscutivelmente o instrumento corretivo de nossa economia.

Hoje, quando se denomina uma região de "polarizada", se pretende quase que evidenciar o gravitacionamento de núcleos populacionais menores, ou de menor influência, ao redor dos chamados "centros".

O IBGE, orientado pelo Geógrafo francês Michel Rochefort, trouxe a "Divisão do Brasil em Regiões Funcionais e Urbanas". Analisando as características de cada um dos 718 centros urbanos estudados e específicas condições de dominação e subordinação, o estudo conclui pela existência de quatro tipos de "polos" urbanos no Brasil, que denomina de "centros". São eles os polos: 1) metropolitanos; 2) regionais; 3) sub-regionais e 4) locais. (3)

As áreas metropolitanas estabelecidas pela Lei Complementar número 14 merecerão estudo em separado.

Já quanto aos centros regionais e sub-regionais, se pretende, posteriormente, evidenciar a necessidade de se criarem instituições, na prevenção dos males causados pelo crescimento repentino, doentio e anômalo, como tem ocorrido nos conglomerados urbanos.

Já se evoluiu, no Brasil, no tocante ao pla-

nejamento das futuras metrópoles. Este mesmo procedimento deve ser, de imediato, adotado ao sistema de centros urbanos polarizados, não de portes metropolitanos.

Quanto à Região Programa (pela SUDAM, SUDENE, SUDESUL e outros programas da União ou mesmo das Unidades da Federação), no País se apontam exemplos variados.

O planejamento integrado fundamenta a dinâmica da forma organizada de produção. Mas, não serão programas conjunturais ou transitórios somente a razão de ser da estruturação diferenciada do Governo local.

Mesmo porque a divisão microrregional do IBGE foi concedida para a Estatística e a Cartografia. Não é norma da União para a divisão político-administrativa dos Estados.

1. PERROUX, François. L' Economie du XXème siècle. Paris, Press Universitaire, 1964.

2. Associação e Consórcios Municipais. Instituto Brasileiro de Administração, Rio de Janeiro, 1978. Página 18.

"Para chegar ao resultado final, utilizaram-se critérios referentes à ecologia, população, atividades agrícolas e industriais, infra estrutura de transporte e atividades terciárias.

3. IBAM. 1978. Instituto Brasileiro de Administração Municipal. Associações e Consórcios Intermunicipais.

"O enfoque dos polos de desenvolvimento é nitidamente seto
rial; o polo é a indústria motriz que cresce a taxa eleva
da e provoca efeitos sobre outros ramos e setores".

3. NECESSIDADE DA DIVERSIFICAÇÃO DAS ESTRUTURAS POLÍTICO-JURÍDICAS.

3.1. Tipos de estrutura

Evidente que, não só conforme sua população mas também quanto à influência do Município, nos centros urbanos se podem distinguir áreas metropolitanas, aglomerações urbanas e centros isolados. (1)

Omitiram-se os Constituintes Federais na feição político-jurídica a estes três diferentes tipos de concentração populacional. Ou desnecessárias diferentes modalidades de instituições político-jurídicas em tais casos, por se tratar de questão meramente administrativa?

A Constituição só dá tratamento diferente no tocante à nomeação do Prefeito e às Áreas Metropolitanas. (2)

Seria política e juridicamente necessário que aos Municípios a Constituição atribuisse autonomia municipal dentro de estruturas diferenciadas? Em outras palavras, necessário se criem municípios diferenciados, assegurada sua autonomia em tudo o que lhe concerne "o peculiar interesse" - mas levando em conta se tratar de modalidades diversas de Governo local?

O Estado brasileiro, se tem por cédula o Município, na otimização dos resultados deverá, certamente, na Constituição, admitir o Governo local autônomo, exercido e estruturado em variados modelos. As estruturas disto originadas abrangeriam fatalmente:

- a) As Áreas Metropolitanas;
- b) Os Conglomerados Urbanos;
- c) As Associações de Municípios:
- d) Os Municípios em que parte de seus interesses são geridos ou pela União ou pelos Estados-membros da Federação;
- e) Os Municípios na área rural;
- f) As Reservas Indígenas;
- g) Os Municípios sob intervenção;
- h) As cidades em implantação; e,
- i) Os Municípios em cujo território existam grandes áreas de propriedade da União ou dos Estados.

Só o estudo mais aprofundado de cada uma das hipóteses poderá oferecer elementos para a reflexão sobre estes modelos diferentes. (3)

3.2. O Município e a erradicação da miséria

Se o Estado se dirige, em última análise, ao homem, ao Município é que cabe a convivência diária com o pauperismo nacional. Pobreza que é um fato. Até nas metrôpoles, onde multidões de marginalizados desfiguram o esplendor da aparente conquista da riqueza nacional.

Não se trata de mendigos, mas que em cada cidade se trata de forma peculiar. Desde a guarda, a efetiva assistência, ao banimento por passagens (ônibus, trem, etc) entregues aos pedintes no vaivém da rejeição.

O grande trauma é a angústia de milhões de brasileiros economicamente úteis, aptos a produzir e sem oportunidade de trabalho. A proporção deste contingente de frustrados põe por terra toda e qualquer prioridade de esquemas desenvolvimentistas.

Impossível, hoje, indiferentemente se permita a presença da fome. Nossa sociedade colonial e, mesmo, do Império e República Velha tinham amenizado o contraste entre a vida de pobres e ricos, uma vez que frutas e caças abundantes asseguravam uma dieta às populações rurais. O consumismo da revolução industrial não multiplicara ainda ao infinito o número de necessidades econômicas incrivelmente diversificadas que, nos meios de comunicação social, são tidas como prioritárias até.

Neste caso e noutros se deve situar o Município. Assim, não seja o municipalismo romântica coleção de bandeiras utópicas.

Moradia, transporte, ensino, higiene e lazer a todos os indivíduos, em todos os municípios. O mínimo imaginado para a decente sobrevivência. Todos os planos, todos os recursos e todas as energias e atividades governamentais devem obedecer a esta prioridade totalmente absoluta, se se pretendem instituições não descartáveis no primeiro impasse institucional.

Na erradicação da miséria (em qualquer das formas do governo municipal autônomo) está a prioridade máxima. A imponência das obras, quando muito disfarça a pobreza dos habitantes. O maior desafio ao verdadeiro municipalismo (entendido como fortalecimento e unificação das comunidades),

hoje é a pobreza da grande maioria dos municípios.

A canalização de uma fonte de água potável, muitas vezes barata e fácil, é relegada por muitos, quando poderá ela trazer maiores benefícios aos municípios do que quaisquer obras de espetaculares fachadas.

O incentivo ao artesanato, a pequena lavou-ra e a assistência a pequenos empreendimentos, constrói muito mais, socialmente, do que compactos e complexos programas urbanísticos impostos de fora para dentro da comunidade.

A criação de atividades remuneradas em grande número pode ser o resultado da introdução, numa região, de determinada cultura. Não necessariamente complexo industrial faraônico constituirá o único caminho para o adeus à miséria. Até (a exemplo da Alemanha no caso de emissoras de televisão) se podem criar, no Brasil, entidades de direito público para um determinado fim (exploração de serviço). Tais entidades seriam intermediárias entre Estados e Municípios, no sentido de atuarem em muitos municípios.

A autocrítica do movimento municipalista deve desembocar nesta magnitude, nas respostas à ânsia do extermínio da miséria, incompatível com qualquer sonho de grandeza do Município Brasileiro.

Diversificadas estruturas de governo local, certamente, constituirão instrumento para a melhoria das condições de vida no Brasil. Pois, nos municípios - como se repete no chavão - vivem os brasileiros.

3.3. Estruturas Temporárias

A intervenção nos municípios prevista no artigo 15, parágrafo terceiro, da Constituição Federal, deve ser mais bem regulamentada. Na realidade têm sido raríssimos os casos de intervenção. Se impostas normas complementares às instituídas pela Constituição, melhor compeliriam os municípios a obedecerem aos princípios fundamentais norteadores da autonomia municipal. (4).

Belo Horizonte, Goiânia e Brasília são exemplos da necessidade de uma administração estruturada diferentemente. Sua tipicidade terminará com a cidade já implantada. De obras e empreendimentos também pode deflagar a urbanização de áreas antes sertões. Na fase inicial é necessário um governo local. Não autônomo, dada a não estabilidade comunitária, mas, evidentemente, estimulador para a consecução do autogoverno pelos que lá se estabelecem em definitivo. (5) Autonomia o mais cedo possível.

As ilhas oceânicas, municípios litorâneos, os que abrangem parques ou reservas e todos em que a União e os Estados Membros possuem grandes áreas devem receber recursos específicos. (6) Dar autonomia significa, também, instrumentalizar o governo local para atingir seus fins. Não basta só disciplinar competência, mas também transferir encargos.

1. ANDRADE, Thompson A. & LODDER, Clesius A. Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, p.36 (Relatório de pesquisa nº 46).

"...mas também da constatação de que estão implícitos no tamanho populacional algumas das dimensões funcionais mais urbanas que refletirão o nível de complexidade e os diferentes graus de inteiração da cidade com suas áreas de influência, aspectos que, forçosamente seriam objeto de consideração nos outros dois critérios."

2. CUNHA, Fernando Whitaker da. Município II. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53, p. 467.

"As nossas constituições têm procurado suprir deficiências das anteriores, mas o dinamismo da organização comunal, dentro das coordenadas econômicas, políticas e jurídicas, cuja importância varia de acordo com o jogo histórico, estimula a complexidade e a polivalência dessa organização. Frequentemente, a solução de um problema gera outro, mas isto é normal dentro da sociedade política e juridicamente organizada que tem de enfrentar os problemas nascidos de suas próprias mudanças e alternativas."

3. CUNHA, Fernando Whitaker da. Município II. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. página 467.

"A exposição que vem sendo feita, é, de per si, um levantamento dos problemas, potencialidades e obstáculos dos municípios brasileiros, pessoas jurídicas de direito público interno (CC, art.14, III), de importância assinada em nossa estrutura estatal, pois a "União não compreende apenas os

Estados, O Distrito Federal e os Territórios, porque ela abrange, também, os Municípios", ressalta Manoel Ribeiro."

4. MELO, Osvaldo Ferreira de. Aspectos jurídicos e institucionais do planejamento microrregional. PA. SUDEL, 1972 103p
CPI dos Municípios - Câmara dos Deputados.

Projeto de Resolução nº 98, de 1979.

Diário do Congresso Nacional. Suplemento do número 163.

5 de dezembro de 1979.

Vale assinalar, ainda, a imediata necessidade de reformular a redação da alínea "f" do parágrafo 3º do artigo 15 da Constituição Federal. Com efeito, ali se dispõe sobre a intervenção do Estado no Município, dentre outras hipóteses, caso deste não haver aplicado no ensino primário 20%, pelo menos, da receita tributária municipal. O dispositivo deve reportar-se à receita dos impostos, e não à receita tributária, que abrange taxas e contribuições de melhoria. (119-B) LXVII.

5. CARVALHO, Orlando M. Política do Município, ensaio histórico
Rio de Janeiro, Agir, 1946, 172p.

O art. 8º da lei nº3, adicional à Constituição de 1983, diz: "A direção econômica e administrativa da Capital do Estado, denominada Minas, ficará a cargo do Presidente do Estado, enquanto o Congresso não deliberar a respeito, na forma da Constituição". Assim, quando se instituiu o governo local da Capital, pelo dec. 7.088, de 20 de dezembro de 1897, ficou estipulado em seus dispositivos: "Art. 2º - A direção econômica e administrativa da cidade de Minas, nos termos do art. 8º da lei citada, se exerce por meio de funções

executivas e deliberativas. "Art. 3º - As funções deliberativas são exercidas diretamente pelo Presidente do Estado, e as executivas sê-lo-ão por intermédio de um Prefeito de sua livre nomeação". Esta forma de organização municipal "sui generis" durou cerca de dois anos e somente pode ser explicada pelas circunstâncias que cercaram a construção da capital de Minas, sob a direta supervisão e financiamento do Governo do Estado. De qualquer forma, porém, é um avanço sério no que se deva entender por autonomia e uma demonstração de que a intromissão do termo político impreciso no documento jurídico deixou a instituição sem amparo.

6. CPI dos Municípios

No que tange aos Municípios litorâneos, a União deveria transferir-lhes o direito de aforar os terrenos de marinha localizados em seus territórios. Desse forma, imensas áreas ficariam liberadas, não só para a ampliação do espaço destinado às edificações, mas, sobretudo, para a realização de importantes obras de saneamento, principalmente no que se refere às favelas do tipo palafitas. Vale salientar que, à antiga Prefeitura do Rio de Janeiro, foi conferida, através da Lei nº 3.438, de 17.07.41, autorização para representar a União, a fim de, em seu nome, alienar o direito de preferência dos terrenos de marinha, mangues da costa e acrescidos, recebendo o preço da alienação e empregando-o livremente. A citada lei autorizou-a, inclusive, a lotear e a relotear as áreas existentes. O Município de São Luiz foi beneficiado por medida análoga. (LXXXIV) - 18.

4. AS MEGALÓPOLES

4.1. Fato demográfico

As megalópoles do século vinte e um, previstas por Fritz Kahn, já esboçam suas monstruosas dimensões. Em 1954, ouviu-se em conferência de Lucas Nogueira Garcez, no Rotary Club de São Paulo, a qualificação de "canceroso" para o crescimento de São Paulo. Cidade de um milhão ou de dez milhões de habitantes neste século, a quanto atingirá sua população no já tão relativamente próximo século vinte e um, do qual poucas gerações nos separa?

Certamente, a megálope chegou a tanto, na transformação num todo só, num inteiro apenas de todos os vizinhos centros populacionais que há anos, décadas ou séculos pareciam remotissimamente vinculados à metrópole. Crescimento imprevisto e descontrolado, estourando todos os sistemas administrativos, políticos e jurídicos das comunidades que engoliu. (1)

Em 1950, o censo acusou 168 áreas metropolitanas na América do Norte. Mais da metade da população daquele País já vivia em tais metrópoles.

Os recursos financeiros e as despesas destas cidades são elevadas a níveis tais que nunca a maioria dos Estados Membros da Federação atingirão sequer cifras deles aproximadas. No Brasil, o orçamento da Cidade de São Paulo é inferior a poucos Estados Membros da Federação.

Se há gigantismo de recursos, há, em contra

partida, a progressão geométrica na ampliação do número e do volume de seus problemas.

Mas a ação administrativa, o exercício do governo municipal é muito mais emperrado do que no pequeno município, por ter a Megalópole se estendido por vários municípios. Em cada um, com um governo autônomo.

Recursos e esforços canalizam-se paralelamente e até se anulam, se inexistente um planejamento regional. Os conflitos de autoridade das diversas administrações municipais se multiplicam, surgindo muitas vezes, na mesma avenida. As grandes avenidas de Buenos Aires, por exemplo, se estendem além da Cidade de Buenos Aires para grandes áreas da Província do mesmo nome. A mera conscientização (dos diversos centros de população envolvidos no processo) não leva à administração condizente. Não se pode valer da boa vontade tão somente, (2) por ser complexa a problemática a enfrentar.

4.2. Um Município só

Tudo seria simples com a mera fusão num só município de todos os envolvidos ou, melhor ainda, a anexação de vários, pela cidade de maior porte, porque realmente toda a área constitui uma só unidade. (3)

É a solução menos dispendiosa. O plebiscito seria a homologação da vontade popular, antes já expressa pelas Câmaras dos diversos municípios. Processo drástico, ferindo suscetibilidades, esvaziando autoridades e até minimizan

do a importância histórica de cada uma das cidades deglutidas. Todas as características de município incorporados, podem e deveriam ser mantidas nos Distritos, na administração descentralizadora das megalópoles. Melhor caminho: um só governo, ainque a expansão posterior exija novas anexações. Sendo a melhor solução, talvez por isto mesmo, é a mais polêmica. (4)

A cidade em federação - ou melhor - a Cidade Federada (criada em 1898, pela grande Nova Iorque), foi, sem dúvida, uma solução intermediária. Era a tentativa de manter a personalidade das cidades que se reuniram para elas seduzir com o consolo da manutenção dos governos locais. Na realidade a autonomia é perdida. (5)

O que se deve não tentar esconder, imperiosamente, é que a realidade geopolítica deve corresponder à instituição político-jurídica que é o município, dotado de autonomia do governo local. (6)

4.3. Humanização da megalópole

A par do gigantismo das metrópoles, o que é imprescindível se permita coexistirem as pequenas comunidades. A cultura, os costumes, a maturidade e a história, deram a cada um destes componentes das Megalópoles suas personalidades. Estas podem e devem sobreviver, pois o município, nas Megalópoles, deve ter respostas (ou pelo menos não se contrapor) às minorias. Elas têm o direito de permanecer como tais.

Não fará iguais todos os habitantes da me-

galópole a mesma rede de esgoto, a mesma rede de distribuição de energia elétrica, serviços públicos necessariamente explorados por uma só concessionária ou instituída por um só município. A parte material do urbanismo ou da ação da municipalidade não retirará a identidade das minorias.

A existência de órgãos administrativos dos bairros ou distritos, deverá atender e resguardar todas as características diferenciadoras da comunidade. (7) Elas mais se adaptam à feição psicológica de seus integrantes. Um modo especial de falar. Lazer definido na sua preferência. Hábitos familiares, religiosos, até nas festas populares. Muito disto tudo a megalópole poderá desconhecer ou fraudar. Imperiosa é, portanto, a descentralização no Município, resultante de fusão de diversos anteriores. Autonomia no essencial: no ensino, mantendo-se a história local nas escolas públicas; na promoção ao lazer e cultura, delegando a organização a bairro ou às comunidades formadoras da megalópole; na arte, o respeito às manifestações do grupo.

Aliás, tal humanização da Megalópole é de caráter imperativo, mesmo surgido ou formado de um só Município. Há que se ter em conta o afluxo de gente, tanto oriunda da migração interna, como vinda do exterior.

O Município é um ente político e jurídico. Como tal, sua razão de ser é a instrumentalização do poder público no sentido de oferecer condições de bem comum às populações dentro de sua jurisdição. Dentro de um só Estado (de uma só Nação) os limites municipais, de forma alguma, podem se transformar em casos de soberania de ruas ou de bairros.

4.4. Consentimento das populações

A anexação de parte dos territórios de um Município ao outro ou a incorporação total (é verdade) não podem ser impostas aos habitantes. Às populações cabe o direito de escolha.

Mas a incompreensão, nascida de querelas antigas ou de demagogia momentânea, poderá acarretar a repulsa, no plebiscito, à espontânea adesão. Só a plena informação dos interessados elidirá o óbice.

Em tais casos, os plebiscitos poderiam se repetir até convencida a população de que ela é a própria vítima de sua obstinação. Se frustradas todas estas tentativas, a Constituição do Estado-Membro pode redefinir o espaço municipal. A regra é que um só Município é que ocupa espaço contínuo, ininterrupta sucessão de quadras e bairros, isto quando todo urbanizado.

Não podem ter o mesmo tratamento as "fronteiras" municipais que têm as nacionais, sendo que as últimas, obviamente, são intocáveis.

Como respeitar as personalidades das regiões engolidas na expansão incontrolável? A grande cidade deve perder, no relacionamento das pessoas, todo o caráter de inibidor dos pequenos grupos.

São necessários mecanismos de convivência entre a metrópole e o pequeno grupo social. O respeito à representação não os fará desaparecer. Além da representação com efetivo poder de influência, o outro caminho é a descentração.

lização. Assim, comunidades de bairros, de base e outras instituições, por sua correspondente representação, participam das decisões que as afetam.

Inegável é o menor custo e a maior eficiência de um só serviço público a atender. Todo o investimento não sofrerá retardamento nos convênios, não esbarrará com posições políticas partidárias diversas, impossibilitando um consenso. Preço demasiado pago pela manutenção de autonomia do governo local, se incapazes de serem corrigidos os municípios, nos seus territórios, em virtude do crescimento. Reagrupamento necessário em determinados momentos históricos. Maléfica, onerosa e anacrônica é a autonomia defasada no tempo.

Autônoma continuaria a comunidade, não mais os municípios agora distritos. Em tudo o que fosse de seu exclusivo interesse, aquela comunidade decidiria, como, por exemplo, o uso dos espaços não necessários à integração, denominação dos logradouros públicos, a localização dos centros de convivência (centros sociais urbanos e áreas de lazer), o estilo arquitetônico, as festividades próprias (feriados municipais), a denominação do bairro ou do distrito, como reminiscência do município anexado, as escolas públicas com o ensino da história daquela comunidade e as instituições culturais (museus, bibliotecas etc.). Aspectos estes, como outros, que no passado fundamentaram a personalidade municipal, devem sobreviver na Megalópole.

É o pluralismo urbano a essencial coexistência de complexas comunidades diversificadas, mantendo seus próprios padrões de procedimento. Tudo isto, nada tem que ver com o serviço de transporte, água, energia e outros essenciais a vida urbana. Assim, respeitados os grupos e famílias.

anexadas, que anteriormente já tinham próprios traços de específica identidade. O governo de uma metrópole não pode ser tão simples quando o de um governo de um município homogêneo em quase todos os aspectos. Apesar disto, há um grande vazio no municipalismo brasileiro, pois o movimento foi incapaz de ter uma própria filosofia para tais casos, os das grandes cidades. O fluxo de populações migrantes, talvez os tenha assustado. Este tipo de proposta, o da integração metropolitana, mediante a anexação de todos os municípios dominados pela expansão da metrópole, é veementemente combatido. Até porque a anexação implicará no ônus financeiro irrecusável (da metrópole) em investir no pluralismo de suas comunidades.

-
1. MACDONALD, Austin F. Gobierno y administración municipal: la experiencia de Los Estados Unidos. México, Fondo de Cultura Económica, 1959, 659p.

"É muito difícil dizer em que momento uma cidade se converte em uma metrópole. Não há limite definido entre uma simples cidade e uma metrópole."

2. MACDONALD, Austin. *op. cit.* - Página 109.

"A experiência assinala que a cooperação voluntária não pode servir em tais casos."

3. BUENO, Pimenta. Direito Público Brasileiro e Análise da Constituição do Império. 1858, página 3131.

- Pimenta Bueno observa que: "O Município é uma entidade que tem seus direitos próprios, suas idéias comuns, suas necessidades análogas e seus interesses idênticos, que demandam regulamentos apropriados à sua índole e especialidades".

4. TESSAROLO, Juliana Moraes - Notas sobre o planejamento da grande São Paulo- Ciências Políticas e Sociais - Da Escola de Sociologia e Política de São Paulo - Volume II - Número 2 Página 41 - Segundo semestre de 1973.

"Os participantes do 1º Encontro dos Prefeitos das Capitais, realizado em fevereiro último, em Garanhuns, Pernambuco, qua se na sua totalidade qualificaram a criação das áreas metropolitanas de assunto "polêmico e complexo". Para o Presiden te do BNH, somente uma medida do governo federal poderia pôr fim às divergências atualmente existentes em torno da consti tuição das áreas metropolitanas no Brasil. O Prefeito de São Paulo, Figueiredo Ferraz, durante todo o encontro defen deu a sua tese de que deve ser preservada a autonomia dos mu nicípios com a criação da área metropolitana. Rubens Costa, no discurso de abertura, defendeu a criação de superprefeitu ras, sugerindo que estas tivessem também uma única Câmara Mu nicipal. Figueiredo Ferraz discordou, dizendo que a "cédula municipal constitui o equilíbrio básico de todo o sistema vi gente no País e, por isso, temos de preservá-la a todo custo".

5. MACDONALD, Austin. op. cit. 115.

"Os governos de Manhattan, Brooklyn e outros distritos, têm na realidade muito pouca autoridade."

"Londres e Toronto, contudo, têm dado maior autonomia às administrações centralizadas."

6. PINTO, Ferreira. Município I. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53, p. 448-57.

"Posição especial no governo local britânico é a de Londres. Munro adverte que na prática existem três Londres para efeito administrativo. A primeira é a Cidade de Londres, antiga Cidade, ocupando uma milha quadrada, com seus bancos, armazéns e edifícios públicos. Cercando-a está o Condado Administrativo de Londres, com área de cerca de cem milhas quadradas e uma população de quatro milhões de habitantes. Enfim, existe o Distrito Policial Metropolitano de Londres ou a grande Londres, com área bem maior e com oito milhões de habitantes."

7. CARVALHO, Orlando M. Política do Município; ensaio histórico. Rio de Janeiro, Agir, 1946, 172p.

"Daí vem a declaração posterior à lei nº 2, de 14 de dezembro de 1891, que põe o distrito à base da organização municipal. Realmente, essa idéia foi aventada na Constituição Estadual e defendida ardorosamente por Carlos Alves, que dizia: "É indispensável que hoje entreguemos essa administração aos próprios interessados, e ninguém mais interessado do que os habitantes do distrito: lá têm serviços públicos importantes a que eles se podem dedicar. E eu entendo que

uma instituição qualquer, sobretudo republicana, não pode se firmar sem aproveitar o mais possível os interesses públicos do povo; e só criando-se o distrito de paz e dando-se-lhe administração própria, poderá o povo intervir nos negócios públicos." "Apoiando-se em linhas gerais esta ordem de idéias, Silviano Brandão declarou que "a federação deve começar pelo distrito."

8. "O regime dos Estados", União Pan Americana (Rio de Janeiro, 1942, página 239), define: "O município é a unidade geográfica divisionária do Estado, dotado de governo próprio para a administração descentralizada de serviços estaduais e para o trato de interesses locais."

5. ÁREAS METROPOLITANAS

5.1. As normas constitucionais

A Constituição de 1967 inovou no Direito Constitucional brasileiro prevendo as áreas metropolitanas.

A Lei Complementar nº 14, de 8 de junho de 1982, regulamentou as novas normas.

Entre definir os parâmetros da região metropolitana (extensão, população, etc.) a lei se restringiu a nomeá-las. Declara como tais São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba, Belém e Fortaleza.

Manteve-se toda a estrutura administrativa dos municípios integrantes da Área Metropolitana. O agrupamento se dá no interesse maior.

A Lei Complementar nº 14 definiu os serviços de interesse metropolitano (Artigo 5º) que são:

- I - Planejamento integrado do desenvolvimento econômico e social;
- II - Saneamento básico, abastecimento de água e rede de esgotos e serviços de limpeza pública;
- III - Uso do solo metropolitano;
- IV - Transporte e sistemas viários;
- V - Produção e distribuição de gás combustível canalizado;
- VI - Aproveitamento dos recursos hídricos e controle da

poluição ambiental, na forma que dispunha a Lei Federal;

VII -Outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por Lei Federal

Mas a listagem é ampla e estimula extenso e reiterado confronto entre os municípios com a organização da área metropolitana. Por isto, se nos parece, para os grandes centros urbanísticos, ser pouco a instituição tal qual as normas legais a definiram. Impossível a conciliação de ação de múltiplos governos locais autônomos. Divergências profundas surgem naturalmente. Aos defensores da autonomia dos municípios deve-se ressaltar que inexistira justificativa na manutenção simbólica dos municípios envolvidos. (1) A necessidade da área metropolitana aos pouquinhos despojará os governos locais, por ela abrangidos, dos seus poderes.

5.2. O Conselho Deliberativo

Ao Conselho Deliberativo compete a promoção e elaboração do Plano de Desenvolvimento Integrado da região metropolitana, objetivando-lhe, sempre que possível, a "unificação dos serviços comuns". (Lei Complementar nº 14).

Ao município incluído na área municipal cabe somente, em conjunto com os outros nela abrangidos, indicar um Membro do Conselho Deliberativo.

Evidente a superposição de duas estruturas administrativas: a área metropolitana e as dos Municípios. Em

si mesmo minimizada a competência municipal, por que a manutenção de um governo local?

Verdade que o "Conselho Deliberativo", tal qual previsto pela Lei Complementar, jamais terá condições de se tornar um verdadeiro e eficiente condutor da vida administrativa, ou melhor ainda, de esboçar a satisfação das necessidades da população. Na composição do Conselho, insita a branca intervenção dos Estados Membros. Dos cinco componentes do colegiado três são nomeados pelo Governador, a seu exclusivo critério. Um outro, é escolhido por ele, só que dentro de uma lista tríplice apresentada pelo Prefeito da Capital. O último, indicado pelos restantes dos municípios.

A preocupação do legislador foi assegurar ao Conselho Deliberativo a capacidade de tomar decisões. Se outra fora a composição do colegiado, difícil qualquer consenso. Tais razões mantiveram sua composição diferente da do Conselho Consultivo. Neste último, cada município da Área Metropolitana tem direito de manter um seu representante.

Os incisos I a VII do artigo 49, da Lei Complementar nº 14 vêm corroborar o que se disse anteriormente que a solução mais lógica e mais eficaz, para as metrópoles, é a existência de um município só.

Planejar o desenvolvimento econômico e social, bem como, receber na jurisdição "outros serviços incluídos na área de competência do Conselho Deliberativo por lei federal", é, em suma, a razão de ser do governo municipal.

5.3. Política da área metropolitana

Pode ser que hoje sejam tímidas as soluções no caso das áreas metropolitanas. Mas, se esgotada a competência legal por uma política mais agressiva, a existência de diversos municípios na área metropolitana significará apenas a manutenção de uma estrutura administrativa onerosa e complexa, sem finalidade.

Nossa tradição ainda é incipiente. Talvez fórmula de conciliação de opiniões antagônicas do legislador, mantendo a existência de municípios integrados na área metropolitana. Princípio de estrutura concebida pela lei. Mas, como inovação, previne reações dos municípios devorados pela expansão metropolitana.

Sua criação representa somente o início de unificação de certas atividades que, na evolução, fatalmente levarão à criação, se não de um só município, ao menos à sujeição a um só governo. Há, na Lei Complementar, o que Austin Macdonald dá como eficaz o mero convite à integração, embora o art. 6º da Lei representa aliciamento aos municípios para participarem do planejamento integrado e dos serviços comuns. E isto pela preferência "na obtenção de recursos federais e estaduais", inclusive sob a forma de financiamento e de "garantias para empréstimos".

Mas não se fica no convite. A interpretação da estratégia da Lei Complementar mostra que se todos estes incentivos ou se toda ação da área metropolitana não corresponderem à expectativa do Governo Federal, tem ele a competência de forçar a ação comum. É o que se entende do Parágrafo Único do art. 6º. Por ele, o Poder Executivo pode dispor de tudo o que couber aos municípios do Imposto de Renda e do IPI

que destinado à área metropolitana. É o que se entende da faculdade de inclusão entre as diretrizes e prioridades a que alude o artigo 25, § 1º, alínea "a" da Constituição.

A discussão das novas estruturas do Município entre Constituintes poderá definir uma verdadeira política brasileira de áreas metropolitanas.

A Lei Complementar instituiu apenas a possibilidade de os Poderes Executivos (da União e dos Estados) interferirem, pelas áreas metropolitanas, no governo destas regiões. Difícil imaginar uma hipótese diferente disto tudo, a de não fazer voltar ao Município, por inteiro, sua autonomia, sem que seja compulsória a anexação, ao Município-sede da área metropolitana, de todos aqueles definitivamente envolvidos.

Mas tal anexação, repete-se, jamais deve significar centralização. Às administrações dos distritos e dos bairros deve ser reservada faixa de plena autonomia. Como se chegará a tudo isto?

É cedo para se esboçar uma previsão de como o municipalismo brasileiro, nas reformas à Constituição, definirá o modelo brasileiro de área metropolitana. Mas o que não se deve é admitir a introdução de exdrúxulas instituições, tal qual a Autarquia Estadual. (2) Com firmeza o proselitismo municipalista deve se dirigir à defesa do Município. Só nele está a estrutura de governo apta a convivência pluralista, preservadora da identidade das minorias e implantadora de cidades acolhedoras para seus habitantes, que nelas sentem alegria em morar. Lugar em que cada um deles possa se auto-realizar. Como gente, não como mero número ou componente anônimo da massa disforme.

A área metropolitana tal qual hoje a lei conceitua - forçoso é reconhecer - não constitui senão a deflagração de um processo: o da formação de estruturas diversificadas do poder municipal, nas megalópoles.

1. *Comissão Parlamentar de Inquérito. (XCVI-25)*

"Por outro lado, a criação de zonas metropolitanas na prática, é mais um fator de limitação da autonomia municipal."

2. *Eurico Azevedo de Andrade chega a defender, no caso, a autarquia estadual. Instituições de Regiões Metropolitanas no Brasil. Áreas Metropolitanas e Desenvolvimento Integrado no Brasil. Rio - 1967. - SERFHAU.*

6. AGLOMERADOS URBANOS

6.1. Êxodo rural e suas causas

Imprevisível foi o aumento, nos últimos três decênios, no Brasil, da população urbana, em detrimento da população rural. Mesmo no sentido demográfico, deixou o País de ser essencialmente agrícola, pela deslocação de grandes massas do meio rural para as cidades. Despreparado para a vida urbana, sem qualificação para o trabalho especializado e sem a mínima base estrutural para se identificar no sistema consumista, o homem do campo contribui para a formação de cinturões enormes de marginalização. Favelados - mesmo quando encontram emprego. Fatos a permanecerem tão nômades como na aventura de seus primeiros dias de chegada.

Não foi, perfeitamente, mensurada e compreendida a migração interna no Brasil.

Mas, dois tipos de cidade somente atraíam a gente do campo: as grandes e as médias. (1) Os pequenos centros, vilas e povoados, na maioria deles também tiveram nos últimos anos sua população diminuída. Conclusões inevitáveis do confronto dos censos demográficos decenais. A causa principal deste direcionamento na imigração é a oportunidade de emprego. A construção civil, atividade de esporádico recrudescimento, absorve grandes contingentes de operários sem especialização. Não só neste, mas em setores outros, na fase do denominado "milagre brasileiro", o crescimento industrial modificou o quadro popula

cional. Se, até antes da metade do século vinte, o brasileiro na sua maioria vivia no campo, após 1960, a tendência é a concentração nas cidades.

Verdade que não foram exclusivamente transformações no campo econômico as causas do êxodo rural, mas elas preponderaram evidentemente. As secas e outras calamidades, a mecanização da lavoura e o fim de muitas atividades extrativas (madeira principalmente) são as grandes responsáveis pelas levadas de desajustados migrantes.

Os teóricos têm explicado o crescimento urbano pela demanda, "elemento causal de expansão das atividades econômicas". A teoria do "lugar central" (2) vincula o desenvolvimento da cidade à sua capacidade de oferecer bons serviços a seus habitantes e aos das regiões circunvizinhas. Já a teoria de "base urbana" enfatiza a exportação, resultadora do aumento do nível de renda, garantido no maior volume do crescimento da venda de bens e serviços para fora da cidade.

São insuficientes tais explicações, mesmo no modelo clássico de crescimento. (3)

6.2. O caos urbano

Não está nas próprias cidades a razão de seu crescimento populacional.

No Brasil há, na maioria da vezes, o caos.

Quase sempre as cidades procuradas pelos retirantes dos sertões não têm estrutura para recebê-los. Daí

a perplexidade. A diminuição da renda "per capita" de seus habitantes e o índice de mortalidade infantil são os primeiros e feitos. As cidades esgotadas na capacidade de atendimento mínimo na urbanização. Clandestinos loteamentos. Favelas que nascem em explosão. Toda a infra estrutura de serviços defasada. Os órgãos assistenciais, que já se arrastavam nos poucos recursos, paralisados e atônitos, nem têm condições de dimensionar as carências, nem de calcular o mínimo de carentes.

A marginalização dos adultos vindos do campo ocorre de imediato. Do choque das culturas, do desemprego e das frustrações - os chefes de família emborcam toda a problemática no alcoolismo. As famílias se desfazem. Os menores têm como escola a rua e a delinqüência. Os "pixotes" se multiplicam às centenas de milhares. Na violência urbana desaguardam todas estas tensões.

A explosão demográfica ainda não foi equacionada perfeitamente no País, muito menos amenizados seus efeitos. De crescimento anômalo e teratológico até, nas cidades, se deve partir para a consistente ação no sentido de minorar as trágicas conseqüências do pauperismo. A subnutrição nos primeiros meses da criança danifica, irremediavelmente, sua inteligência, condenada a péssimos índices, em conseqüência do irremediável comprometimento das cédulas nervosas. A promiscuidade implica na destruição da família. Os índices de mortalidade infantil são quase campeões do mundo, em certos bairros. A assistência médico-sanitária oficial nem atinge a prevenção de doenças endêmicas. A enfermidade gerando o cansaço. O cansaço a improdutividade. A pouca produção causando o baixo salário. O pouco poder aquisitivo mingando a dieta ali

mentar. A fome trazendo mais doenças. Círculo vicioso de aniquilamento a que se pode chegar se deflagrado o processo pelo não atendimento das básicas necessidades de higiene e de alimentação.

6.3. Estrutura municipal

Esta realidade social não pode ser contornada no exame dos centros urbanos brasileiros. Quando do estudo das áreas metropolitanas procuramos demonstrar que, somente, a anexação dos municípios pelo da sede seria a solução para um governo eficaz.

No caso dos chamados centros regionais e sub-regionais, é tempo de a Constituição Brasileira instituir dispositivos aptos a se transformarem em embriões de governos locais que abranjam, no futuro, todo o aglomerado urbano que ali irromper.

Redes de cidades e de municípios tecidas pelo crescimento econômico ou demográfico, contínua e reiteradamente, se afirmam no panorama brasileiro. Ao redor de Caxias do Sul, de Blumenau, de Maringá, de Campinas e de muitas outras cidades brasileiras se pode distinguir a tessitura de uma rede de cidades que gravitam em torno do centro regional.

Imprevisível o ponto final do crescimento destas cidades. Megalópoles do futuro?

A Tabela III.1 publicada em "Sistema Urbano e Cidades Médias no Brasil", (4) dá noção de como se insinuaram

no País, os conglomerados urbanos.

Ante tal realidade, os que podem reformar a Constituição, devem tentar compelir os dirigentes municipais das cidades integrantes de conglomerados à aliança na problemática comum. (5)

É evidente o processo de cada vez maior emaranhamento destas cidades, muitas já, definitivamente, presas na rede. Economicamente, uma depende da outra. No dia a dia de pequenas cidades, ao redor de Blumenau a evidência de elas terem se tornado simples cidades-dormitórios. Como adiar o compulsório planejamento integrado dessa comunidade mais ampla? A interdependência de cidades fazem delas um todo. Tais aglomerados aí estão. Tímida a criação, pela Lei, das áreas metropolitanas. O eficaz é a anexação dos municípios ao da Sede da Metrópole, porque, dentro dos princípios constitucionais brasileiros, só o Município e o Estado constituem pessoas jurídicas que integram a União. Não existem entes intermediários. Impossível criar uma nova estrutura de governo local no que não é Estado nem Município. (6)

6.4. Planejamento integrado

Nas áreas chamadas metropolitanas, ação conflitante dos municípios integrantes pode, de imediato, causar sérios ou até irremediáveis danos. Daí não se compreender sejam tais megalópoles loteadas em município, limitando-se só ao mero planejamento integrado. (7) Nas metrópoles em.

formação é completamente justificável a introdução de um órgão de planejamento comum.

A longo prazo, decisões isoladas de cada município dela integrante vão atuar como bombas de efeito retardado.

Neste caso de futuros conturbados, pode a estrutura deste órgão obedecer rigidamente ao princípio de autonomia dos municípios integrantes. Um Conselho, que se valendo de estudos técnicos, acomodados na viabilidade pelo senso comum dos interessados - recomendando às lideranças e às diversas Câmaras Municipais novas "Leis", cujas normas se evidenciem necessárias. Tudo pelo planejamento comum. A União e o Estado também deverão ter seus representantes neste órgão: para informar dos propósitos de cada um; para acompanhar a evolução integradora das cidades; para até influir em decisões nas quais ambos possam ser envolvidos.

Enriqueça-se o movimento municipalista. Pela pregação de normas constitucionais, tornando obrigatório o planejamento integrado, indispensável para as cidades que, por um motivo ou outro, estão se acomodando em aglomerados urbanos. Dado o crescimento do País, elas serão, sempre, de imponderáveis dimensões no futuro, com imensos problemas amanhã. É certo que divergências decorrentes de eleição por diversas siglas partidárias dos diferentes prefeitos agravarão o desentendimento administrativo.

Daí a razão de ser da urgência na elaboração de normas legais, determinantes da coesão dos municípios formadores destes futuros aglomerados urbanos.

1. ANDRADE, Thompson A. & LODDER, Celsius A. op. cit. pag. 20..

"Ao longo dos anos, observou-se alguma diversificação e atualmente, mesmo que uma grande parte dos fluxos migratórios ainda se dirija às metrópoles primazes e regionais, é notável o aumento destes fluxos na direção das cidades em posição intermediária na hierarquia urbana.

2. RICHARDSON, Harry W. Economia regional. Teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional. Trad. Fausto Guimarães Cripertino. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, 417p.

3. ANDRADE, Thompson A. & LODDER, Celsius A. Sistema urbano e Cidades Médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, 146 p. (Relatório de Pesquisas nº 43).

"Tanto as teorias que enfatizam a demanda, quanto o modelo acima esboçados, que enfatiza a oferta, apresentam vantagens e efeitos, não podendo explicar totalmente o crescimento econômico de uma cidade".

4. (16) ANDRADE, Thompson A. & LODDER, Celsius A. Op.cit. p.

5. (17) MELO, Osvaldo Ferreira de - Aspectos Jurídicos e Institucionais do Planejamento Micro-Regional. SUDESUL, 1972, página 59.

"Governar, hoje, sem planejamento, seja qual for o sistema econômico ou político do Estado, é cometer um crime contra

o interesse político".

6. ANDRADE, Thompson A. & LODDER, Clesius A. - op. cit. p.

"De qualquer forma, conforme expõe Eurico Andrade Azevedo, em trabalho já citado", não se trata de nova entidade, um desmembramento do Estado e com autoridade política, não se trata de um governo intermediário entre o Estado e o Município, mas sim, o estabelecimento de uma área para a realização de serviços comuns, debaixo de uma autoridade administrativa única".

7. SENAM - Organização Administrativa das Áreas Metropolitanas Rio, 1970. página 25.

"A entidade metropolitana será, antes de tudo, um órgão de planejamento, de estímulo e racionalização do desenvolvimento da Metrôpole".

7. MUNICÍPIO DA ÁREA RURAL

7.1. O esvaziamento populacional

A centralização das indústrias, intensificada no Sudoeste brasileiro, demonstra regiões aptas a acolherem melhor a novos empreendimentos. Por outro lado, a mecanização das lavouras, a inexistência ou precariedade dos serviços públicos, a busca ao ensino do 2º Grau e Superior e a deterioração dos preços da agropecuária sujeitos aos azares da natureza e aos traumas de comercialização, têm, desde 1960, agido como eficientes ventosas, aumentando a sucção da população dos pequenos centros rurais.

É a decadência de milhares de municípios (pequenos ou enormes na área) de debilidade congênita na sua economia.

Todos os números dos censos demográficos decenais (60, 70 e 80) evidenciam o crescimento das médias e grandes cidades. Às pequenas sedes de municípios tem sobrado a queda ou estabilização populacional.

Tal fato demográfico não revela alta taxa de produtividade na lavoura. Nem índices extraordinários de mecanização. Significa, apenas, a deterioração insuportável das condições de vida do homem do campo e do interior. O consumismo das sociedades mais desenvolvidas sublinha o contraste do primitivismo em que vivem estas populações. O ensino, a saúde, o lazer, os serviços públicos e o conforto inexistem. (1)

Inegavelmente que a comunicação social, por intermédio da telefonia e mesmo da imagem da televisão foi o setor em que houve mais desenvolvimento no Brasil, desde os anos 70.

As forças armadas de há muito não mais consideram certas regiões como suas tributárias, isentando os jovens das zonas agrícolas do serviço militar. Há fundos federais e estaduais para assistência aos pequenos municípios(FEPLAN) Os Estados-membros dão alguma assistência. Tudo isto é gota d'água. O Brasil Continental está nestes pequenos centros. A geopolítica nacional não se coaduna com o esvaziamento demográfico de vastas regiões, já de rarefeitas populações.

7.2. Ação fortalecedora

O poder político em tais municípios é, com mais crueza, exercido pelos que detêm o poder econômico. É a volta à predominância dos interesses privados na administração municipal, tão evidente no Brasil-Colônia, Império e República Velha. (2)

Até na Amazônia, as grandes empresas brasileiras, estimuladas pela SUDAM, ao investirem grandes somas, ocupam grandes áreas de terra - de forma a desestimular os pequenos municípios. Como força desagregadora, impedem o município de exercer sua função econômica. Prefeituras paupérrimas, impossibilitadas de se oporem aos mínimos caprichos dos empresários. É o fato comum, em todos os Estados do Brasil, este quadro.

Não basta o Estado-membro dividir seu território em municípios. Não se trata de mera divisão geográfica. Há requisitos outros como população, produção econômica e organização política. Não é justo jogar a carentes populações a carga do desenvolvimento e da ocupação da zona rural, abandonando-a simplesmente. À União ou ao Estado-membro isto compete. Nunca aos municípios.(4)

Muitos municípios, na vigência da constituição de 1946, foram criados sem ter condições mínimas de desenvolvimento. Há séculos as capitais dos Estados decidem sem sequer saber o que ocorre no interior.(3) As populações dos Estados-membros, na reivindicação de um novo município, conquista apreciável para as populações interioranas, fundamentavam tudo somente no chamado "retorno". Isto é, a participação dos municípios nos impostos arrecadados pela União e Estados em percentual fixo, e o montante dividido entre todos os municípios, cada um deles recebendo uma fração igual, independentemente de sua população, área e produção econômica. A crise econômica nacional certamente rarefaz e até faz desaparecer qualquer ação administrativa, nestas combalidas comunidades.

Municípios cujas regiões rurais, mesmo exauridas, ainda contribuem para a exportação brasileira. Canalizando para os "corredores de exportação" produtos agropecuários, extrativos e até minerais. É verdade que, no caso de minerais, há uma compensação específica para os municípios. Com exceção do petróleo, entretanto, na mineração há a produção clandestina, a intensa comercialização à margem do fisco e o contrabando, enriquecendo intermediários e, ainda, espoliando o produtor.

7.3. A transformação

Uma política municipalista deve ser definida em todos os níveis de debate e de decisões, neste País.

Capacitação dos administradores eleitos, oferta de recursos da União e do Estado e complementação da inópia dos erários municipais asseguram, ao menos, os essenciais serviços públicos. Não a assistência paternalista ou interesseira de vésperas de eleições. Mas um contínuo fluxo de recursos ativando as cédulas do Estado. Paralelamente aos Planos Nacionais de Desenvolvimento, essencial que se planeje a revigoração de cada pequeno município. Um planejamento integrado mas que pormenorize a deficiência de cada ente municipal. (6) O óbvio disso tudo desaconselha extensas considerações para justificar um municipalismo criativo e justo, voltado aos pequenos municípios brasileiros. No associativismo, neles próprios, certamente a única esperança de hoje.

Há uma estrutura diferenciada de fato do Município no Brasil. Abrange milhares, por lhes faltarem recursos para tudo. Habitados por famílias sem moradia fixa ou, quando não, nômades, se valem de subhabitações. O Brasil da gente do interior - pobre, ignorante, doente e desassistida - é um fato. (7)

É o maior desafio ao Brasil a promoção dessa gente. Integrá-la no processo político, econômico e cultural de uma nação, ainda na efervescência de suas definições.

Os diretórios e as convenções municipais constituem as unidades formadoras dos partidos nacionais.

A Lei Orgânica dos Partidos, por intermédio dos diretórios municipais, valorizara assim os pequenos municípios brasileiros. Mas o importante é fazer populações livres pelo voto e politizadas suficientemente para pressionarem a Nação até lhes serem deferidos seus direitos. Direitos resultantes da construção de uma por uma das parcelas da Nação.

Na construção de uma ordem democrática e na afirmação destes valores, a todos os partidos políticos, no Brasil, indiscriminadamente, se deve transferir a grande responsabilidade.

Isto porque, no universo dos municípios, os pobres ficam à sombra das Áreas Metropolitanas, dos Centros Regionais e dos centros maiores, estrelas das estruturas diferenciadas de governo municipal.

-
1. Projeto de Resolução nº 98, de 1979. Da CPI dos Municípios. Diário do Congresso Nacional - Seção I, Suplemento nº 163. - 5 de dezembro de 1979. Transcrição de notícia.

"Pesquisa o IBAM constata perda de população em 23% dos municípios brasileiros. Uma pesquisa da cientista política Ana Maria Brasileiro, do IBAM - Instituto Brasileiro de Administração Municipal -, revelou que, dos 3 mil 952 municípios brasileiros, 907 - 23% - estão perdendo população - sobretudo os pequenos - e os Estados de Minas, São Paulo, Espírito Santo e Rio de Janeiro têm maior incidência de localidades que

sofreram migração. Segundo a Sra. Ana Maria Brasileiro, "é um erro pensar-se que as fontes migratórias estão secando no País. Ao contrário, ainda há muita gente para migrar. De acordo com os últimos dados conhecidos, cerca de 60% da população brasileira vivem, ainda, em zonas rurais ou em cidades e vilas com menos de vinte mil habitantes". Dos municípios com menos de 5 mil habitantes, mais de um terço (658) está perdendo população. Dois fenômenos antagônicos - estagnação antagônica ou introdução de técnicas mais modernas de produção - concorrem para esta expulsão da população rural, afirma a pesquisadora. Nas áreas estagnadas, as migrações costumam ser motivadas, sobretudo, pela influência de áreas cultiváveis, fato agravado pela sua monopolização pelos grandes proprietários. Sem terra ou com pouca terra, e quase sempre sem ser o dono dela, o agricultor prefere migrar. No caso oposto, quando são introduzidas novas técnicas, a máquina acaba substituindo os colonos, agragados ou parceiros.

2. LEAL, Vitor Nunes - Coronelismo, Enxada e Votos - 3ª Edição
Página 251 - Editora Alfa Omega - São Paulo - 1976.

"Conquanto suas conseqüências se projetem sobre toda a vida política do País, o "coronelismo" atua no reduzido cenário do governo local. Seu habitat são os municípios do interior, o que equivale a dizer os municípios rurais, ou predominantemente rurais; sua vitalidade é inversamente proporcional ao desenvolvimento das atividades urbanas, como sejam o comércio e a indústria. Conseqüentemente, o isolamen

to é fator importante na formação e manutenção do fenômeno."

3. SEVERO, Archibaldo. O Moderno Município Brasileiro; uma contribuição aos Estudos de Municipalismo. Porto Alegre, ' Thurmann, 1946, p. 87.

"Vivíamos como que ilhados dentro da realidade das coisas e dos fatos, de costas para o verdadeiro Brasil, na afirmação profundamente incisiva de Osvaldo Aranha."

4. CARVALHO, Orlando M. Política do Município; ensaio histórico. Rio de Janeiro, Agir, 1946, 172p.

"Quer dizer, a concentração de interesses nas aglomerações de vizinhos é escassa. O resto da população se espalha pelo território imenso. É peso morto que a sede arrasta, com uma fatalidade constitucional. A solução é afastar esse território da jurisdição da sede, colocando-o sob o controle do governo estadual, até que a população intensifique a aglomeração, a ponto de poder cuidar de si mesma. É a solução americana do norte. Os nossos municípios não correspondem exatamente às populações com o "homerule", porque ali os municípios não dispõem de territórios imensos em redor das cidades, dos quais não podem tirar proveito, e aos quais não agüentam beneficiar. O nosso município corresponde mais ao "county"."

5. SEVERO, Archibaldo. O Moderno Município Brasileiro; uma contribuição aos Estudos de Municipalismo. Porto Alegre, Thurmann, 1946, p. 175.

"Se queremos salvar o Brasil devemos começar pela valorização do município do interior. Valorizando-o vamos elevar o

homem que, mesmo carregando sofrimentos sem par, não quer a abandonar a terra onde aprofundou raízes sentimentais da família que formou".

6. Comissão Parlamentar de Inquérito. Projeto de Resolução nº 98.

"Para eliminação da tutela exercida, hoje, pelo Governo Federal, sobre os municípios, impõe-se a criação de núcleos de planejamento a nível micro-regional que possibilitem o levantamento das necessidades dos pequenos municípios, elaborem projetos e fiscalizem a aplicação de recursos."

7. CARVALHO, Orlando M. Política do Município; ensaio histórico. Rio de Janeiro, Agir, 1946, p. 149.

"Assim, por exemplo, a votação do Município de Pequi (Oeste de Minas) mal atingiu 70% do eleitorado porque os eleitores do distrito do Rio do Peixe, em sua maioria da oposição, foram errada e maliciosamente informados pela autoridade a respeito do local da votação, dirigindo-se em massa para um ponto distante 4 léguas de sua seção eleitoral, o que representa na realidade um pormenor de aparência despistante, pela pouca importância de que se reveste. Em Estiva, distrito de Pouso Alegre (Sul de Minas), a atuação do encarregado de obras e do fiscal da Prefeitura foi decisiva, sendo muito importante a influência e o trabalho, na sede do mesmo Município, do delegado de polícia, de um investigador e de vários funcionários municipais. O juiz de direito, que dirigia a prefeitura, não estava em condições de obstar tal atuação.

Em Congonhas do Campo (Centro de Minas), o delegado de polícia, o coletor estadual, o escrivão da coletoria, o fiscal estadual, os funcionários da prefeitura, o escrivão de paz, o 1º juiz de paz e o agente do correio de Alto Maranhão, usando de suas autoridades e atributos, assaltavam os incautos, no dia das eleições, tomavam e trocavam as cédulas dos adversários."

8. MUNICÍPIOS NÃO AUTÔNOMOS

8.1. A quebra da evolução municipalista

No caso das zonas de segurança nacional, das capitais de Estados e das estâncias, a solução dada pelas Constituições brasileiras (dando-lhes "status" semelhante ao do Distrito Federal) não é a ideal.

Forçadamente as áreas em que a segurança nacional deva ser constantemente analisada, impossível se outorgar a competência específica, a um Prefeito eleito, de definir situações emergenciais ou a própria política nacional. Cabe aos órgãos, para isto instituídos pela Constituição, a vigilância e conseqüente deflagração de ações acauteladoras.

Também nas capitais dos Estados, justo se dê à Unidade da Federação o direito de comandar a aplicação de seus próprios recursos. O mesmo nos municípios considerados como estâncias... (1)

A frustração dos habitantes destas cidades é sua "capitis diminutio" em confronto com o restante de outros municípios do Brasil. Santa Rosa de Lima com poucas centenas de eleitores, em Santa Catarina, elege o seu Prefeito, e São Paulo com milhões de eleitores assiste à nomeação do governante da Cidade.

Justifica-se a autonomia do governo local pela preponderância de seu "peculiar interesse".

8.2. A atuação de outros poderes no município

Quando se defendem estruturas diversificadas para municípios brasileiros, se pode tentar outra solução que não a nomeação do Prefeito para estes municípios não autônomos.

Se municípios atípicos - nestas três hipóteses -, nem por isto desmerecem sua autonomia em tudo aquilo em que predomine absolutamente seu peculiar interesse.

Nas Leis Orgânicas ou na própria Constituição Federal, mesmo nas Estaduais, se defina onde deva chegar tais municípios. Incapazes sejam de atos administrativos ou de decisões que não podem por ele ser tomadas, por fugirem à competência municipal. Pode que o agente da execução de obras e serviços, (decididos, quantificados e pagos pela União ou pelos Estados Membros) seja indiferente. Em tais casos o município agirá numa delegação de poder. Não há nunca conflitos entre os governantes na divisão tripartida da Federação. Chefes de Executivo eleitos por siglas partidárias distintas cada um agindo em sua própria esfera. A delegação não é pessoal na outorga ao Prefeito Municipal. Transfere-se o ônus da execução de um ato administrativo a outra estrutura administrativa - naquilo que for possível a delegação. Necessariamente a União ou Estados (que delegam) deverão superintender ou fiscalizar "pari passu" cada segmento da ação delegada. Delegar-se-á também somente se é constitucional a delegação.

E, no sentido de não ser contrária às normas constitucionais, admite-se a delegação não prevista mas

implícita. Tudo isto para que não se recue no princípio da autonomia municipal, se mantendo estruturas anacrônicas e só defendidas antes do municipalismo, autêntica afirmação brasileira. (2)

Quando impossível a delegação, podem, dentro do município, por eles mesmos agir - União ou Estados - cabendo a seus próprios órgãos a execução de que decidem para aquele município. Desde que faça alguma coisa que ultrapasse o interesse do governo local.

Dentro destes condicionantes, a eleição direta dos prefeitos é necessária. Perfeitamente viável nestas ressalvas. Além de não inibir a participação de milhões de brasileiros, nas condições que os afetam, diariamente dirigidas à comunidade, restringem a ação da União e dos Estados-membros, exata e precisamente naquilo que indiscutivelmente é de competência sua e não do município. A permanente crítica ou reflexão definirá até onde o município deve chegar. Até que o município permaneça autônomo por completo. Certo que, em seu âmbito ou sua jurisdição, atuarão os outros dois poderes, União e Estados-membros. Cada um dentro do que especificamente se defina o peculiar interesse de cada um.

1. CARVALHO, Orlando M. - Política do Município. - Pág. 83.

"Na feira dos últimos entrou Minas Gerais, instituindo as Prefeituras das estâncias hidrominerais e do município da

Capital. O governo do Estado nomeava o Prefeito, o povo elegia a Câmara local. Quando na Presidência do Estado, o Sr. Artur Bernardes fez entrar em discussão na Câmara o projeto de reforma da Constituição acima referido, em que possibilitava a nomeação de prefeitos para todos os municípios, mais com fins políticos do que técnicos. Defendeu o projeto o então deputado Sr. Francisco Campos, que procurou demonstrar que autonomia não é contrária ao "controle"; que, pelo contrário, implica a idéia de fiscalização; enquanto que só no regime unitário e centralizador é que se encontra a idéia de hierarquia. Por aí se pode ver como a idéia de autonomia, na Constituição Federal, foi estabelecida sem ter em vista a eletividade da administração local. Foi mesmo proposta na Constituinte de 91 uma emenda, acrescentando à autonomia do texto a eletividade da administração local."

2. Comissão Parlamentar de Inquérito

"Cumpra solucionar, também, o problema das estâncias balneárias, cuja população flutuante não é considerada na atribuição de receitas a esses Municípios. A melhor forma consistiria na reinstituição do sistema vigente na Constituição do Estado de São Paulo de 1947, ampliando-o para todo o País. O Estado ficaria obrigado a aplicar em serviços públicos, na localidade, pelo menos, quantia igual à totalidade da arrecadação municipal do exercício anterior.

9. RESERVAS INDÍGENAS

9.1. Tutela do índio

A tutela exercida pela União, nos índios brasileiros, deve exclusivamente se destinar à proteção de sua existência como índio.

Implica na permissão do Estado brasileiro admitir o índio como tal. Por isso, para muitos, implicitamente a Constituição brasileira admite a dupla nacionalidade. A de brasileiro X a de índio.

Mas, a nacionalidade índia se caracteriza pela ausência de direitos políticos. O cidadão índio é um confinado e tutelado.

A confinação está a exigir uma mais imediata e justa institucionalização. Há quem conclua ser possível a outorga às nações indígenas de "status" de Estado-membro na Federação. (1)

9.2. Estrutura específica de Governo local nas reservas

No movimento municipalista brasileiro, certamente é tempo de se definir a institucionalização das comunidades indígenas.

Elas ocupam territórios relativamente pe-

quenos, mas separados por distâncias continentais entre as terras dos outros grupos indígenas.

Por isto nos parece que a autonomia do governo das comunidades indígenas deva se efetivar pelas linhas principais do município no Brasil, pois já é evidente a luta política entre os próprios índios. (2)

A integração definida pela Lei (Estatuto do Índio) não implica na renúncia à natureza do índio. É imperativo legal (art. 2º) que a integração ocorra com total respeito aos "usos, costumes e tradições das comunidades indígenas a seus efeitos, nas relações de família, na ordem de sucessão, e no regime de propriedade".

Se o objetivo final do Estado é a integração coletiva, o primeiro estágio dela implica na autonomia de seu governo. Isto é, que a comunidade indígena, ela própria (já não mais tutelado nenhum de seus membros) resolva do próprio destino do confinamento.

Ainda que de esquematização incipiente, na defesa do Estado brasileiro pluralista, se formula a necessidade de se refletir sobre a fixação dos princípios que venham a nortear o governo local das comunidades indígenas.

Evidentemente que no choque das culturas, mesmo que não percam os índios sua etnicidade, prevalecerá na própria escolha deles, a vontade de ser cidadão brasileiro com todas as regalias disto decorrentes. Mesmo que, para muitos, signifique a última etapa da denominação dos povos indígenas.

Este gradativo envolvimento implica até na descaracterização do território indígena. (3)

Por tais motivos, a institucionalização dos

territórios indígenas, à semelhança dos municípios, não só os manterá na coesão como também habilitará suas comunidades a de cisão final. (4)

O fim do confinamento, quando ela se sentir apta a se dispersar no território brasileiro. Mas assegurada para os remanescentes a definição da utilização dos seus espaços ainda que abertos sejam para os não índios. É uma idéia em embrião, cujo desenvolvimento por certo decorrerá da própria experiência e do próprio debate, nas comunidades indígenas.

1. MORAES, Carlos Frederico. In: Alguns pontos sobre os povos indígenas e o Direito. Ensaio integrado no "Índio perante o Direito". - UFSC, 1982, página 89.

2. Visão - 19.01.83, página 25. (Revista)

"Uma delegação de índios bororôs das tribus Merure e do Garças, ambas no sul de Mato Grosso, apresenta-se nesta segunda-feira, em Brasília, ao Presidente da FUNAI, Coronel Paulo Moreira Leal, para comunicar oficialmente o golpe de estado que derrubou o cacique Angelo Kaigo e a eleição de seu siceessor, Aneldino Kogotereu, 38 anos..."

3. SANTOS, Silvio Coelho dos. Org. O Índio perante o Direito; ensaios, Florianópolis, UFSC, 1982, p. 23.

- UFSC, 23.

"Outrossim, fica claro que o Estado pensa do território indígena como uma reserva de utilização temporária, a qual de saparecerá na medida em que os índios foram integrados".

4. SOUZA, Álvaro Reinaldo de - Minorias étnicas. O índio perante o Direito brasileiro. Dissertação de Mestrado - UFSC. Florianópolis - 1982. Pg. 70.

"Urge pois, buscar outras formas de interpretação jurídica que ampliem a interpretação tradicional naquilo que tiver de favorável às sociedades indígenas e as reordenem quando for preciso."

10. ASSOCIATIVISMO MUNICIPAL

10.1. Fundamentação

Com a institucionalização de estruturas diversificadas do poder municipal, não se esgota a ação do poder público no âmbito do município.

Muitas respostas às suas necessidades, o Município não encontrará nem no Estado, nem na União. Tanto a das Unidades da Federação como a ação federal tendem levar até os municípios política programada e alternativas a impor.

Sem que em si mesmo tenha recursos para a solução de determinados problemas, fechados ou inócuos os canais com a União e os Estados, às vezes, se volta ela aos outros municípios. Se generalizada a problemática, a aliança circunvizinha mais cômoda nem sempre é a preferida. Busca-se até em remotas regiões os comparsas para o empreendimento.

Na cooperação, às vezes, surgem a União ou os Estados. Por isto, no associativismo de municípios se pode apontar:

- a) política da União ou dos Estados, agrupando municípios para determinados fins;
- b) espontânea associação dos municípios.

As finalidades mais amplas de ambas as modalidades decorrem da perseguição de objetivos comuns específicos.

Nelas, lógico, essenciais dois aspectos, para as comunidades, o urbano e o rural. A aliança espontânea, sem a interferência da União ou dos Estados, não é motivada pela "organização do espaço" ou a "regionalização". Persegue-se, na autonomia municipal com a descentralização de decisões, o estímulo ao associativismo municipal autêntico. A convicta adesão ou o espontâneo aliciamento de comunidades, em qualquer momento ou em qualquer espaço, envolvidas na mesma dificuldade e cientes de que só surgirão respostas delas próprias. (1)

Para o arremate do estudo destas alianças, há a fase preliminar possibilitadora de conclusões, contudo forçoso estudar:

- 1º) Questões jurídicas e constitucionais;
- 2º) Procedimentos deflagrados pela União ou pelos Estados-membros;
- 3º) As determinantes específicas do tipo especial de associação; e,
- 4º) Os impecilhos legais.

10.2. O passado

Cumpridas estas preliminares, mais ordenados esboço do conceito, abrangências e função do associativismo municipal no desenvolvimento brasileiro.

Inexistente a estrutura administrativa, na República Velha, a previsão de entidades intermediárias entre Estados e Municípios. (2)

Para que ocorra uma "Federação de Municípios" necessária a previsão constitucional, com normas específicas dirigidas a este novo componente da União ou do Estado.

(3)

Certamente nunca se chegará à institucionalização de uma "quarta fonte de leis na Federação", a de "Municípios associados". Mas na carta de 1937, surge o "agrupamento de municípios", facultado pelo art. 29. Mas este agrupamento, deveria obedecer os seguintes princípios:

- a) Municípios da mesma região;
- b) A finalidade só poderia ser a de "instalação, exploração e administração de serviços públicos comuns;
- c) Personalidade jurídica; e,
- d) As unidades da Federação competiria regular, dar condições de constituição de agrupamentos, bem como de sua administração.

É o reconhecimento da existência de determinados tipos de serviços públicos, que, dada sua natureza, só podem ser organizados, com êxito, com a participação dos municípios da região.

10.3. Questões constitucionais

A Constituição de 1946 não vetava a Associação. Com o advento da Constituição de 1967, esta vez às Câmaras Municipais e não os Estados cabia a decisão para os muni-

cípios se associarem.

Certamente são poucos os recursos dos municípios. A heterogeneidade deles no Brasil é óbvia em todo o território. Comunidades sem nenhum recurso e outras poderosas. Umas de mínimas problemáticas, algumas com problemas de complexidade caótica. Mas todas necessitando de cooperação entre elas, no surgimento de um óbice comum ou na busca de um melhoramento geral. (4)

Mas em todas a carência congênita de recursos financeiros. Se vazios seus cofres, se angustiante a expectativa de seu povo, a solidariedade e a associação com outras comunas é alternativa altamente válida na dinâmica municipal.

A nosso ver, a Federação brasileira, como outras modernas, desconhecem outro poder autônomo no governo local, intermediário entre o Estado-membro e o Município. Pessoa jurídica de direito público que não a União ou os Estados-membros. Mas, nem por isto, os municípios brasileiros deixaram de instituir pessoa jurídica de direito privado, para se associarem.

-
1. DALLARI, Adilson Abreu. *Municipalismo*. In: *Enciclopédia Saraiva de Direito*. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53, p. 443-44.

"O ideal municipalista está corporificado em um grande número de Associações de Municípios existentes. Em nível na-

cional, opera a Associação Brasileira de Municípios, e em nível estadual, as diversas Associações existentes nos diversos Estados Membros. Além disso, estão proliferando as Associações de Municípios integrantes de microrregiões homogêneas. Tais associações são sociedades civis desprovidas de qualquer vínculo oficial". (28)

2. CARVALHO, Orlando M. - Política do Município. - Pág. 87-90.

"No Estado de Minas, a diferenciação geográfica, econômica e social das várias zonas territoriais, cada qual apresentando caracteres próprios, sugeriu desde logo na Assembleia Constitucional de 1891, a idéia de colocar entre o Estado e os Municípios uma outra entidade administrativa. A primeira indicação partiu do Deputado Olinto de Magalhães, que apresentou um projeto de constituição para estudo da Assembleia, contendo a divisão do Estado em cantões e destes em municípios."...

3. LEAL, Vitor Nunes - Coronelismo, Enxada e Votos

4. "Em 1944, com 1.574 municípios, o Brasil apresentava como de mais área o de Altamira (Pará), com 280,700km² e o município menor o de Nilópolis com 21 km². (Rio de Janeiro)."

5. Archibaldo Severo, à página 70 do Moderno Município Brasi-

leiro, evidencia o desacerto dos que legislaram em matéria tributária, quando transcreve o quadro abaixo:

ARRECADAÇÃO EM:	BRASIL	ESTADOS UNIDOS
<i>Impostos Federais</i>	63%	31,5%
<i>Impostos Estaduais</i>	28%	14,5%
<i>Impostos Municipais</i>	9%	54%

6. Alcino Pinto Falcão (Aspectos da cooperação horizontal no federalismo) lembra que, na Alemanha, já se procura criar pessoa jurídica de direito público interno, não territorial, mas como uma conhecida cadeia de televisão estabelecida pelos Estados Membros, utilizando os poderes remanescentes e configurando uma entidade supra territorial.

11. NORMATIZAÇÃO DO ASSOCIATIVISMO

11.1. Histórico

Competindo-lhes na República Velha (Constituição de 1891) a institucionalização do município, caberia aos Estados-membros qualquer iniciativa de regulamentar as associações municipais.

A norma pioneira e a mais importante, por certo, é a do artigo 10 da Constituição Paulista de 14 de julho de 1891: "As municipalidades poderão associar-se para a realização de quaisquer melhoramentos, que julguem de comum interesse, dependendo porém, da aprovação do Congresso as resoluções que neste caso tomarem. Se necessários quaisquer melhoramentos, portanto, há o fim específico, isto é, a associação criada, mantida ou extinta na dependência exclusiva do melhoramento. Ela só poderia ser criada para determinado fim.

A Lei Orgânica dos Municípios de Santa Catarina, Lei 1639, de 5 de outubro de 1928, viria acrescentar mais alguma justificativa para a criação das associações: "É lícito aos municípios ajustes e convenções para realizações de obras ou instituições de utilidade comum e cobrança mútua de impostos".

A Constituição de 1937 inovou, e o Estado de São Paulo, no artigo 100 de sua Lei número 2484, de 1935, trataria além dos melhoramentos - como fundamentação de associação entre municípios - a execução dos serviços de interesse comum. Exigia São Paulo a "aquiescência" da Assembléia Legislativa,

A Lei Orgânica dos Municípios de Santa Catarina, de 30 de dezembro de 1935, no artigo 55º tinha o mesmo conteúdo da Lei Paulista de 1935.

Em suas Constituições novamente ambos os Estados, São Paulo e Santa Catarina, após 1946, previam a possibilidade de associação de Municípios.

Mas em ambas as criações de associações municipais exigiam que os formadores fossem vizinhos ou confinantes. (São Paulo, Constituição de 1947 - artigo 47; Santa Catarina - artigo 109, da Constituição de 23 de junho de 1946).

11.2. Espontaneidade do associativismo

As associações municipais propriamente ditas são aquelas em que participam na administração somente municípios. A linguagem administrativa, qualquer que seja a origem legal ou a época ou motivos da constituição, dá dominação específica a estas entidades, segundo seus fins - muito embora as mesmas nomenclaturas às vezes sejam usadas indiscriminadamente.

Assim é que a palavra "consórcio" é mais empregada quando se visa a realização de uma determinada obra ou serviço.

Já "associação" sugere a vinculação mais genérica no trato de assuntos de interesse comum, entre os municípios que a criaram, sem especificação dos mesmos, isto é, perseguem o desenvolvimento, sem materialização de meta.

O consórcio é encontrado com o mesmo nome

na legislação italiana (Código Civil - artigos 2062, 2620 e 2635, e na Lei Municipal e Provincial (Italiana - de 03.03.1964).

No Brasil há também a preocupação de normatizar o associativismo entre os Municípios.

Por importante a existência destas alianças, se deve estimular a espontaneidade.

A intervenção dos Estados e da União implica na distorção dos primitivos propósitos. Na estruturação de outras alianças, se pode até ter como imprescindível a participação de pessoas jurídicas de direito público, que não sejam municípios.

No caso das alianças exclusivamente municipais, para serem constituídas com o consenso da população interessada, é próprio deixá-las nascer como resultantes da mesma estrutura dos Municípios que as formam. Devem elas traduzir fórmulas regionalmente equacionadas, ou a equacionar, de problemas próprios.

No caso das alianças exclusivamente municipais, a própria formulação da problemática deve ser autônoma ao máximo. Não é só a transformação prevista nos Órgãos Centrais de Planejamento; é a conquista de determinadas fases esboçadas e deflagradas pelas comunidades. É a consolidação da autonomia municipal. Não só pela vagueza do princípio fundamental da Constituição. Mas objetivo visado e perseguido pelos municípios brasileiros. Para que assim se assegurem suas individualidades, permitindo que seus munícipes nelas se diluam.

1. "O artigo 123 (da Lei Orgânica do Estado de Santa Catarina) faz com que sejam requisitos essenciais à constituição de Associações de Municípios: os Conselhos Consultivos. Também seja definida uma autoridade executiva. Um Conselho Fiscal de pessoas não vinculadas ao poder público (governantes e funcionários)."

12. AS ENTIDADES MUNICIPAIS E SUA FORMA JURÍDICA

12.1. Entidades de direito privado

Dada a não regulamentação e conseqüente impossibilidade de constituírem pessoa jurídica de Direito Público, é civil a natureza das entidades resultantes das associações municipais. No Direito Público brasileiro, inexistem entidades intermediárias entre Municípios e Estados. Para que tal ocorresse, indispensável que a Constituição Federal:

- a) As denominasse;
- b) Fixasse os requisitos essenciais fundamentais para sua constituição;
- c) Atribuisse a elas recursos próprios; e
- d) Estipulasse sua forma de administração.

Sendo sociedades civis, ou melhor, de direito privado, as associações ou consórcios de municípios podem ser organizados de acordo com os tipos de pessoas jurídicas, nominadas ou não, cuja constituição e funcionamento só têm limitações, na validade do ato jurídico, as instituídas pelo Artigo 82 do Código Civil. Isto é:

- a) Capacidade do agente;
- b) Objeto lícito; e
- c) Forma prescrita ou não defesa por lei.

Para a constituição destas sociedades, o mais importante é a representação do município. A partir desta representação se pode formular a hipóteses abaixo rela-

cionadas:

- 1º - Associações que não criem obrigações para os Municípios envolvidos, mas sim, tão somente, para cidadãos dos diversos Municípios que a ela aderem. A Assembléia Geral destes cidadãos é a forma da Constituição.
- 2º - Associações meramente consultivas, não implicando em despesas para os Municípios delas participantes, podem ser criadas pelos Prefeitos Municipais ou pelas Câmaras Municipais, em atos próprios.
- 3º - Grupos de planejamento não remunerados, com objetivo específico, podem ser constituídos pelos Prefeitos ou Presidentes das Câmaras Municipais.
- 4º - Entidades para cuja formação e funcionamento necessários são recursos financeiros dos Municípios componentes, ou que instituem obrigações para os Municípios, somente poderão ser constituídas mediante autorização por Lei Municipal.

12.2. Tipos de associativismo municipal

O associativismo entre municípios pode ser tido, quanto a seu objeto, como setorial e geral. Setorial, se adstrito a determinada ou localizada problemática. Geral, se se procura a conjugação de forças, ou serviços ou até idéias de interesse de todos os Municípios. Quanto à forma, podem ser:

1. Autarquias intermunicipais;

2. Empresas Públicas;
3. Empresas de Economia Mista;
4. Fundações;
5. Sociedades Civis sem fim lucrativo;
6. Consórcios;
7. Associações de Municípios (Associação Brasileira de Municípios);
8. Federação de Associações Municipais de um mesmo Estado; e
9. Federação Nacional de Associações de Municípios.

A conjugação de recursos e atividades pode ser obtida independente da constituição de pessoa jurídica, com fim determinado. Mediante convenções (acordo de vontades) entre municípios surgem:

- 1) Convênios para implantação de exploração de serviços comuns;
- 2) Convênios para projeto, execução e manutenção de obras públicas de comum interesse; e
- 3) Contratação conjunta de serviços de auditoria ou de elaboração de programas e projetos.

Não é comum no Brasil a Autarquia Intermunicipal. Hely Lopes Meirelles afirma a não existência de qualquer norma constitucional que a proíba, na vigência da Carta de 1946.

O fundamento da Autarquia deste tipo, segundo o referido autor, estaria na competência municipal de realizar atos destinados à "organização dos serviços locais". Mas estes serviços, ao serem prestados por autarquias intermunicipais, não são, evidentemente, locais (adjetivo empregado na ali-

nea b, do inciso II, do artigo 15 da atual Constituição).

O jurista acima citado adverte, no caso, ser necessária a aquiescência do Estado Membro. Tratando de normas constitucionais ainda vigentes (Emenda nº 1 à Constituição de 1967), podemos então enumerar requisitos à Constituição de autarquias municipais:

- 1º - Consentimento dos Municípios interessados expresso em lei específica;
- 2º - Autorização ou até participação do Estado a que pertencem;
- 3º - Estatutos da entidade, aprovados por todos os Municípios e o Estado (1) (leis específicas) definindo seus objetivos, duração, abrangência, sede, administração, orçamento, qualificação e patrimônio da entidade
- 4º - A constituição se formalizará em Assembléia Geral, formada por representantes das entidades públicas formadoras. A ata será, no caso, a forma do ato jurídico da constituição;
- 5º - Com sua constituição será a entidade nova, pessoa jurídica com direitos e obrigações próprias e diversas dos de suas formadoras.

Inquestionavelmente, advirão vantagens para os Municípios formadores da autarquia intermunicipal, asseguradores da obtenção de objetivos as vezes até fundamentais para as comunidades envolvidas.

As empresas públicas e de economia mista são constituídas para exploração de atividades empresariais. É o Município produzindo bens e serviços. Mais serviços que

bens, evidentemente.

Há grande polêmica, no Brasil, quanto à estatização da economia. As empresas municipais criadas em setores economicamente rentáveis, tendem a ter desempenho inferior ao das de iniciativa privada.

Esquecem-se do lucro. E os déficits se acumulando passam a constituir ônus injustificáveis às Fazendas Municipais. Por outro lado, o monopólio tende a fazer das empresas ditatoriais impositores de maus serviços, a custos altíssimos e de preços insuportáveis.

Assim, também, ao Município (como à União e aos Estados) incumbe o dever de se afastar da economia, naquelas atividades rentáveis e por isto mesmo atraentes para o capital privado, se este último existe.

Nas empresas estatais, em que o capital é só do Município, também necessário a Assembléia Geral de Constituição.

Nas de economia mista, forçosamente deve cumprir o Município uma exigência constitucional. A de deter o controle acionário, ou seja, manter a maioria do capital com direito a voto. No restante, estão sujeitas a toda a legislação das sociedades anônimas (Lei nº 6404, de 15 de dezembro de 1976). Constituem-se mediante Assembléia Geral, havendo necessidade da Lei Municipal autorizando o Prefeito Municipal representar o município.

Quanto às fundações, a sintetização contida na redação primorosa do artigo 24 do Código Civil, as define com perfeição. "Para criar uma fundação, far-lhe-á o seu instituidor, por escritura pública ou testamento, dotação espe-

cial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e, declarando, se quiser, a maneira de administrá-lo."

Imprescindível, portanto, Lei Municipal que crie a fundação, apesar de pessoa jurídica regulamentada no seu funcionamento, pelo Código Civil. Quanto à prestação de contas, deverá ser feita aos Conselhos Curadores, órgãos que necessariamente devem ter a fundação. (Zelará pelas fundações o Ministério Público - art. 26 do Código Civil).

Quanto às sociedades civís sem fins lucrativos, Associação de Municípios, Federação de Associações Municipais de um mesmo Estado e Federação Estadual ou Nacional de Associações de Municípios são sociedades de direito privado, também regulados a constituição e funcionamento, pelo Código Civil.

De tão multiformes e ponderáveis vantagens são, para os Municípios, estas sociedades. Principalmente por canalizarem cooperações valiosíssimas para o desempenho do Município.

12.3. Outras formas de cooperação

A Constituição vigente (artigo 13, § 4º) estimula a celebração de convênios entre União, Estados e Municípios. Tudo para melhor execução de suas leis, serviços ou decisões.

Convênio não mais é do que contrato, acordo de vontades. Nenhum requisito a mais além do que os previstos

para os demais atos administrativos em geral.

Entende-se, assim, convênio a configuração de congraçamento na ação consentida de pessoas jurídicas de direito público, para objetivos definidos. Por isto mesmo estão os convênios sujeitos à autorização por Lei, e mais, dos recursos financeiros nela envolvidos há o controle dos Tribunais de Contas ou das Câmaras Municipais.

Já na contratação conjunta de serviços de auditoria ou de elaboração de programas e projetos, basta existirem recursos orçamentários. Só é necessária a deliberação do Prefeito Municipal.

12.4. Conclusão

Tem-se assim um esboço dos esquemas dos quais se podem valer os Municípios para o associativismo, cada vez mais imperioso para seus desempenhos.

Esta longa dissecação tem justificativa neste capítulo, já que um dos objetivos da dissertação é alertar o estudioso e o profissional do direito. Dizer-lhe da responsabilidade na plena utilização das normas constitucionais e legis, quando da união de Municípios para a solução de problemãticas comuns. Da criatividade dos juristas brasileiros, muito depende o êxito de iniciativas de congraçamento, mediante a transformação das fraquezas de Municípios isolados, no poderio de comunidades associadas espontânea, consciente e eficazmente. Deste único tipo de associativismo se ~~podem~~ esperar respostas.

até "a priori" adotadas pelas populações interessadas.

1. No caso da Lei Orgânica dos Municípios o exigir.

2. MEIRELLES, Hely Lopes, *Autarquias Intermunicipais*. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, (54):384, set-out 1962.

"Da motivação supra concluímos que há inegável conveniência na organização de autarquia municipal, como novo instrumento administrativo apto a realizar obras e serviços de interesse local e regional. Tal entidade, patrimonializada e personificada com os recursos e poderes que lhe forem atribuídos pelos Municípios, com aquiescência do Estado, atenderá às necessidades locais e à conveniência estadual na regionalização dos serviços de seu território. No âmbito local, terão os Municípios suas possibilidades aumentadas para a execução de obras e serviços de alto custo e complexa organização; na esfera estadual, a autarquia intermunicipal vai ao encontro da planificação regional que tem sido a preocupação dos governos contemporâneos, embora não tenham encontrado, ainda, a fórmula conciliadora dos interesses dos Municípios e do Estado."

13. ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS E OS ESTADOS-MEMBROS

13.1. Avaliação do desempenho

Após 1967, considerando espaços homogêneos, para os efeitos de ação governamental, os governos estaduais do Sul do Brasil estimularam o surgimento de associações municipais em cada uma das microrregiões por eles próprios criadas, (1) principalmente em Santa Catarina. Após mais de um decênio da existência de tais associações, já se pode esboçar melhor avaliação do seu desempenho.

São positivos os seguintes resultados:

- a) Permanente questionamento de necessidades regionais, em todos os aspectos econômicos e sociais;
- b) Tentativa de planejamento microrregional;
- c) Veículo de transmissão de propostas estaduais e federais, dos diversos órgãos do poder público;
- d) Perfis mais próximos à realidade nos diagnósticos;
- e) Maior expressividade de órgãos reivindicadores; e
- f) Fator de conagração regional.

Ao lado destes benéficos resultados, há dificuldades até agora não enfrentadas com decisão e conseqüentemente, podendo no futuro, comprometer por inteiro a experiência das Associações dos Municípios componentes de microrregiões constituídas pelo Estado. Por isto, válida é a análise da política dos governos Estaduais, desenvolvidas nas microrregiões, através das suas Associações Municipais.

O primeiro entrave está na composição da unidade. Nos seus municípios a microrregião às vezes conta com diversos centros urbanos de expressão equivalente ou similar. Como definir a sede? A disputa pelo polo, em tais casos, principalmente no terreno econômico, como sempre não é ditada pela ação estatal. O desempenho da economia urbana ou do campo, ou do empresário urbano definirá o local? São determinantes que escapam à planificação governamental do Estado.

Todo centro de população cresce ou decai, quase sempre num movimento de psicose coletiva. Cidades com todas as condições, não se desenvolvem. Lugarejos mal localizados, de ruas mal traçadas, de população heterogênea, de empreendimentos pioneiros e por isto questionáveis, de repente explodem no desenvolvimento misteriosamente.

Sem redivisões reformuladas, oportunamente microrregiões instituídas para fins administrativos podem não mais se constituir em instrumentos válidos, mas incontornáveis impecilhos aos Governos dos Estados. As microrregiões se transformam, sem que os Governos assimilem todo este processo de mutações. A redifinição destas unidades deve ser permanente, o que não tem ocorrido.

Os interesses partidários, entre Prefeitos de Partidos diferentes ou, mais ainda, correligionários ou não do Governo do Estado, tendem a frear a ação das associações, todas as vezes em que as decisões passam a ter caráter estritamente político.

A hierarquização dos poderes, atribuindo a predominância ao Executivo, na fase autoritária recém-passada no Brasil, tem quase marginalizado as Câmaras Municipais das

grandes decisões. Deste fato decorre o quase nenhum empenho das Câmaras de Vereadores em todos os movimentos associativos.

Se tidas como novas "repartições públicas", as microrregiões e as associações de Municípios, adistritas a seus âmbitos, não sensibilizam as populações. Daí nenhuma vinculação dos diversos segmentos da sociedade neste associativismo.

No relacionamento Estado - Município, as Associações só são acionadas a critério das diversas Secretarias do Estado. Assim, seu potencial de negociação entre um e outro fica limitado a própria receptividade de setores do Governo Estadual.

Na heterogeneidade de Municípios componentes, há sempre dentro da Associação, Prefeitos de maior combatividade ou de melhor aceitação política. Também há municípios que por seu potencial, motivos históricos ou expressividade política, recebem tratamento diferenciado. À medida em que o Estado trata diretamente com tais municípios, sofre a Associação um processo deteriorativo de sua valorização.

Para manter o espírito associativo, o estímulo desta forma, é maior de fora dos Municípios. Ao Estado, na normatização da vinculação com os Municípios, por intermédio destas Associações caberá definir procedimentos invariáveis e padrões fixos. Definir com decisão a área em que inexoravelmente o relacionamento ocorrerá via Associação.

Alianças entre os Municípios componentes da Associação no objetivo da conquista da administração da entidade desestimulam a participação dos rejeitados. Um sistema de rotatividade ou de rateio nas decisões, ou qualquer que elida,

estes óbices, constituirá incentivo ao bom funcionamento da entidade. (3)

13.2. Os maiores óbices

A inibição maior das associações é decorrente de sua permanente falta de recursos. A ausência de capacidade de delegar, nos dirigentes municipais, faz com que os mesmos tendam a ser avarentos nas contribuições para as Associações. Mas ainda, no receio de se envolverem demasiadamente, de empenharem ou abdicarem um pouco que seja de sua autonomia, os municípios componentes se esquivam de maior comprometimento com suas Associações.

O planejamento microrregional não pode ser improvisado sem avaliações abrangentes, com uma prévia análise dos determinantes. Sem tais requisitos, todo o proposto passa a ter nenhuma credibilidade. A técnica de planejamento implica em fases essenciais: a definição de "status quo" e o estabelecimento das finalidades. Nunca o planejamento tímido e hipotético do pessoal não capacitado pode ditar uma política regional de credibilidade mínima (4). Daí a improvisação e o oportunismo serem quase sempre o espaço ocupado pelas Associações. E como tal são encaradas. Quando pretendida solução rápida, quando muito os elos de uma só cadeia, os Prefeitos se dirigem às Associações. Se elas têm alguma coisa a oferecer, de imediato atraem os municípios componentes. Irrompem juras de lealdade indefectível elouvaminheira no lugar comum: "união

faz a força". Satisfeita a comunidade mediante a intervenção da Associação, retorna esta última à letargia à que a relegaram os Municípios componentes.

Serve a Associação também, na técnica popularmente definida como getuliana, a de "cozinhar em água fria". Àquela problemática complexa e carecedora de um esforço maior se dá o esfriamento, atribuindo-a à Associação. Sabe-se que dela não poderá vir a solução. Mas ao se lhe atribuir o processamento se ensejam desculpas e se amortecem responsabilidades.

13.3. Consolidação regional

Apesar de tudo, há neste Associativismo potencial não mensurado, criação de determinantes na consolidação das próprias comunidades associadas da microrregião.

Tendo só histórico no Sul do Brasil, nem por isto, no movimento municipalista, no estudo desta forma de associativismo dever-se-á acionar o interesse à crítica deste tipo de relacionamento administrativo entre Estados e Municípios. Para não reduzi-lo a instrumento dos Estados, forçosamente a experiência indicará como elidir, deste procedimento, tudo que atente contra a autonomia municipal, sob qualquer disfarce.

Amputado de toda a hipertrofia burocrática, ordenado por alojamento adequado e compreendido nas suas verdadeiras razões de ser. Daí então, este tipo de Associações Municipais contribuirá e muito para o bem-estar social e desen-

volvimento da população brasileira. Talvez normas constitucionais ou leis federais se façam indispensáveis na regulamentação do procedimento pioneiro em que Santa Catarina mais tem vivência na União.

13.4. Uma Associação pioneira

Em 1963, junto com Cezar Augusto Filho, líder municipalista e então Prefeito Municipal de Videira, estimulados fomos pelo então Governador de Santa Catarina (Celso Ramos), para institucionalizar a primeira Associação de Municípios de caráter regional. Já existia uma Associação Catarinense de Municípios, sociedade civil, que esporadicamente prestava serviços às Municipalidades que a acionassem. (7)

Reunidos em 16 de dezembro de 1962, os Prefeitos Municipais do Vale do Rio do Peixe decidiram criar uma Associação de Municípios. Posteriormente, em Campos Novos, sob a Presidência de Osmar Cunha (então Presidente da Associação Brasileira de Municípios) foram aprovados os Estatutos, por mim redigidos, da "Associação dos Municípios do Meio-Oeste de Santa Catarina".

Em breve chegou a "AMOSC" ter mais de 53 Municípios associados. Reunidos em Assembléias Gerais, os Municípios componentes da AMOSC (por seus Prefeitos e Presidentes das Câmaras Municipais) definiram uma política comum de encaminhamento de pleitos municipais junto ao Estado e à Federação.

Passaram a ter os Presidentes desta Associação

ção uma válida cobertura quando de seus contactos administrativos na Capital Estadual e na União. Falavam em nome do Meio-Oeste todo. Região economicamente forte e de poder político e emergente.

Seu gigantismo limitou sua existência, no tempo, aos mandatos dos Prefeitos que se extinguiram em 1965. Mas sua efêmera existência serviu para:

- a) Deflagrar em Santa Catarina um intenso processo de associativismo intermunicipal;
- b) Evidenciar a eficácia da instrumentalização de Municípios, pela criação de apoio logístico, de estudos e de projetos - os quais inexistiriam sem a cooperação regional.
- c) Provar a possibilidade de conagraçamento, em determinados setores, de Municípios cujos interesses na maioria eram exarcebadamente conflitantes;
- d) Ensejar intercâmbio de idéias entre Prefeitos e Vereadores eleitos por legendas partidárias acirradamente inimigas; e
- e) Mensurar, em muitos casos, os efeitos de uma problemática comum ou de uma solução regional.

A principal consequência foi terem os Governos que se sucederam vislumbrado, nas Associações de Municípios, um instrumento de cooperação não só entre os associados, mas, principalmente, com os diversos órgãos da Administração Estadual. No planejamento, na implantação de novos programas ou na reformulação dos em execução. A política de governo, melhor desenvolvida por maior interesse e receptividade das autoridades locais envolvidas.

Por isto tudo, em Santa Catarina, este Associativismo que nascera no Vale do Rio do Peixe, espontâneo e desordenado, foi encampado pelo Governo Estadual.

1. No torvelinho da Revolução de 1930, o Decreto nº 20.348, de 29 de agosto de 1931, inovava no municipalismo brasileiro. "Adstrita a um período discricionário, surgiu a possibilidade de "os municípios de menor renda poderão, a critério dos interventores federais, ser grupados em zonas para as quais se constituirão Conselhos Regionais".
2. Em Santa Catarina a Associação dos Municípios do Médio Vale do Itajaí não contou, até 1983, com os Municípios cujos Prefeitos foram eleitos pelo M.D.B.. Este ano, os eleitos pelo P.D.S. a abandonaram.
3. Regulamentação paulista ao V Congresso Hispano - Luso - Americano - Filipino de Municípios. Organização administrativa das Áreas Metropolitanas.
"Embora o consórcio dos municípios, para a realização de serviços comuns, sempre tenha sido permitido pelas normas constitucionais, resulta numa instituição extremamente frágil. Os interesses dos Municípios dissidentes obrigarão a

uma direção necessariamente colegiada e conseqüentemente fraca".

4. MELO, Osvaldo Ferreira de - Aspectos Jurídicos e Institucionais do Planejamento Microrregional. - SUDESUL, 1972.

"A União e os Estados Membros já estão trabalhando em seus projetos de desenvolvimento, que não lhes foi difícil realizar. A nível municipal, as dificuldades são grandes pelas limitações de cada Município, indiscutivelmente considerado. A esperança reside no planejamento microrregional devidamente integrado sob todos os pontos de vista."

5. CARVALHO, Orlando M. - Política do Município.

"Quanto ao departamento de assistência aos Municípios, a discussão versou sobre o perigo que representava o atribuir-se a uma repartição, que não era tribunal, força para intervir permanentemente na administração local. Este problema apresentou-se em várias constituintes estaduais. Em Pernambuco, Barreto Campelo o expôs de tal forma, que obteve um departamento de ação obrigatória e não simplesmente consultiva. Era atrelar os municípios ao governo central. O deputado catariense Marcos Konder, refletindo a inquietação generalizada a respeito da novidade inventada pela centralização revolucionária, manifestou-se nestes termos na assembleia, quando tal assunto ali se discutiu: "Como porta-voz dos meus companheiros de bancada tive então oportunidade de acentuar que semelhante órgão poderia degenerar nas mãos do Executivo Es-

tadual em uma arma perigosa contra a autonomia municipal e converter-se num instrumento de compressão política quando manejado por um governo arbitrário e prepotente."- Pág.125.

6. A Lei 546, de 27 de setembro de 1910, do Estado de Minas Gerais estipulava:

"Poderá o governo entrar em acordo com as Câmaras Municipais, não só para se encarregar das obras de saneamento e outras, como também para fazer a arrecadação das rendas municipais que garantam o reembolso do capital nelas empregado e respectivos juros, de modo a não ter o Estado prejuízo algum. Parágrafo único - As obras de que tratam os artigos anteriores serão exclusivamente - abastecimento de água, rede de esgotos e instalação de força elétrica".

7. (1962) "Primeira Reunião da Associação dos Municípios do Meio Oeste Catarinense, realizada em Videira no dia 16 de dezembro de 1962. Resoluções: Ítem X - Nesta data fica criada a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE DE SANTA CATARINA, da qual participarão os Prefeitos e Vereadores dos Municípios de: ÁGUA DOCE, ARROIO TRINTA, CAÇADOR, CAMPOS NOVOS, CAPINZAL, CONCÓRDIA, CURITIBANOS, FRAIBURGO, HERVAL D'OESTE, IBICARÉ, ITÁ, JOAÇABA, LEBON RÉGIS, MATOS COSTA, PINHEIRO PRETO, PIRATUBA, PONTE SERRADA, PORTO UNIÃO, RIO DAS ANTAS, SALTO VELOSO, SANTA CECÍLIA, SEARA, TANGARÁ E VIDEIRA. A Associação terá por objetivo a adoção de normas, reivindicações e providências comuns. Será dirigida por um Presiden-

te e uma Comissão Permanente, composta de seis membros, que serão eleitos anualmente, na última Assembléia, o órgão máximo, sendo observados rodízios entre os diversos Municípios, na sua composição. A sede da Assembléia será a do domicílio do Presidente. A Comissão Executiva deverá propor à Assembléia Projeto de Estatuto, a fim de que, no mais breve possível, possa ter personalidade jurídica a Associação. A Assembléia deverá reunir ordinariamente na segunda quinzena do mês de julho de cada ano, podendo ser, entretanto, convocadas Assembléias Extraordinárias pelo Presidente, a pedido da Comissão Executiva e das Administrações Municipais. Para o ano de 1963, foi eleito Presidente da Associação, o Sr. Cezar Augusto Filho. E, por eleição, ficou a Comissão Permanente assim constituída: Senhor Domingos Machado de Lima, Prefeito Municipal de Concórdia; Senhor Waldomiro Silva, Prefeito Municipal de Joaçaba; Senhor Luiz Adão Botini, Prefeito Municipal de Campos Novos; Senhor José Kurts, Prefeito Municipal de Caçador; Senhor Silvio Santos, Prefeito Municipal de Capinzal; e, Senhor Cezar Augusto Filho, Prefeito Municipal de Videira."

14. ASSOCIAÇÕES MUNICIPAIS EM SANTA CATARINA E MICRORREGIÕES

14.1. Origem e implantação

O Projeto Catarinense de Desenvolvimento, elaborado e orientador no Governo Colombo Sales (1971 a 1974), inicia, na administração estadual, uma nova fase: a de entrosamento da ação governamental de Estados e Municípios, através das Associações de Municípios, abrangendo todos os situados nas microrregiões definidas por Decreto.

Deu-se, no desenvolvimento do plano, a criação das primeiras quatorze microrregiões polarizadas. Paralelamente, ocorreu a criação das quatorze Associações de Municípios. (Decreto nº 844, de 28 de agosto de 1971).

Posteriormente, na Lei nº 5.287, de 26 de novembro de 1976, já se disciplinou a "Promoção do Planejamento microrregional e projetos integrados Estado-Municípios". Pretendia-se:

- a) Capacitar municípios para a elaboração, coordenação e execução dos seus respectivos planos de ação; e
- b) Servir como alternativa de fonte de financiamento para projetos municipais que sejam compatíveis com as prioridades estabelecidas no plano de Governo do Estado.

Isto, mediante a Lei 5.509, de dezembro de 1.980.

14.2. Associações típicas

O Estado de Santa Catarina, para coordenar a promoção do planejamento microrregional e Municipal, vale-se do GAPLAN (Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral).

Há tipicidade até nos estatutos mais ou menos padronizados. (1) As Associações Municipais representativas das microrregiões se estruturam da seguinte forma:

- a) Assembléia Geral - Órgão máximo de decisão composto por todos os Prefeitos dos Municípios associados.
- b) Diretoria - Integrada por três Prefeitos, eleitos pela Assembléia Geral, sendo um Presidente e dois Vices.
- c) Conselho Fiscal - Composto por três membros efetivos e respectivos suplentes eleitos pela Assembléia Geral, devendo seus mandatos coincidir com a Diretoria Executiva.
- d) Secretário Executivo - Gere as atividades da Associação, viabilizando as decisões superiores, através das Divisões Administrativa e Técnica.
- d.1) Divisão Administrativa - Órgão responsável pelos serviços burocráticos e de apoio.
- d.2) Divisão Técnica - Órgão responsável pelo planejamento e prestação de serviços visando atender as atividades meio e fim.

A sede da Associação deverá, preferencialmente, ser fixada na Cidade definida como polo da microrregião.

Este o esquema:

ASSEMBLÉIA GERAL

CONSELHO FISCAL

DIRETORIA

SECRETARIA EXECUTIVA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA

DIVISÃO TÉCNICA

Não foi meramente platônica a atuação do Estado de Santa Catarina no incentivo às Associações integrantes dos Municípios da mesma microrregião. O Estado, mediante convênios com elas desde 1977, tem transferido recursos ponderáveis.

Participação esta que pode ser quantificada na confrontação dos percentuais da receita das Associações das Microrregiões em Santa Catarina:

ASSOCIAÇÕES	MUNICÍPIOS	ESTADO
AMARP	73,74%	26,26%
AMUREL	67,77%	32,32%
AMFRI	67,59%	32,41%
AMPLA	62,11%	37,89%
AMEOSC	72,80%	27,20%
AMURESC	59,75%	40,25%
AMOSC	60,67%	39,33%
AMMOC	64,50%	35,50%
AMMVI	58,36%	41,54%
AMAVI	53,97%	46,03%
AMSESC	77,22%	22,78%
AMUNESC	77,64%	22,36%
AMAUC	59,24%	40,76%
AMAI	65,90%	34,10%
GRANFPOLIS	72,30%	27,70%
AMVALI	60,77%	39,23%

14.3. O desempenho

Alfredo Vieira, em sua dissertação submetida à Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do Grau de Mestre, desenvolve estudos sobre o relacionamento Estado X Municípios. Dissecando a atuação de sete Associações (num estudo de casos), avalia o desempenho delas. (3)

Compreensível a ação do Estado-Membro, ordenadora do planejamento integrado. Mas em tudo há que ser respeitada integralmente a autonomia municipal. A tendência centralizadora do Estado autoritário inibe a ação municipal. Há de ser o Estado Membro um incentivador das personalidades das comunidades abrangidas no pluralismo brasileiro. A massificação destrói o sentido unitário e cultural de comunidades, pela ação tecnocrata deflagradora do pensamento de Gabinete. Daquele que vê municípios a seu talante ou a seu ideal.

Escapam à realidade. Daí Estado e Municípios nestas Associações devem se apresentar como parceiros de contribuição global do desenvolvimento brasileiro. Num princípio precisamente instituído sem pressupostos políticos inibidores e sem a invasão de competência.

1. Ver nos anexos o Estatuto da AMOSC.

2. MENEZES, Maria Terezinha de. A experiência Municipal em Santa Catarina. Trabalho apresentado no Estado do Mara-
3. SILVA, Alfredo da. A Autonomia Municipal em Face das Associações de Municípios. Florianópolis, 1977, 105p. (Dissertação de Mestrado em Direito, Curso de Pós-Graduação em Direito, UFSC, 1977).

"Há um consenso geral de que a simples existência das Associações de Municípios facilita, consideravelmente, o intercâmbio entre os três níveis do poder, com vistas a execução de um planejamento global que traga como resultado a racionalização funcional e benéficas consequências, não somente para os Municípios como também para o Estado e a União."

UFSC - Página 85.

5. Segundo o Decreto nº 844/71 e a alteração através do Decreto nº 1190/73, assim foram definidas as microrregiões do Estado de Santa Catarina e respectivas Associações Municipais: (38)

1. Região da Grande Florianópolis (GRANFPOLIS), cujos Municípios por ela abrangidos fundaram a Associação de Municípios da Grande Florianópolis: Aguas Mornas, Angelina, Anitápolis, Antônio Carlos, Biguaçu, Canelinha, Florianópolis, Garopaba, Governador Celso Ramos, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, Palhoça, Paulo Lopes, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, São Bonifácio, São João Batista, São José, Tijucas.

1.1. Sub-região

Florianópolis, São José, Palhoça e Biguaçu.

1.2. Sub-região

São João Batista e Canelinha.

2. *Região da Foz do Rio Itajaí, com a Associação Municipal da Foz do Rio Itajaí (AMFRI): Balneário de Camboriú, Camboriú, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo.*

2.1. Sub-região

Itajaí, Balneário de Camboriú e Navegantes.

3. *Região do Médio Vale do Itajaí, com a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI): Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e Vidal Ramos.*

3.1. Sub-região

Blumenau, Gaspar, Indaial, Timbó e Pomerode.

3.2. Sub-região

Brusque e Guabiruba.

4. *Região do Alto Vale do Itajaí, com a Associação de Municípios do Alto Vale do Itajaí (AMAVI): Agrolândia, Agronômica, Atalanta, Aurora, Dona Emma, Pouso Redondo, Presidente Getúlio, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central e Witmarsum.*

4.1. Sub-região

Rio do Sul, Lontras, Aurora, Agronômica e Laurentino.

- 4.2. *Taió, Rio do Oeste e Salete.*

4.3. Sub-região

Ibirama e Presidente Getúlio.

5. *Região Nordeste de Santa Catarina, com a Federação Intermunicipal de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina.*

Atualmente, Associação dos Municípios do Norte do Estado de Santa Catarina (AMUNESC): Araquari, Barra Velha, Campo Alegre, Corupá, Garuva, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Joinville, Massaranduba, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul e Schroeder.

5.1. Sub-região

Jaraguá do Sul, Guaramirim e Corupá.

5.2. Sub-região

Joinville, Araquari, São Francisco do Sul, Barra Velha e Garuva.

5.3. Sub-região

São Bento do Sul e Rio Negrinho.

6. *Região do Planalto Norte, com a Associação de Municípios do Planalto (AMPLA): Canoinhas, Irineópolis, Itaiópolis, Mafra, Major Vieira, Monte Castelo, Papanduva, Porto União e Três Barras.*

6.1. Sub-região

Mafra e Itaiópolis.

6.2. Sub-região

Canoinhas e Três Barras.

6.3. Sub-região

Porto União.

7. *Região do Alto Rio do Peixe, com a Associação de Municípios do Alto Rio do Peixe (AMARP): Arroio Trinta, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa, Rio*

das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília e Videira.

7.1. Sub-região

Caçador

7.2. Sub-região

Videira e Fraiburgo.

7.3. Sub-região

Curitibanos e Santa Cecília.

8. Região do Meio-Oeste Catarinense, com a Associação de Municípios do Meio-Oeste Catarinense (AMMOSC): Água Doce, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Herval Velho, Herval D'Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Pinheiro Preto, Ponte Serrada, Tangará e Treze Tílias.

8.1. Sub-região

Joaçaba, Herval D'Oeste e Tangará

9. Região do Oeste de Santa Catarina, com a Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina (AMOSC): Abelardo Luz, Aguas do Chapecó, Caibí, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Faxinal dos Guedes, Galvão, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palmitos, Pinhalzinho, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Saudades, Vargeão, Xanxerê e Xaxim.

9.1. Sub-região

Chapecó, Xaxim e Xanxerê-

9.2. Sub-região

São Lourenço do Oeste.

9.3. Sub-região

Maravilha.

10. Região do Extremo Oeste de Santa Catarina, com a Associação

ção de Municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina.
(AMEOSC): Anchieta, Descanso, Dionísio Cerqueira, Guara-
 ciaba, Guarujá do Sul, Itapiranga, Mondaí, Palma Sola, Ro-
 melândia, São José dos Cedros e São Miguel d'Oeste.

10.1. Sub-região

São Miguel d'Oeste.

10.2. Sub-região

Itapiranga.

11. Região Serrana, com a Associação de Municípios da Região
Serrana (AMURES): Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Bom
 Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Lages ,
 Ponte Alta, São Joaquim, São José do Cerrito e Urubici.

11.1. Sub-região

Lages.

11.2. Sub-região

São Joaquim e Urubici.

12. Região da Laguna, com a Associação de Municípios da Re-
gião de Laguna (AMUREL): Armazém, Braço do Norte, Grão
 Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Or-
 leães, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima,
 São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio e Tubarão.

12.1. Sub-região

Tubarão, Laguna e Imbituba.

13. Região Sul de Santa Catarina, com a Associação de Muni-
cípios do Sul do Estado de Santa Catarina (AMSESC): Ara-
 ranguá, Criciúma, Içara, Jacinto Machado, Lauro Müller,
 Maracajá, Meleiro, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Praia
 Grande, São João do Sul, Siderópolis, Sombrio, Timbê do

Sul, Turvo e Urussanga.

13.1. Sub-região

Criciúma

13.2. Sub-região

São Joaquim e Urubici.

14. *Através do Decreto nº 1190, foi criada a Região do Alto Rio Uruguai, onde, posteriormente, se criou a Associação de Municípios do Alto Uruguai (AMAU): Concórdia, Ipira, Irani, Ipumirim, Itá, Jaborá, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco, Seara e Xavantina.*

14.1. Sub-região

Concórdia e Seara.

15. ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DAS FUNDAÇÕES EDUCACIONAIS

15.1. Exemplo de Associativismo Municipal

O associativismo de municípios catarinenses fez surgir em Santa Catarina um original sistema de ensino superior. O mantido por municípios.

De muitos desacreditado, o ensino superior no interior, dadas as distâncias brasileiras, é caminho obrigatório. Desde que, adstrito às necessidades locais de mercado de trabalho, desde que assegurada estrutura apta a suportar os encargos - as instituições de ensino superior, criadas pelos Municípios se justificam integralmente pela repercussão que tem em suas comunas.

Inquestionavelmente, o Brasil é um País de distâncias incríveis. Largo do Machado e Largo de São Francisco são (por exemplo) marcos na história do ensino superior brasileiro. Mas a realidade do interior, a milhares de quilômetros de tais sedes da ciência, deve ser amoldada lá mesmo. A alta qualificação de profissionais e o cultivo da ciência até ali também deve existir.

Núcleos agrestes de população, para sobreviver, para oferecer as mínimas condições de vida a seus moradores, têm que forçosamente partir para nelas fixar instituições de ensino superior. É a evidente marca de amadurecimento da cidade. A cultura e a ciência presentes onde, até ontem, fervilhantes e caóticas frentes pioneiras.

Santa Catarina, não tendo rede privada estadual ou federal de Universidades aptas a cobrir todas as suas distâncias, encontrou no ensino mantido pelas microrregiões - ou melhor - por municípios nelas associados, a solução para tão evidente carência.

A FURB (Fundação Universitária da Região de Blumenau) deu o passo inicial. A imprensa e os Clubes de Serviço fizeram com que a Cidade se iniciasse na escalada do ensino superior. A Lei Municipal nº 1223, de 5 de maio de 1964, criou a Faculdade de Ciências Econômicas. Blumenau montou o esquema que seria o mesmo das outras instituições de ensino superior. A partir daí, principalmente na década de 1970, foram instituídas fundações pelos Municípios. Preferencialmente criadas pelos municípios-sede ou não, a todos os integrantes da região caberia a sua manutenção.

Com a disseminação destas instituições do ensino superior, tanto o Estado de Santa Catarina como a União se viram na contingência de assisti-las. Projetos adequados fizeram com que, por intermédio do FAS, em 1977/1978 recebessem estas instituições recursos financeiros para a edificação de seus campus. (1)

15.2. A ACAFE

A problemática comum as levaria à mutua cooperação. Todas elas tinham que vencer estes mesmos óbices:

- a) O pioneirismo da iniciativa, cabendo às comunida-

- des assegurar o êxito;
- b) Longas distâncias para poder contratar professores das grandes universidades;
 - c) Pouca receptividade em certas camadas da população dos municípios;
 - d) A necessidade de grandes investimentos;
 - e) O comprometimento dos erários municipais envolvidos, sempre debilitados por poucos recursos por eles arrecadados;
 - f) A quase impossibilidade de contar com professores de dedicação exclusiva;
 - g) O ceticismo do Conselho Federal de Educação e de órgãos do MEC;
 - h) A máxima barreira, na otimização, mediante o ônus da consolidação de permanente sistema de capacitação de professores;
 - i) Apesar dos cursos se voltarem ao mercado local de trabalho, a saturação, em pouco tempo, atingiu o funcionamento dos cursos na área de licenciatura.

O associativismo dos municípios catarinenses, mediante a cooperação entre as diversas fundações mantenedoras do ensino superior, contribuiu decisamente para consolidar este movimento tipicamente de origem municipalista. Ajunte-se a ação responsável do Conselho Estadual de Educação.

Representando estas Fundações em Blumenau, a 2 de maio de 1974, quando as festividades do décimo aniversário da FURB, surgiu uma associação destinada a unificar as atividades comuns, tais como, vestibulares unificados, planejamento, organização, execução, permuta intensa e reiterada de

experiências; assistência mútua e assessoria na pesquisa e extensão, transferência de "know how" de uma Fundação para outra, programas comuns de capacitação do pessoal docente (pós-graduação). Enfim, em todos os setores de atividades passivas de ação unificada destinadas à dinamização do ensino superior.

Assim nasceu a Associação Catarinense das Fundações Educacionais (sociedade civil), sendo que tanto em sua constituição como na elaboração dos seus estatutos, representando a FEMARP, tivemos a honra e glória de participar.

Aos Municípios, o Estado de Santa Catarina também se acoplou pela UDESC (Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina).

15.3. Resultados do pioneirismo

O pioneirismo dos municípios catarinenses, no caso do ensino superior, é exemplo a ser avaliado por todo o País. (1)

Uma das consequências, em Santa Catarina, da expansão do ensino superior, foi a criação do polo geoeducacional número 34, do qual também tivemos a oportunidade de acompanhar os momentos iniciais de sua implantação.

Com oito sub-distritos, o Distrito geoeducacional 34, já em 1980, dá às Fundações maior abrangência do que a Universidade mantida pela União.

É o que se conclui da tabela comparativa de vagas no ensino superior, oferecida em todo o Estado.

TABELA COMPARATIVA - VAGAS PREENCHIDAS - SISTEMA EDUCACIONAL E UFSC - 1980.

ANO	ACAFE		UFSC	
	OFERECIDAS	PREENCHIDAS	OFERECIDAS	PREENCHIDAS
1980	19.789	17.712	10.225	9.723

FONTE: ACAFE - Plano Quadrienal de Desenvolvimento das Fundações 1981/1984

UFSC - Boletim de Atualização de Dados - Pró-Reitoria de Administração - Fascículo nº 2 - 2º Semestre/1980.

1. CURSOS OFERECIDOS PELO SISTEMA EDUCACIONAL

CURSOS DO 3º GRAU	FUNDAÇÕES QUE OFERECEM OS CURSOS
Administração	FURB-FESSC-FESC/UDESC-FURJ-FUCRI-UNIPLAC-FEPEVI-FEPAVI-FUNPLOC-FUOC-FEARP-FUSDESTE
Ciências Contábeis	FURB-FESSC-FURJ-FUCRI-UNIPLAC-FEPEVI-FUNDESTE-FEPLAC-FEMARP
Direito	FURB-FEPEVI
Pedagogia Orientação Educacional Administração Escolar de 1º e 2º Graus Supervisão Escolar de 1º e 2º Graus Inspeção Escolar de 1º e 2º Graus	FURB-FESSC-FESC/UDESC FUCRI-UNIPLAC-FEPEVI FUNDESTE-FEARP FUOC
Letras	FURB-FESSC-FURJ-FUCRI-UNIPLAC-FEPEVI-FEARP-FUNORTE
Educação Artística Artes Plásticas Música Desenho Artes cênicas	FURB-FESC/UDESC-FUCRI
Filosofia	FESSC

Serviço Social	FESSC-FEARPE
Estudos Sociais Licenciatura de 1º Grau	FESSC-FESC/UDESC FEPEVI-FUOC-FEBE-FERJ
História	FURJ-FEPEVI
Ciências Sociais	UNIPLAC
Geografia	FEPEVI-FURJ
Educação Física	FURB-FESC/UDESC-FURJ-FUCRI
Enfermagem e Obstetrícia	FESSC-FEPEVI-FEAUC
Medicina Veterinária	FESC/UDESC
Agronomia	FESC/UDESC
Ciências Hab. Geral de 1º Grau Biologia Matemática Química	FURB-FESSC-FURJ-FUCRI UNIPLAC-FEARPE-FUNORTE FEBE-FEAUC
Engenharia Civil, Quími- ca, Mecânica, Elétrica	FURB-FESC/UDESC-FESSC
Processamento de Dados	FURB
Química Industrial	FESSC
Agrimensura	FUCRI
Biblioteconomia	FESC/UDESC

FONTE: MEC/CfE. Manual do Candidato - ACAFE/1981.

(1) Ver nos Anexos o Histórico de todas as Fundações.

16. ESTRUTURAS MUNICIPAIS DIFERENCIADAS EM SANTA CATARINA

16.1. Enumeração

Ainda que explicitadas as diferentes estruturas de governo local, exigíveis pela realidade catarinense, lógico que só quanto a algumas, na argumentação, se aperceberá de sua necessidade.

Quando se reitera a máxima implantação de estruturas municipais diferenciadas, se pretende instigar o processo político no sentido de institucionalizar juridicamente diversas formas de governo local. Estímulo para o constituinte e o legislador brasileiro, no desdobramento integral do princípio da autonomia municipal. Como em outros Estados, necessita Santa Catarina da institucionalização de estruturas de governo diferenciadas. Os fatos indicam a carência deste procedimento no tocante à:

- a) Formação da Grande Florianópolis;
- b) Conglomerados urbanos em formação;
- c) Municípios da área de Segurança Nacional;
- d) Municípios de Estâncias Hidrominerais; e
- e) Prosseguimento do planejamento integrado municipal.

16.2. A Grande Florianópolis

No Município da Capital se deve tentar a au-

tonomia na eleição de seus Prefeitos. Com a limitação de sua competência, em tudo aquilo que o Estado tiver de assumir, inibidos estarão os governantes de possíveis choques políticos, com repercussões administrativas.

Mas, ainda quanto a Florianópolis, evidente um outro fato - o conurbado - abrangendo áreas pertencentes (além do da Capital) aos Municípios de Biguaçu, Palhoça e São José.

A população do Município de Florianópolis é de 169.058, sendo em 1970 de 143.174 e em 1960, 91.655. Na década de 60 cresceu 4,6 e na de 70 diminuiu o índice de crescimento populacional. A projeção destes números para um futuro próximo evidencia a formação de um grande aglomerado urbano.

A do aglomerado hoje é assim distribuída: Biguaçu... 21.661, Palhoça... 32.210, São José... 89.937, Florianópolis... 196.055, num total de 339.863.

O Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis (IPUF) já há muito cuida do planejamento integrado destes municípios. Recebeu assistência do CNDU (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano), bem como, se integrou ao Geipot e, na área estadual, tem tido a participação da Casan, Celesc e Comcap.

Está, ainda, o IPUF na elaboração dos Planos Diretores e do uso do solo dos quatro municípios em foco. Já elaborados diagnósticos e propostas de investimento, para o período de 1983 a 1986, e outros documentos. (1)

Evidentemente que a solução, no caso da AUF (Aglomerado Urbano de Florianópolis), é a fusão dos municípios envolvidos. A ineficácia do planejamento distante da decisão é de um primarismo arrasador. O emérito urbanista Luiz Fe-

lipe da Gama Lobo d'Eça reiteradamente se insurge contra o descaso com que é recebido munucioso e sério planejamento. São quatro governos autônomos agindo na grande Florianópolis, por sua própria conta. É o caos. Na disciplinação dos espaços, na política de transportes, no ensino, enfim, em tudo que se oferece à própria vida dos habitantes do aglomerado.

O IPUF agirá em duas áreas, em dois específicos programas de investimento: o Programa Especial de cidades de porte médio - CFM/Minter, e o Programa de Aglomerados Urbanos - Aglurb/Fln. Mas a realidade física demonstra que tudo é uma cidade só. À Ilha de Santa Catarina se tem acesso por ponte. A parte continental de Florianópolis, o antigo Estreito, confina com São José. Ruas atravessam municípios.

Duas ou mais políticas conflitantes. No caso do solo. No incentivo à industrialização. No pagamento do imposto territorial urbano. Enfim, conflitantes atividades de quatro governos autônomos enredando soluções, atrasando programas, dificultando o entendimento, trazendo a balbúrdia no planejamento e, principalmente, fazendo quatro programas distintos de investimento no mesmo complexo urbano.

O municipalismo otimizador da consecução das ânsias das sofridas populações brasileiras certamente não pode admitir o município como incapaz de ser integrado num outro. A integração é quase um corolário da evidência física e da realidade humana. Na descentralização, ou melhor, na harmônica delegação para o Distrito, na assim adequada autonomia da seção administrativa, estará a garantia de que as populações envolvidas poderão manter suas individualidades, seus usos e costumes. O nome de suas ruas. A história pró-

pria da sua gente.

Mas impossível esconder que se está fugindo à responsabilidade em assegurar condições de vida futura para a Grande Florianópolis. Principalmente a preservação do meio ambiente ainda não tão degradado. Mas já se insinua por todos os cantos do aglomerado a marca dos detritos e dejetos de toda a espécie.

Nesta caso (de Florianópolis) até se poderia partir para a elaboração de um plano de integração, elaborado, discutido e aprovado pelas quatro Câmaras Municipais.

Certamente, com a repercussão, entre todos os munícipes, do plano de integração, se instalaria quase uma constituente. Da estrutura das intendências ou delegações na administração, das quatro cidades formadoras se resguardariam as identidades dos municípios abrangidos. Tais posições equivalem à postura mais condizente com a realidade do crescimento do aglomerado urbano. É de se preferir a palavra crescimento evitando o desenvolvimento, pois o que evidente é o aumento da sub-moradia, do desemprego, da marginalização, da doença, do atraso cultural e da ausência de ensino. O evidente é o inchaço da problemática social, o doentio entumescimento demográfico e a visão apocalíptica da violência. Na fome e no desespero. Esta responsabilidade é de ser levada por todo o aglomerado urbano, como uma verdadeira unidade que já é - e não municípios diversos a contemplá-la e tratá-la como fracionada.

Talvez até com isto a população da Grande Florianópolis, encontre para a Capital do Estado seu verdadeiro nome. Não um topônimo imposto à população, em dias de terror na chamada Consolidação da República, em que Moreira César

(Delegado de Floriano Peixoto) procedeu a prisão e fuzilamento de centenas de catarinenses.

16.3. Aglomerados urbanos em formação

O que se atribuiu às Áreas Metropolitanas se defende aqui para a aplicação nos aglomerados urbanos em formação. Pelas suas dimensões atuais (para caracterizá-los) basta a mera projeção futura do índice de seu crescimento.

Um Conselho Consultivo de representantes dos Municípios envolvidos, em constante atividade, proporia às Câmaras Municipais ou aos Executivos procedimentos comuns. Tudo visando um ordenamento em seus espaços, uma confluência prevista e disciplinada de suas redes urbanas, num futuro impossível de prever com exatidão suas datas, mas, inexoravelmente verdadeiro.

Dentro de tais propósitos, já se poderiam institucionalizar estruturas visando o desenvolvimento de muitas evidenciadas futuras redes de cidades interligadas no espaço, se perdurar seu crescimento. (2)

Assim, a título quase de exemplificação, necessitariam de se agrupar para um planejamento comum os seguintes municípios:

A - MUNICÍPIOS	POPULAÇÃO (1980)
Balneário de Camboriú	23.031
Camboriú	24.237

Itajaí	88.074
Navegantes	<u>13.817</u>
	149.269
 B - MUNICÍPIOS	 POPULAÇÃO
Blumenau	159.828
Gaspar	25.701
Indaial	<u>28.767</u>
	214.296
 C - MUNICÍPIOS	 HABITANTES
Rio do Sul	37.092
Trombudo Central	7.214
Agronômica	4.555
Lontras	<u>7.353</u>
	56.224
 D - MUNICÍPIOS	 HABITANTES
Fraiburgo	15.223
Rio das Antas	5.532
Videira	28.919
Pinheiro Preto	<u>2.181</u>
	51.856
 E - MUNICÍPIOS	 HABITANTES
Herval Velho	5.019
Herval d'Oeste	15.593
Ibicaré	4.285
Joaçaba	<u>25.464</u>
	50.361
 F - MUNICÍPIOS	 HABITANTES
Laguna	40.144

Tubarão	<u>77.407</u>
	177.551
G - MUNICÍPIOS	HABITANTES
Criciúma	112.744
Içara	24.782
Morro da Fumaça	9.264
Siderópolis	<u>12.396</u>
	170.186

O impacto da sugestão, dados os naturais antagonismos de municípios aqui agrupados, hoje, já é uma pálida insinuação do que poderá amanhã ocorrer, mesmo em futuro reputado remoto, na evidência de um só aglomerado urbano.

É esta uma política municipalista criativa, lógica e benéfica, a de não teorizar fora da realidade, ou de querer contornar fatos indiscutíveis. Não se adotando uma política séria no municipalismo brasileiro, se pode chegar ao festival de criação de municípios a que se chegou na vigência da Constituição de 1946. Tudo porque uma fatia igual no chamado retorno (parte da arrecadação do imposto da União e dos Estados entregues aos Municípios) era destinado a cada Município, independentemente do seu tamanho (área) ou de sua população. Hoje se deve assumir a responsabilidade da eclosão futura dos males previsíveis em cada Município brasileiro.

16.4. Balneário de Camboriú

Na exata formulação da autonomia municipal,

hã, para auferí-la, o interesse do Estado e da União. Já trans_u cende à população do Balneário de Camboriú, de poucas dezenas de milhares de habitantes, a problemática de mais de meio milhão de habitantes, na temporada. Veranistas hoje vindos de toda a América do Sul.

Irracional, sob o pretexto de respeitar a au_u tonomia, o Estado e a União não assumirem os encargos decorren_u tes desta sazonal expansão demográfica.

Com seus espaços aos poucos conquistados pe_u los espigões, com seus esgotos precários e insuficientes, o Bal_u neário de Camboriú é, por si, a evidência da necessidade de uma estrutura diferenciada de governo local. Definindo-se a compe_u tência para cada um, presentes a União, Estado e Município, man_u tendo-se sempre a eletividade do governo local.

Isto é governo democrático. O mesmo se dá a todos os municípios do País em que, dadas as condições climá_u ticas, balneário ou fonte hidromineral, atraem imenso caudal humano nas temporadas. Afluência que reduz a proporções quase irrisórias a presença da ação municipal, mesmo que seja autô_u nomo seu governo e eleito pelos seus municípios - como hoje o é o do Balneário de Camboriú. Águas de Chapecô, Gravatal e Pi_u ratuba são Municípios em que a responsabilidade no atendimento aos que os procuram cabem também à União e aos Estados.

16.5. Planejamento integrado

A distribuição de centros populacionais de.

Santa Catarina é "sui generis" no Brasil: Sem ter grandes metrópoles, tendo 197 municípios sem demonstrar seu território vazios populacionais - com isto se tem multiformidade característica. Em virtude de climas, de diversas composições do solo, relevo da terra, distância geográfica, épocas de ocupação, economias tipificadas de colonização de diversas etnias. Uma evidente resultante disto tudo é a relativa disparidade no desenvolvimento econômico e cultural de seus municípios.

Daí a intensa atividade, em estudos governamentais, no sentido de planejar o território catarinense. É o planejamento integrado, em que se procura quase definir regiões programas. Muito embora o planejamento integrado implique necessariamente na aglutinação de municípios circunvizinhos (3).

Emergente de uma fase tecnocrata, o Brasil, na abertura, não pode alijar tanto esforço no planejamento. Houve excessos, mas a realidade brasileira é alucinadamente mutante na sua dinâmica; mesmo assim, os princípios que induziram os planejadores devem ser constantemente questionados.

16.6. Plano de Desenvolvimento Urbano do Estado de Santa Catarina.

Um destes estudos destinados a ficar foi o "Plano de Desenvolvimento Urbano para o Estado de Santa Catarina", em 1974. Foram responsáveis por sua elaboração a Universidade Federal de Santa Catarina, Superintendência do Desenvolvi

mento da Região Sul (Sudesul) e o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo (SERFHAU). (4).

Um dos grandes méritos do plano é a "hierarquia urbana" ao lado do estudo da "centralidade".

Chegaram, os autores do plano, à conclusão de que em Santa Catarina inexistem polos de desenvolvimento (5).

Mesmo assim o plano subdivide o Estado, identificando o sistema de cidade e os sub-sistemas de: 1) Tubarão e Criciúma; 2) Florianópolis; 3) Blumenau e Joinville; 4) Mafra e Canoinhas; 5) Lages; 6) Caçador; 7) Joaçaba, e 8) Chapecó.

Na fixação da tipologia urbana, inicialmente observada à base econômica, se classificam: 1) Cidades de base econômica dominadas pela indústria de transformação; 2) pela prestação de serviços; 3) pelas atividades sociais; 4) por transporte, comunicação e armazenagem; 5) pelo comércio de mercadorias; 6) pela pecuária; 7) pela indústria extrativa animal, e 8) Cidades de base econômica dominada pela administração pública.

Chega-se assim a enquadrar as Cidades catarinenses nestes tipos: a) Centros industriais; b) Centros de serviços com atividades industriais secundárias; c) Centros de serviços, centro de transporte; d) Centros de serviços com atividades de transporte secundárias; e) Centro pesqueiro; f) Centros de serviços com atividades de pesquisa; g) Centros de mineração, e h) Centros de serviços com atividades político administrativas.

16.7. Conclusões do Plano

Se as conclusões estimulam o interesse puramente local, necessário se faça especial referência à metodologia empregada, válida para todo o sistema brasileiro. Mesmo porque o estudo foi precedido de conceituação dentro da ciência mundial. (6)

Prossegue o plano avaliando a população e seu crescimento; o emprego e a renda; o comportamento da economia catarinense. Analisa as estruturas infra-urbanas.

Após a história de formação de centros urbanos o modelo de desenvolvimento urbano de Santa Catarina é esquematizado no quadro que segue:

ESTADO DE SANTA CATARINA
MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
EVOLUÇÃO GERAL

GRANDES CIDADES

CIDADES MÉDIAS

PEQUENAS CIDADES

CENTROS SOCIAIS URBANOS

GRUPOS RURAIS INSTITUCIONALIZADOS

POVOAÇÃO

REGIÃO AGRÍCOLA

O modelo de desenvolvimento urbano definido nos estudos, certamente baseado na realidade catarinense, pela amplitude de sua abrangência, pela diversificação de sua equipe (12 professores da equipe técnica, 4 colaboradores técnicos, 19 pesquisadores na equipe auxiliar e 24 calculistas), pode servir de parâmetro para qualquer outro Estado da União. Neste propósito se incluem, nos Anexos, os quadros em que se agrupam as características de cada um dos tipos de centros urbanos. Conclusões essenciais para o estímulo e orientação ao estudo dos municípios brasileiros em geral.

1. "Nas áreas de habitação, desenvolvimento, transportes e saneamento básico englobando todos os recursos, quer sejam federais, estaduais ou municipais, cujas propostas têm como objetivo formas subsídios às novas administrações, na elaboração de seus planos de governo". (Segundo seu Presidente Gilson Leal Meirelles em declaração ao Jornal O Estado, em 10 de janeiro de 1983.

ÍNDICE DE CRESCIMENTO DAS PRINCIPAIS CIDADES CATARINENSES.
(Tabela na página seguinte).

CIDADE	1960/1970	1970/1980 (1)
Florianópolis	4,6	3,7
Joinville	7,3	7,3
Blumenau	4,6	4,6
Lages	7,5	1,7
Itajaí	3,4	3,2
Tubarão	5,3	0,7
Criciúma	6,1	3,1
Chapecó	6,4	5,3

(1) Estimativa da SUDER.

3. "...interessa-nos não confundir obrigatoriamente planejamento local integrado com planejamento microrregional, pois o primeiro não pressupõe necessariamente a subdivisão geográfica dos Estados para a execução. Prova disto é que o SERFHAU, responsável pelo planejamento local integrado do País, tem trabalhado indiferentemente com Municípios isolados com as entidades Municipais". Osvaldo Ferreira de Melo Aspectos Jurídicos e Institucionais do Planejamento Microrregional. SUDESUL, 1972, página 90.

4. *Representantes das Entidades Contratantes:*

SUDESUL - Arquiteto Antonio Chaves Barcelos, Arquiteto Iara Regina de Carvalho Guimarães, Arquiteto Luiz Gonçalves Miranda.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - Dr. Osvaldo Ferreira de Melo

SERFHAU - Assist. Social Seno Cornely, Prof^a Dr^a Maria Adélia Aparecida de Souza.

SUPERVISÃO DA SUB-DIRETORIA DE PLANEJAMENTO DA UFSC - Prof. Luiz Felipe da Gama Lobo d'Eça, Prof. Walmir Dias.

EQUIPE TÉCNICA - Prof. Edward Navarro, Prof. Francisco Cordeiro, Prof. Gilberto Montibeller, Prof. José Arnaldo Mezzari, Prof. Luiz Henrique Baptista, Prof. Milton Digiácomo, Prof. Moisés da Silva Liz, Prof^a Nilza Demétrio Zattar Prof. Osni de Medeiros Régis, Prof. Rogério Freitas Varella, Prof^a Stela Piazza Souza, Prof. Victor Antonio Peluso Júnior (Coordenador).

5. "Encontram-se no território catarinense, grandes indústrias mas, em vez de continuarem unidades matrizes, são na realidade, indústrias movidas".

6. Bibliografia utilizada:

"Entre esses trabalhos distinguem-se os de John E. Braski (2), A. E. Smailes (13), W. J. Carruthers, etc., e na fase mais recente de métodos quantitativos, os de Brian J.L. Berry e Willian Garrison (5), Brian J. L. Berry (6), John D.

Nyeton e Michail F. Dacey (7), M. Polomoki (8), Josephine .
 Elu Abiodanta. No Brasil, os estudos de hierarquia urbana
 são também em grande número, salientando-se os do Conselho
 Nacional de Geografia (18) e igualmente na moderna fase
 quantitativa, os de Esperidião Faissal (11), Roberto Lo-
 bato Correia e Vanda Silvia Lajksik (12), etc. Dos auto-
 res citados são aqui relacionadas as obras levadas em con-
 ta pelo plano:

BRUSCH, John E. - *The Hierarchy of Central Places in South-
 western Wisconsin* - The Geographical Review - Vol. 43, 1953.

SMAILES, A.E. - *The Urban Hierarchy in England and Walles
 Geography*. Vol. 29, 1944.

CARRUTHERS, W. I. - *A Classification of Service Centres in
 England and Walles* - Geographical Journal. Vol. 123, 1957.

BERRY, Brian J. L. & GARRIZON, William - *Recent Develop-
 ments of Central Place Theory* - Paper and Proceedings, Re-
 gional Science Association - 1958".

BERRY, Brian J. L. - *Cities as System Withing Systems of
 Cities in Regional Development and Planning* - Edited by
 John Friedmann and William Alonso - The M.I.T. Press - Cam-
 bridge, Massachussetts - 1946.

NYSTUEN, John D. & DACEY, Michael F. - *A Graph Theory In-
 terpretation of Nodal Regions* - Papers and Proceedings Re-
 gional Science Association - 1961.

PALOMAKI, M. - *The Functional Centers and Areas of South
 Bothina, Finland* - Feunia, Helsink - 1964.

ABIDOUN, Josephine Olu - *Urban Hierarchy in a Developing
 Country* - Economic Geography - Vol. 43, 1967.

Fundação IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia) - Subsí-

a Regionalização - Divisão de Geografia, Rio de Janeiro 1968.

FAISSOL Speridião - A Estrutura Urbana Brasileira - Revista Brasileira de Geografia - Ano 34 - Nº 3, 1972.

CORREA, Roberto Lobato & LOJKASEK, Vanda Silvia - Uma Definição Estatística da Hierarquia Urbana - Revista Brasileira de Geografia - Ano 34 - Nº 3, 1972.

ABIODUN, Josephine - *Op. cit.*

CORREA, Roberto Lobato & LOJKASEK, Vanda Silvia - *ob. cit.*

17. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DA MICRORREGIÃO

17.1. O Caminho do Homem, proposta para Santa Catarina

O Caminho do Homem, trabalho do Professor Alcides Abreu (Imprensa Universitária UFSC) é extremamente original na proposta para Santa Catarina.

Seu pensamento inclui quase todo o pretendido pelo movimento municipalista. Mas também é de abrangência universal.

Insiste ele na filosofia Antropocêntrica. "O homem e a terra irremediavelmente juntos". Para alcançar a sociedade proposta, o Professor tem como indispensável "a realização plena dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana, nas três etapas da vida": (etapa do aprender, etapa do trabalhar e etapa do descansar. (1)

Quando define o conteúdo básico do sistema político da sociedade antropocêntrica, o cientista político catarinense conclui deva a Constituição do Estado de Santa Catarina ser reescrita.

17.2. Representação política da microrregião

Além de outras inovações, as que se encaixam na formulação da estrutura do governo local diferenciada,

insiste Alcides Abreu na bicameralidade da representação. A de representação popular (Assembléia Legislativa) e outra de representação das microrregiões.

Dá como imperativo no subsistema político, a institucionalização microrregional do poder (41).

No decorrer do seu trabalho muito atribui às microrregiões.

17.3. O voto distrital

O voto distrital pode constituir este tipo de representação. É a iniciativa brasileira em debate que mais se aproxima com o proposto no "Caminho do Homem".

Além da oportunidade de sua proposta, nela tudo a evidenciar que a teoria municipalista brasileira está reescrevendo o Brasil. Há aqueles que adotam uma postura municipalista oca e metafórica. Mas há muita gente neste País (muita inteligência e cultura) voltada ao fortalecimento do poder local, para o fim da descentralização descaracterizadora e o começo de um pluralismo brasileiro, único apto a igualar em força o Estado e a sociedade, unindo-os em busca da plena realização dos Direitos Fundamentais da Pessoa Humana.

1. ABREU, Alcides. O Caminho do Homem - Imprensa Universitária da UFSC - 1983. 2º Volume - página 74.

2. ABREU, Alcides. op. 3.5.

"O Poder Microrregional Organizado" segundo a Constituição executa, com os Municípios, os programas adotados para a Microrregião pela Assembleia Legislativa e pela Câmara de Representações das Microrregiões."

18. O DESAFIO DA ABERTURA POLÍTICA

18.1. Poder político popular

As eleições de 1982 trazem à Nação um novo desafio - o da democracia. Ainda que se pretendesse o pluripartidarismo, a polarização PDS e PMDB se cristalizou em Santa Catarina e, praticamente, em todo o Brasil, na distribuição das Prefeituras Municipais entre estes dois partidos. Longe de ser tidos como cisão da sociedade civil ou confronto violento dentro do sistema político - estes resultados advieram de um pronunciamento popular bastante consciente e livre.

Considerando a eleição dos novos Prefeitos o poder municipal no Brasil assim ficou distribuído após 15 de novembro de 1982:

PDS	-	Prefeituras	-	2.545
PMDB	-	Prefeituras	-	1.452
PDT	-	Prefeituras	-	25
PTB	-	Prefeituras	-	6
PT	-	Prefeituras	-	2

A responsabilidade de dar ao movimento municipalista nova dimensão cabe aos novos dirigentes.

18.2. Descentralização e Associativismo municipal

Tavares Bastos, em sua clássica obra A Província, à página 25, cita Vivieu para exemplificar o desacer-to da centralização (1).

Partindo do fato inquestionável da divisão do Poder Municipal no Brasil, com o processo denominado "abertura", aos pequenos e médios municípios de todo o Brasil, só uma atitude construtiva e responsável cabe no exercício com seriedade do poder - a procura do associativismo municipal. A espontânea. A decorrente da própria localização das comunidades, das aspirações de seus Municípios, a forçada pela específica problemática causada pela estrutura social e econômica. A facilitada pelas condições geográficas.

Nelas, nas Associações, o que se esquecerá em benefício da região é o inconformismo partidário. Também a necessidade de sobrepor o interesse dos partidos a todos os reclamos esboçados pela Nação.

Sobre o valor das instituições, é de se trazer o pensamento de Tavares Bastos, no prefácio de A Província, quando cita Royer Collard, para corroborá-lo no que escreveu. (2).

18.3. Descentralização do poder - a luta municipalista

Há, na história política brasileira, a constante no fortalecimento de uma teoria ou de uma atitude, que se convencionou denominar municipalismo.

Este movimento encontrará forte motivação.

na continuidade, se passar a aceitar e defender diversificadas estruturas de governo local. Município como cédula do Estado, mas não uniforme, estruturado diferencialmente de modo a poder atender à tipicidade da realidade brasileira.

Impossível não admitir e, portanto, definir princípios constitucionais formadores das características destas novas estruturas: 1) Megalópoles; 2) Conglomerados Urbanos; 3) Associações de Municípios e Microrregiões; 4) Municípios não autônomos; 5) Municípios de debilidade de recursos; 6) Reservas Indígenas.

A centralização do poder, após 1967, reduziu a evolução da autonomia municipal à mera expectativa. Em 1934 a 1946 se esboçou, realmente, o município brasileiro, terceira fonte de leis. Com eletividade obrigatória de seus dirigentes e recursos próprios, na competência específica de cobrar os seus impostos.

Para muitos esta seria a característica diferenciadora de Federação brasileira. Não os Estados-membros institucionalizando a autonomia dos municípios. Mas governo local definido pela Constituição Federal. Romperam-se os padrões ortodoxos da Federação. O Brasil inovou, queiram ou não queiram os aferrados à doutrina clássica (3). A esperança de que se quebre a tradição, pois a "maior quota da miséria tem tocado ao município" (4).

É tempo da retomada da descentralização, no Brasil. Já muitos chegavam a concluir que a Federação era composta de União, Estados e Municípios. Outros esperavam evoluir se a autonomia municipal até a auto-institucionalização. Não mais de competência dos Estados-membros. Hoje se deve partir

novamente de onde se começou em 1934 e 1946: eliminando o sufoco e desprestígio do Município. (5) Dando-lhe condições na sua estruturação de, na democracia, ser a unidade econômica, social e política. Primeiro degrau da organização política e, por isto mesmo, tendo em sua essência respeito aos direitos fundamentais da pessoa humana.

1. *"Se eu quisesse provocar uma revolução social na Inglaterra o que antes de tudo invocara fora a centralização. Se ao Governo pudesse lançar a responsabilidade de tudo quanto vai mal em um canto qualquer do reino, dali resultaria um descontentamento geral, um peso de responsabilidade tão grande, que debaixo dele seria o Governo bem depressa esmagado."*

2. Royer Collard - La vie politique. De R.C. - par de Barante-Tomo 2º, página 230.

"Uma sociedade sem instituições não pode ser outra coisa mais que a propriedade de seu Governo; debalde pôr-lhe-ão os direitos por escrito; não saberá ela como exercê-los, nem poderá ela conservá-los." (Citado por Tavares Bastos em "A Província".)

3. LEAL, Vitor Nunes. "Leis Municipais". - Revista Brasileira

dos Municípios - Janeiro - março, 1950. Página 68.

"Ao fazer sua divisão tripartida entre a União, os Estados e os Municípios, inaugurou o que, desde então tem sido considerado uma peculiaridade de seu sistema federal."

4. LEAL, Vitor Nunes. Coronelismo, enxada e voto. 3ª Edição. Editora Alfa Omega - São Paulo, 1976, página 178.

5. MELO, Osvaldo Ferreira de. Aspectos Jurídicos e Institucionais do Planejamento Microrregional. Porto Alegre, SUDE - SUL, 1972, p. 46.

"Pode-se perguntar: estaremos diante de um emergente direito intermunicipal? Devem ser revistas ou não as tradicionais concepções jurídicas, entre nós, sobre a autonomia do município? Até que ponto os fenômenos econômicos, sob a justificação da necessidade de acelerar o crescimento do produto Nacional, podem ou devem mudar as características de nossas instituições de Direito Público e Privado, constituindo-se às vezes até em violência a valores diversos integrados à nossa índole e civilização?"

CONCLUSÕES

O movimento municipalista não pode nem se deve esgotar com a consecução da autonomia municipal.

O fortalecimento da instituição político-jurídica (unidade dos Estados-Membros) só ocorrerá mediante seu desempenho. Essencial à afirmação do Estado Brasileiro, o Município se deve estruturar, através do governo autônomo, para a ação corretiva das disparidades regionais no desenvolvimento.

Essencial à organização da produção (industrial e agropecuária), devendo atender à demanda de complexas necessidades coletivas, o Município brasileiro tem ainda a responsabilidade de assegurar o pluralismo étnico e político, peças fundamentais da democracia brasileira. Por isto tudo:

Primeira conclusão: A capacitação dos governos locais (para enfrentarem com êxito a problemática regional) é dever do Estado Brasileiro. Para a otimização do desempenho municipal é essencial que se viabilizem formas diversificadas de governo local, adequadas às condições específicas ali vigentes. Tal dever decorre da impossibilidade constitucional de os municípios procederem à auto-institucionalização.

Segunda conclusão: Os problemas decorrentes da explosão demográfica forçam as decisões urgentes e eficazes, com referência às megalópoles e aos centros regionais, no tocante à estrutura de seus governos locais.

Terceira conclusão: As normas constitucionais vi-

gentes, hoje, inovaram na criação das Áreas Metropolitanas. Mas é indispensável, para a eficácia da ação conjunta, se parta para estruturas de maior poder decisório. As soluções mais indicadas recaem sempre num governo local único, resultante da fusão num só de todos os municípios abrangidos, resguardando-se a máxima autonomia dos distritos na própria descentralização administrativa.

Quarta conclusão: Todas as normas jurídicas dirigidas às Áreas Metropolitanas, hoje vigentes no Brasil, melhor se aplicam àqueles conurbados em crescimento ou em formação. Isto porque a Emenda Constitucional nº 14 de 08 de junho de 1982 institue o planejamento propriamente dito do que ação administrativa unificada.

Quinta conclusão: O Município brasileiro atinge área urbana e rural. Daí ser nociva a criação de municípios incapazes de sustentarem os encargos de governo, por lhes mingua rem recursos financeiros e escassa ou pobre a população. Aos já existentes, deve o Estado brasileiro assegurar-lhes recursos materiais e humanos para o exercício de sua função na organização social e política.

Sexta conclusão: As reservas indígenas, os municípios em que grande parte de seu território é de propriedade da União ou dos Estados-Membros e as chamadas estâncias hidromineiras devem merecer uma definição estrutural diversa da determinada na Constituição Federal aos outros Municípios.

Sétima conclusão: A cooperação intermunicipal deve ser estimulada, principalmente, no caso do associativismo espontâneo e criativo. O planejamento a nível microrregional é imperativo para os municípios abrangidos.

O estudo de "casos", desenvolvidos neste trabalho, propicia conclusões específicas sobre determinadas experiências. Assim:

Oitava conclusão: A Associação Catarinense de Fundações Educacionais assegurou a presença do ensino superior, em todo o território catarinense, se valendo das microrregiões. Seu desempenho extraordinário merece ampla divulgação, por atestar o êxito numa inédita realização no Brasil, de real e construtivo associativismo municipal.

Nona conclusão: A experiência catarinense de Associações das microrregiões deve merecer a reflexão de todos os outros Estados-Membros.

Décima conclusão: A Universidade Federal de Santa Catarina, a Sudesul, o Governo do Estado, o extinto SERFHAU, o Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, e os Municípios envolvidos, no Plano do Desenvolvimento Urbano para o Estado de Santa Catarina, elaboraram documento esclarecedor da tipologia municipal. Subsídios indispensáveis à planificação de estruturas diferenciadas do Poder Municipal.

Conclusão final: O Direito brasileiro certamente se

rá o instrumento de otimização das estruturas diferenciadas de governo municipal. Política jurídica essencial será a estruturação do poder político, a organização administrativa, a aplicação de recursos financeiros e a normatização de incentivos à política econômica que eleve, até à dignidade, as condições de vida dos milhões de brasileiros, dependentes da ação municipal para sua auto-realização.

BIBLIOGRAFIA

01. ABREU, Alcides. O caminho do homem. Florianópolis, Imprensa Universitária da UFSC, 1983.
02. ALMEIDA, Fernando H. Mendes. Consórcio Municipal. Revista de Direito Administrativo. Rio de Janeiro (52):525-31, abr-jun, 1958.
03. ALMEIDA, Rômulo. Experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia. Estudos Econômicos nº 2. jun/1950. Rio de Janeiro, Departamento Econômico da Confederação Nacional da Indústria, 1950. p. 19-20.
04. ANDRADE, Eurico Azevedo de. Instituições de regiões metropolitanas no Brasil; áreas metropolitanas e desenvolvimento integrado no Brasil. Rio de Janeiro, SERFAV, 1967.
05. ANDRADE, Thompson A. & LODDER, A Celsius. Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro, IPEA/INPES, 1979, 146 p. (Coleção Relatório de Pesquisas).
06. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MUNICÍPIOS. Modelo de estatuto de funcionários municipais. In: Coletânea de palestras. p. 177-233.
07. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO DA FOZ DO RIO ITAJAÍ. Lei de loteamentos. Nível microrregional: projeto Itajaí.
08. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE. Termos de referência para o processo de planejamento microrregional. Caçador, 1977, 2v.
09. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ. Estudo preliminar. Florianópolis, Etapa, 1971, 4v.

10. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MEIO OESTE CATARINENSE.
Código de postura; modelo. 1978, 61p.
11. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO NORDESTE DE SANTA CATARINA.
Resumo histórico; programação 1977/1981, estudos e projetos elaborados, atividades de destaque. Joinville, 1979, 83p.
12. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE SANTA CATARINA. Relatório parcial; avaliação, termos de referência. Chapecô.
13. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DA REGIÃO SERRANA. Estudo preliminar. Florianópolis, Etapa, 1969, 4v.
14. ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA. Termos de referência dos processos de planejamento regional-microrregional. Relatório final. Tubarão, 1976, 2v.
15. BASTOS, Tavares. A província. 2 ed., Ed. Nacional, 1937. (1 ed., 1870).
16. BRASILEIRO, Ana Maria. O município como sistema político. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1973.
17. CARVALHO, Orlando M. Política do município; ensaio histórico. Rio de Janeiro, Agir, 1946, 172p.
18. CAVALCANTI, Henrique Brandão. Os municípios e a política metropolitana federal. Revista de Administração municipal. Rio de Janeiro, (114): 55-72, set-out/1972.
19. CAVALCANTI, Themístocles Brandão. A constituição federal comentada. 3ª ed., Rio de Janeiro, Konfino, 1956. 4v.
20. _____. Curso de direito administrativo. Rio de Janeiro, Ed. Freitas Bastos, 1961.

21. CEAG/SC. Levantamento das microrregiões do estado. Relatório das reuniões. Florianópolis, 118p.
22. COLAÇO, Flávio Roberto. O município na federação brasileira. Florianópolis, Ed. da UFSC, 1983.
23. COSTA, Jorge Gustavo da & ROCHA NETO, Luiz. Um passo para o ecodesenvolvimento: o planejamento de municípios com vocação rural. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 28 (159):18-36, abr-jun/1981.
24. COSTA E SILVA, Álvaro. Consórcios intermunicipais. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, (12): 46-60
25. CPI DOS MUNICÍPIOS. Câmara dos Deputados. Projeto de Resolução nº 98 de 1979. Diário do Congresso Nacional. Brasília, 05 de dezembro de 1979. (Suplemento nº 163).
26. COLLARA, Roger. La vie politique de R.C., par de Barante. p. 230. T 2.
27. CRETELA JÚNIOR, José. Municipalização. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53. p. 445-7.
28. CUNHA, Fernando Whitaker da. Município II. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53, p. 457-68.
29. DALLARI, Adilson Abreu. Municipalismo. In: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977. v. 53, p. 443-5.
30. _____. Auto Organização do Município. Revista de Direito Público. 37 (297).
31. DELORENZO NETO, A. A grande São Paulo e a mudança da capital; descentralização e desmembramento. São Paulo, Ed-Atlas, 1979, 136p.

32. FREITAS, Gilberto Passos de. O município e o registro do loteamento e do desmembramento. Boletim do Interior. 13(83), jun, 1980.
33. GOMES, Jesiel de Marco. Reflexos do novo imposto territorial rural. Cadernos de economia agrícola. CEPA/SC, (1), jan, 1981.
34. GRAU, Eros Roberto. Regiões Metropolitanas - regime jurídico. São Paulo, Ed. José Bushartz, 1974.
35. GRECO FILHO, Vicente. Análise das ações de articulação com os municípios como instrumento para minimizar as carências básicas de administração municipal. Boletim do Interior. 11 (59): 5-11, jun, 1978.
36. GUEDES, José Rildo de Medeiros. Incidência do Imposto Predial e Territorial Urbano. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 21 (122): 26-39, jan-fev., 1974.
37. _____. IPTU - a ineficiência do imposto. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 26(152): 22-39, jul-set., 1971.
38. _____. Política territorial do município. Revista de Administração Municipal. Rio de Janeiro, 22 (130): 27-42, mai-jun, 1975.
39. HESSEL, José Ribeiro. Organização dos serviços municipais. Porto Alegre, SUDESUL/UFRGS, 1971, 22p.
40. IBAM. Associações e consórcios intermunicipais. Rio de Janeiro, 1978, 244p.
41. _____. Manual de Financiamento. Rio de Janeiro, 1976, 155p.
42. _____. Manual de Administração e Cobrança da Dívida Ativa Municipal. 2 ed., Rio de Janeiro, 1977, 25p.

43. IBAM. Modelo de Plano de Aplicação e Prestação de Contas do FPM. Rio de Janeiro, 1971, 132p.
44. INAUR. Fontes de Recursos Financeiros. Goiânia, 1975 , 114p.
45. ITEP. Finanças Municipais. Florianópolis, 1978, 189p.
46. JAMESON, Samuel Haig. Administração Municipal. Rio de Janeiro, Centro de Publicações Técnicas da Aliança para o Progresso, 1965. 295p. (Textos relacionados de administração pública, 10).
47. Kelsen, Hans. Teoria pura do Direito. 5.ed., Coimbra, Ed. Armênio Amado, 1979, 484p.
48. LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e votos. 3 ed., , Ed. Alfa-Omega, 1976.
49. LÚCIO, Antônio, Êxodo Rural. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação do DASP, 1954. (Série Estudos Municipais, 1).
50. MAC DONALD, Austin F. Gobierno y administración municipal, la experiencia de los Estados Unidos. México, Fondo de Cultura Econmica, 1959, 659p.
51. MACHADO, A. Paupério. O Município e seu regime jurídico no Brasil. Rio de Janeiro, 1958.
52. MACHADO NETO, A.L. Sociologia Jurídica. 4 ed., São Paulo, Saraiva, 1979, 420p.
53. MEIRELLES, Hely Lopes. Revista de Administração Municipal Rio de Janeiro, (54):384, set-out, 1962.
54. MELO, Osvaldo Ferreira de. Aspectos Jurídicos e Institucionais do Planejamento Microrregional. Porto Alegre, SUDSUL, 1972. 103p.

55. MELO, Osvaldo Ferreira de. Tendências do Federalismo no Brasil. Florianópolis, Lunardelli, 1979, 97p.
56. MELLO, Diogo Lordello de. Município e Centralização no Brasil. In: IBAM, Relatório de Atividades; exercício 1976, Rio de Janeiro, 1977, p. 54-71.
57. _____. O Município na Organização Nacional, bases para uma reforma do regime municipal brasileiro. Rio de Janeiro, IBAM.
58. MIRANDA, Eugênio Franco. O município na constituição brasileira. São Paulo, EDUC, 1975.
59. MUDAI, Toshio. O regime jurídico municipal e as regiões metropolitanas; conforme emenda constitucional nº 1/69, São Paulo, Sugestões Literárias, 1974.
60. NOGUEIRA, José Geraldo Ataliba. Os Municípios na Constituição Federal de 1946. São Paulo, Departamento de Informações, 1947.
61. NOGUEIRA, Paulo Lúcio. Administração e Responsabilidade dos Prefeitos e Vereadores. São Paulo, Sugestões Literárias, 1974.
62. NUNES, José de Castro. Do Estado Federativo e sua Organização Municipal. Rio de Janeiro.
63. OLIVEIRA, Maria Lúcia. Finanças dos Municípios Metropolitanos. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro, 22 (132): 71-3, set-out, 1975.
64. PERROUX, François. L'economie du XXème siècle. Paris, Press Universitaire, 1964.
65. PINHEIRO NETO, Liberato Manoel. Prefeitura, Comunidade e Educação. Florianópolis, Lunardelli, 1976. 76p.

66. PINTO, Ferreira. Curso de Direito Constitucional. São Paulo, Saraiva, 1978, 2v., 744p.
67. _____. Município I. in: Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo, Saraiva, 1977, v. 53p. 448-57.
68. RICHARDSON, Harry W. Regional Economics; location theory , urban structures an regional change. London, Weidenfeld & Nicolson, 1969, 417p.
69. RORIZ, Emanuel de Sã. Modelo de Código Administrativo Municipal. SERFHAU/SUDAM, 1973, 42p.
70. SANTOS, Nilton. Crescimento Nacional e Nova Rede Urbana: o exemplo do Brasil. Revista Brasileira de Geografia. 29 (4): 79-92, out-dez, 1967.
71. SANTOS, Silvio Coelho dos. O Índio perante o Direito Brasileiro; ensaios. Florianópolis, UFSC, 1983, 190p.
72. SEFHAU, Serviço Federal de Habitação e Urbanismo. Organização Administrativa das Áreas Metropolitanas. Brasília , 1971, 82p.
73. SEVERO, Archibaldo. O Moderno Município Brasileiro; uma contribuição aos estudos de municipalismo. Porto Alegre , Thurmann, 1946, 195p.
74. SILVA, Alfredo. A Autonomia Municipal em face das Associações de Municípios. Florianópolis, 1977, 105p. (Dissertação M. Direito, Curso de Pós-Graduação em Direito, UFSC, 1977).
75. SILVA, Benedito. Teoria das Funções Municipais. Rio de Janeiro, FGV, 1954 (Cadernos de Administração Pública).
76. SILVA, José Moreira da. Enciclopédia do Administrador Municipal. São Paulo, Juriscredi, s.d., 3v.

77. SOUZA, Rubens Gomes de. Comissão da Fazenda. Reforma Tributária Nacional. Rio de Janeiro, FGV, 1968.
78. SOUZA FILHO, Carlos Frederico Moraes de. Alguns pontos sobre os povos indígenas e o direito. In: SANTOS, Silvio Coelho dos. Org. O Índio perante o Direito; ensaios, Florianópolis, UFSC, 1982, p.89-97.
79. TEIXEIRA, Nelson Gomes. Uma nova dimensão para o ICM. In: Congresso Estadual dos Municípios, Guarujá, São Paulo, 1976, p. 1-19.
80. TOCANTINS, Leandro. Amazônia-natureza, homem e tempo. 2 ed., Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1982, 177p.
81. TOMBINI, T. Noelmo. A prática municipal, considerações à luz da pesquisa realizada sobre a aplicação do orçamento-programa. Revista ABOP. 4 (2):9-56, maio, 1978.
82. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, SUDESUL & SERFHAU. Política e Desenvolvimento Urbano para o Estado de Santa Catarina. 264p.
83. VASQUE, Jandira Barbosa. A Tributação no Uso e Controle do Solo. Boletim do Interior. 12 (69):9-15, abril, 1979.
84. VISÃO. São Paulo, 32 (3): 25, 17 jan, 1983 (Política).
85. VILHENA, Paulo Emílio Ribeiro de. Região Metropolitana e Estruturas Sindical Brasileira. Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, (47):115-16, jul, 1978

ANEXO I

REFORMA DO ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE DE
SANTA CATARINA

AMOSC

SEDE: AVENIDA GETÚLIO VARGAS Nº 1656 - CHAPECÓ - SANTA CATARINA

TÍTULO I

CAPÍTULO 1º

- CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE -

Art. 1º - A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina "AMOSC" é uma entidade de duração indeterminada, visando a integração administrativa, econômica e social dos municípios que a compõe, regendo-se pelo presente estatuto.

Art. 2º - A Associação é constituída dos municípios seguintes : Abelardo Luz, Águas de Chapecó, Caibi, Campo Erê, Caxambú, do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Faxinal dos Guedes, Galvão, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palmitos, Pinhalão, Quilombo, São Carlos, São Domingos, São Lourenço do Oeste, Vargeão, Saudades, Xanxerê, Xaxim e de futuros Municípios que vierem a ser criados por desmembramento.

PARÁGRAFO UNICO - Fica criado um "logotipo" da Associação cujas características serão alvo de aprovação pela Assembléia Geral.

Art. 3º - A sede e fôro da Associação será a cidade de Chapecó.

Art. 4º - A Associação atuará em regime de íntima cooperação com as entidades congêneres e afins, bem como órgãos estaduais, federais e entidades privadas e mistas.

CAPÍTULO 2º

Art. 5º - Além dos objetivos previstos na legislação vigente , Art. 109 Const. e Art. 160 Lei Orgânica dos Municípios de Santa Catarina) e respeitadas as autonomias municipais, a Associa

ção tem por finalidade básica, o assessoramento e planejamento micro regional:

- Nas atividades meios de suas Prefeituras:

1 - Estudar a administração municipal na região e promover a reforma administrativa, através da reorganização dos serviços públicos municipais, dando-se ênfase especial aos serviços fazendários e ao trabalho e aperfeiçoamento dos servidores municipais,

2 - Estudar e sugerir a adoção de normas sobre a legislação tributária e outras leis municipais, visando sua uniformização nos municípios associados;

3 - Assessorar e cooperar com as Câmaras de Vereadores dos municípios associados na adoção de medidas legislativas que concorram para a melhoria das administrações municipais;

4 - Defender e reivindicar os interesses das administrações municipais da microrregião;

5 - Promover nos municípios associados a adoção de estímulos fiscais e de outra ordem para industrialização da microrregião, com aproveitamento de recursos naturais, matérias-primas e mão-de-obra disponíveis;

6 - Elaborar um plano administrativo, a partir dos planos trienais municipais, compreendendo um programa de obras, empreendimentos e serviços públicos micro-regionais, visando institucionalizar a continuidade administrativa aos municípios participantes, sobrepondo a temporariedade dos mandados executivos;

7 - Coordenar medidas para a implantação do planejamento local integrado na micro-região.

- Nas atividades fins de suas Prefeituras:

1 - Estimular a conservação e o bom uso dos recursos re

nováveis;

2 - Estudar, propor e executar medidas, visando o incremento da produção agropecuária e industrial;

3 - Assessorar na elaboração e execução de planos, programas e projetos relacionados com:

a) educação, saúde pública, assistência social e habitação;

b) serviços urbanos: obras públicas e outros;

c) transportes, comunicações, eletrificação e saneamento básico;

4 - Incentivar e promover o estabelecimento de um sistema intermunicipal de transportes e comunicações na micro-região.

5 - Promover iniciativas para elevar as condições de bem-estar econômico e social das populações rurais na micro-região.

II - Promover o estabelecimento de cooperação intermunicipal e intergovernamental, visando:

1 - Divulgar na micro-região as normas e exigências dos órgãos públicos e instituições de assistência técnica e financeira dos municípios;

2 - Conjugar recursos técnicos e financeiros da União, Estado, Municípios Associados, mediante acordos, convênios ou contratos intermunicipais, para solução de problemas sócio-econômico comuns;

3 - Reivindicar a descentralização dos serviços públicos estaduais e federais, notadamente os de educação e saúde pública;

4 - Estimular e promover o intercâmbio técnico-administrativo no plano intermunicipal integrado;

5 - Elaborar estudos e levantamentos sobre os problemas

e potencialidades da micro-região que indique prioridades para atendimentos pelos poderes públicos;

6 - Defender e reivindicar os interesses econômicos e sociais da micro-região.

CAPÍTULO 3º

Art. 6º - A Associação tem a seguinte organização:

- 1 - Assembléia Geral
- 2 - Diretoria Executiva
 - 2a - Secretaria Administrativa
 - 2b - Assessorias
- 3 - Conselho Fiscal

3.1 - Da Assembléia Geral

Art. 7º - A Assembléia Geral da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina é constituída pelos Prefeitos dos municípios associados, podendo os mesmos credenciar seus representantes..

Art. 8º - A Assembléia Geral é o órgão soberano em suas decisões.

Art. 9º - O local da Assembléia Geral será a sede de qualquer Município Associado, observado o critério de rodízio por ordem alfabética dos municípios integrantes da Associação.

Art. 10º - A Presidência da Assembléia Geral será aberta pelo Prefeito do Município em que a mesma se realizar, passando-a após ao Presidente da Associação.

Art. 11º - O "quorum" exigido para realização da Assembléia Geral será no mínimo de 50% dos municípios associados.

Art. 12º - Somente terão direito a voto o Prefeito ou o repre -

sentante credenciado de cada Município associado, nos termos do Art. 7º.

Art. 13º - É vedada a representação extra-municipal.

Art. 14º - As deliberações da Assembléia Geral, exceto nos casos previstos no Art. 46º, serão tomados por maioria simples dos municípios associados presentes.

Art. 15º - Poderão participar da Assembléia Geral, sem direito a voto, vereadores dos municípios associados, pessoas e organismos públicos ou privados, especialmente convidado pela Diretoria Executiva da Associação e pela Secretaria Administrativa.

Art. 16º - A Assembléia Geral pode ser ordinária ou extraordinária.

Art. 17º - A Assembléia Geral ordinária será realizada bimensalmente e sua convocação deverá ser feita com antecedência mínima de 5 dias.

Art. 18º A Assembléia Geral extraordinária será convocada sempre que haja matéria importante para ser deliberada, por iniciativa do Presidente da Associação ou a pedido de 1/3 dos municípios associados.

Art. 19º - Os municípios que solicitarem convocação da Assembléia Geral extraordinária deverão formalizar o pedido por escrito ao Presidente da Associação, relatando os motivos e indicando os assuntos a serem tratados.

Art. 20º - É da competência da Assembléia Geral:

- a) Deliberar sobre assuntos relacionados com os objetivos da Associação;
- b) Estabelecer a orientação coletiva da Associação, recomendado o estudo de soluções para os problemas.

mas administrativos, econômicos e sociais da micro-região.

- c) eleger, por votação secreta, o Presidente, 1º e 2º Vice-Presidente da Diretoria Executiva da Associação pelo período de um (1) ano, observado o seguinte critério:

- § 1º - Os presidentes da Diretoria Executiva poderão ser reeleitos.
- § 2º - A eleição dos membros da Diretoria Executiva da Associação será realizada na 1ª quinzena do mês de fevereiro de cada ano.
- § 3º - Poderão ser registradas no máximo, (3) três chapas oficiais, indicadas, necessariamente. Por Prefeitos, com uma antecipação mínima de duas horas da eleição, apresentadas à Secretaria administrativa para o competente registro habendo ao Presidente direito a apresentação de uma (1) chapa.
- § 4º - A eleição será escrutinada logo após a votação, através de uma comissão designada verbalmente no ato, pelo Presidente e de imediato será feita a aclamação e posse dos Prefeitos.
- d) Eleger os membros do Conselho Fiscal, titulares e suplentes;
- e) Homologar o programa administrativo proposto pela Diretoria Executiva; a Estrutura organizacional da Associação.
- f) Homologar o Relatório Geral e a Prestação de Contas anual da Diretoria Executiva da Associação;
- i) Reformar o presente estatuto, na forma do disposto no Art. 46º.

- j) Deliberar sobre qualquer assunto de interesse dos municípios associados ou da micro-região.

Art. 21º - No início de cada reunião da Assembléia Geral, a ata da reunião anterior deverá ser submetida à aprovação do Plenário.

Art. 22º - As deliberações da Assembléia Geral, ordinária ou extraordinária, serão executadas pela Diretoria Executiva.

Art. 23º - A Assembléia Geral poderá constituir comissões especiais para apreciar as proposições a serem deliberadas em Plenário.

§ Único - Poderão participar dos trabalhos das comissões técnicas nas matérias relacionadas com as proposições encaminhadas à Assembléia Geral, elementos ligados aos municípios.

Art. 24º - Compete à comissão da Assembléia Geral:

- a) Dar parecer nas proposições para as quais foi constituída;
- b) Sugerir emendas às proposições a ela submetidas.

3.2. Diretoria Executiva

Art. 25º - A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina "AMOSC", é administrada pela Diretoria Executiva.

Art. 26º - A Diretoria Executiva compor-se-á dos seguintes membros:

- a) Um Presidente, um 1º Vice-Presidente e um 2º Vice-Presidente eleitos pela Assembléia Geral da Associação;
- b) Secretaria Administrativa e Assessoria de livre indicação ou contratação do Presidente da Associação.

§ 1º - O Presidente da Associação, no caso de vaga, falta ou

impedimento, será substituído pelo 1º Vice-Presidente e este pelo 2º Vice-Presidente.

Art. 27º - A Diretoria executiva será assessorada pela Secretaria Administrativa e Assessoria.

3.2.1 - Das Atribuições e deveres do Presidente

Art. 28º - São atribuições do Presidente da Associação:

- a) Representar legal e administrativamente a Associação;
- b) Zelar pelo cumprimento do presente estatuto;
- c) Dirigir aos poderes competentes as reivindicações da Associação;
- d) Firmar convênios, acordos ou contratos com entidades públicas e privadas;
- e) Encaminhar as resoluções da Assembléia Geral para estudo e pronunciamento da Secretaria Administrativa das Assessorias;
- f) Contratar pessoal;
- g) Estabelecer os níveis de remuneração do pessoal em consonância com a estrutura organizacional e quadro único pessoal;
- h) Solicitar sejam postos à disposição da Associação servidores dos municípios associados;
- i) Baixar atos normativos internos, sob forma de resoluções, inclusive no tocante ao pessoal;
- j) Autorizar pagamentos e movimentar recursos financeiros da Associação, em conjunto com a Secretaria Administrativa;
- k) Gerir o patrimônio da Associação;
- l) Convocar Assembléia Geral nos termos deste estatuto;

- m) Receber as proposições dos municípios e membros para encaminhamento à Assembléia Geral;
- n) Executar as deliberações da Assembléia Geral e divulgá-las;
- o) Submeter à Assembléia Geral, para aprovação, a estrutura organizacional da AMOSC;
- p) Prestar contas anuais e no fim do mandato à Assembléia Geral com parecer do Conselho Fiscal;
- q) Executar todas as tarefas peculiares do Presidente.

3.2.2. - Secretaria Administrativa

Cabe a Secretaria Administrativa, em conjunto com a Diretoria Executiva e Assessorias, a administração da entidade e sua divulgação.

Art. 29º - A Secretaria Administrativa compete:

- a) Manter o expediente regularmente;
- b) Manter controles; pessoal, material; contábil;
- c) Promover reuniões ordinárias e extraordinárias, preparando a agenda dos trabalhos, estudada com a Presidência da entidade;
- d) Receber e expedir correspondência;
- e) Baixar normas internas, resguardada sua competência;
- f) Promover a arrecadação de recursos financeiros e sua aplicação de acordo com a programação previamente estabelecida, inclusive participando da assinatura de documentos para sua movimentação;
- g) Responder como representante automaticamente autorizado, junto aos órgãos previdenciários e fazendários;

- h) Eleborar relatórios de atividades, balanços e outros demonstrativos;
- i) Secretariar reuniões e divulgar deliberação da Assembléia;
- j) Divulgar a Associação, através dos meios de comunicações possíveis;
- k) Coordenar o funcionamento dos órgãos subordinados à Secretaria Administrativa;
- l) Promover levantamentos e movimentos econômicos;
- m) Promover o inter-relacionamento com órgãos públicos, privados e congêneres;
- n) Efetuar o pagamento do pessoal e exercer seu controle;
- o) Manter, zelar e conservar a sede e os bens da entidade e propor, em conjunto com a Direção e Assessorias, medidas tangentes a melhorias, aquisições e alienação de bens;
- p) Suprir, a sede e as Assessorias do material necessário ao seu funcionamento;
- q) Prestar contas de todos os seus atos, conjuntamente com os demais assessores;
- r) Executar todas as tarefas que lhe são pertinentes;
- s) Elaborar orçamento e plano anual de ação.

Art. 30º - DO PESSOAL

- a) A contratação do pessoal da Administração obedecerá o regime único da CL;
- b) Compete exclusivamente ao Presidente, sua contratação;
- c) O pessoal a ser contratado pela entidade deverá

ter qualificação para a função a ocupar, levando-se em conta as finalidades da entidade;

- d) A contratação de pessoal para as assessorias obedecerá os critérios a nível superior, quando exigíveis ou de comprovado conhecimento e capacidade;
- e) Compete ao Presidente a fixação periódica do quadro único do pessoal e a lotação de funções observadas as limitações impostas pela estrutura organizacional, bem como níveis de remuneração, considerada a capacidade financeira da entidade;
- f) Os servidores da Associação, quando fora da sede da Associação, terão direito a percepção de diária;
- g) Baixará normas quando a dispêndio com locomoção de prestação de serviços especiais e específicos, prestados à Prefeitura e por elas ressarcidos;
- h) Os demais casos omissos deverão ser resolvidos de acordos com as determinações do regimento interno.

Art. 31º - DA COORDENADORIA MICRO-REGIONAL DE PLANEJAMENTO E ASSESSORAMENTO.

Compete a coordenadoria micro-regional de planejamento e assessoramento municipal e micro-regional.

Art. 32º - Anualmente as assessorias deverão apresentar um plano de ação e relatório de atividades.

Art. 33º - Compete ao coordenador de planejamento e assessoramento:

- a) Planejar, organizar e controlar o desempenho das assessorias; as
- b) Determinar o assessoramento e planejamento aos municípios associados; mu-

- c) Organizar estudos em equipe dos problemas administrativos municipais e sócio-econômicos micro-regionais;
- d) elaborar programa anual de trabalho;
- e) Propor a contratação de técnicos;

Art. 34º - DA ASSESSORIA JURÍDICA

- a) Assessorar juridicamente os municípios associados e Associação;
- b) Procuradoria dos municípios integrados;
- c) Elaboração de minutas de todos os atos legais praticáveis pelos municípios;
- d) Fornecimento de legislação básica e sua consequente fiscalização de aplicação.

Art. 35º - DA ASSESSORIA DE ENGENHARIA CIVIL

À Assessoria de Engenharia Civil está a cargo a elaboração, coordenação, participação, aprovação e supervisão.

- a) À Assessoria de Engenharia Civil está a cargo a elaboração, coordenação, participação, aprovação e supervisão da aplicação do Plano Diretor e Código de Obras e seus componentes como: Informações Gerais, Lei de Loteamento, Lei de Zoneamento, Código de Obras, Código de Posturas e Mapeamento;
- b) Elaboração e Execução do Sistema Rodoviário Municipal;
- c) Projetos de Obras de Arte, Pontes e Rodovias;
- d) Formação de fundo financeiro para constituição de equipamentos Rodoviário;
- e) Projetos de edifícios públicos;
- f) Participação quanto à localização, projeto e execução de hospitais, unidades sanitárias e pronto-socorro das municipalidades;
- g) Elaboração de projeto de águas, esgoto sanitário

e pluvial e canais;

h) Elaboração de projeto de mercados, matadouros, feiras, cemitérios, praças e jardins;

i) Coordenação e Supervisão de levantamento altimétricos, planimétricos e planialtimétricos;

j) Projeto da infra-estrutura de repetidoras;

k) Apoio técnico para implantação e calçamento urbano;

l) E outras informações atinentes à área de engenharia civil em edificação.

Art. 36º - DA ASSESORIA TÉCNICA DE CONTRoLE INTERNO

a) Participação na elaboração dos instrumentos legais básicos, no que concerne aos chamamentos técnicos;

- CÓDIGO TRIBUTÁRIO MUNICIPAL
- Quadro Único de Pessoal
- Estrutura Organizacional
- Estatuto Servidor Público
- Normas de Direito Financeiro
- Contabilidade Pública Municipal
- Confecção e Execução Orçamentária
- Concessão de transportes coletivos urbanos
- Licitações;

b) Modernização e agilização dos servidores fazendá-rios e contábeis;

c) Treinamento de técnicos financeiros municipais;

d) Controle de material e Pessoal;

e) Auditoria Contábil;

f) Prestação de Contas do regime de controle interno sistemático e aplicações específicas;

g) Demais assuntos pertinentes.

Art. 37º - DA ASSESSORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

Compete, basicamente a assessoria de administração e planejamento:

- a) Onstitucionalização do planejamento municipal e micro-regional conforme preconiza o sistema nacional de planeja -
mento local integrado;
- b) Elaboração e implantação de planos de desenvolvi -
mento local integrado;
- c) Obtenção de financiamento para elaboração de planeje
ramento urbano local;
- d) Compatibilização de planos municipais, locais e
federais;
- e) Assessoramento e planejamento municipal com acompanh
amento de sua implantação;
- f) Organização e padronização dos serviços públicos '
municipais;
- g) Reorganização administrativa;
- h) Racionalização do trabaho;
- i) Projetos de viabilidades econômicas;
- j) Planos educacionais;
- k) Diagnóstico das condições sócio-econômicas e sani-
tárias da população micro-regional;
- l) Desenvolvimento comunitário com a organização de
concelhos;
- m) Organização do sistema de levantamento de dados bá
sicos micro-regionais;
- n) Elaboração de programas setoriais, coordenação de
estudos, conjugação de esforços e intercâmbio técnico adminis -
trativo intermunicipal e regional.

Art. 38º - DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal é composto de membros efetivos e suplentes, eleitos pela Assembléia Geral, cujo mandato coincide com o da Diretoria Executiva, que é de um ano e podendo seus membros ser reeleitos;

Art. 39º - Os membros do conselho fiscal não têm direitos a remuneração, pelo exercício de suas funções.

Art. 40º - Ao Conselho Fiscal compete:

- a) Eleger um Presidente entre seus membros;
- b) Examinar as prestações de contas, emitindo parecer sobre as mesmas;

Art. 41º - DOS RECURSOS FINANCEIROS.

Fontes de Recursos:

a) Recursos de contribuições municipais, cuja percentagem é fixada pela Assembléia Geral, autorizada pela câmara de vereadores e incluída no orçamento municipal;

b) Recursos de alienação de bens, serviços diversos e outras receitas próprias, inclusive patrimonial;

c) Recursos de convênios com o governo Federal e Estadual;

d) Outros recursos eventuais.

Art. 42º - Dos recursos recebidos e aplicados deverá ser mantido o registro contábil analítico e sintético, e competente Prestação de contas, além da elaboração anual de um orçamento programático aprovado pelo Presidente.

Art. 43º - DO PATRIMÔNIO

Constitui o patrimônio da associação todos os bens imóveis, móveis, valores e créditos, bem como as obrigações que por ventura onerem este patrimônio.

Art. 44º - Nem um bem pertencente à Associação poderá ser alienado sem autorização da Assembléia Geral, salvo aqueles que pe-

la inexpressividade material ou financeira dispensem tal aprovação;

Art. 45º - Em caso de dissolução da Associação, o patrimônio da Associação reverterá em benefício dos municípios associados, sendo rateado, proporcionalmente ao montante de recursos financeiros entregues pelos mesmos à entidade, após salvos todos os ônus financeiros que agravem o patrimônio;

Art. 46º - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

A dissolução da Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina - AMOSC - bem como a reforma estatutária, somente poderá ocorrer em Assembleia Geral extraordinária, especialmente convocada e por decisão de 2/3 (dois terços) dos municípios associados;

Art. 47º - Cada Município reconhecerá em Lei especial, sua condição de membro da associação, bem como a declaração de sua utilidade pública, obrigando-se a cumprimento do presente estatuto.

No caso da reforma estatutária, em não comparecendo 2/3 (dois terços) dos associados, far-se-á segunda convocação 30 minutos após, que aprovará ou rejeitará, no todo ou em parte a reforma, com qualquer número de participantes.

Art. 48º - A Direção da Associação providenciará na obtenção do reconhecimento da entidade, como sendo de utilidade pública.

Art. 49º - É vedada à Associação envolver-se em assunto que não esteja de acordo com seus objetivos, em especial no tocante à batatura, religiosa e filosófica. Todavia é facultada a participação de movimentos de interesse comunitário;

Art. 50º - Os cargos ou funções de Diretoria são atribuídos aos municípios pelos seus representantes e não a pessoas que os representem;

Art. 51º - Os casos omissos serão decididos pelo Presidente e

pela Assembléia Geral, observadas as peculiaridades e guardado o bom senso.

Art. 52º - Este Estatuto entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário e providenciados os registros e publicações competentes.

Aprovado em Assembléia Geral extraordinária de
24/03/77.

Chapecô, SC.- 24/03/77

RODOLFO BEIRITH - Presidente

CPF - 031808392-91

ERNÍDIO MIGLIORINI - Secretário Administrativo

CPF - 004749089-68

ASSEMBLÉIA GERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

CONSELHO FISCAL

COORDENADORIA MICRO-REGIONAL DE PLANEJAMENTO E ASSESSORAMENTO

SECRETARIA ADMINISTRATIVA *A*

ASS. TÉCNICA DE	ASS. DE ADM. E	ASS. E; ENG.	ASSESSORIA	ZELADORIA
CONTROLE INTERNO	PLANEJAMENTO	CIVIL	JURÍDICA	

DESENHO

TOPOGRAFIA

PLANEJAMENTO URBANO

AUXILIAR DE TOPOGRAFIA

ANEXO II

Fundações Educacionais instituídas em Santa Catarina:

HISTÓRICO

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE ENSINO DO POLO GEO-EDUCACIONAL DO VALE DO ITAJAÍ. Itajaí - SC.

Por ato do Poder Público Municipal, a FEPEVI foi criada pela Lei nº 1.047, de 11 de novembro de 1970. É sucessora da Autarquia Municipal de Educação e Cultura, que por sua vez sucedeu à Sociedade Itajiense de Ensino Superior, entidades então mantenedoras. Mas o ensino superior em Itajaí veio antes, com a Lei Municipal nº 599, de 22 de outubro de 1964.

A FEPEVI atua nos seguintes municípios: Balneário Camboriu, Camboriu, Ilhota, Itajaí, Itapema, Luiz Alves, Navegantes, Penha, Piçarras e Porto Belo.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO SUL DE SANTA CATARINA - FESSC
Tubarão - SC.

A Fundação Educacional do Sul de Santa Catarina - FESSC foi fundada no dia 18 de outubro de 1967 pelo Poder Público Municipal da cidade de Tubarão, através da lei nº 443.

A FESSC atua nos seguintes municípios: Armazém, Braço do Norte, Grão Pará, Gravatal, Imaruí, Imbituba, Jaguaruna, Laguna, Orleães, Pedras Grandes, Rio Fortuna, Santa Rosa de Lima, São Ludgero, São Martinho, Treze de Maio, Tubarão.

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE CRICIÚMA – FUCRI

Em 22 de julho de 1968, através da lei nº 697, foi criada a Fundação Universitária de Criciúma - FUCRI.

A FUCRI abrange os seguintes municípios: Criciúma, Içara, Lauro Muller, Morro da Fumaça, Nova Veneza, Siderópolis e Urussanga.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE JOINVILLE – FURJ

Em 17 de julho de 1967, pela lei nº 871, foi criada a Fundação Joinvillense de Ensino - FUNDAJE, com a finalidade imediata de criar e manter unidades de ensino superior ou médio.

Com a lei 1.423 de 22 de dezembro de 1975, a Entidade passou a se denominar Fundação Educacional da Região de Joinville - FURJ, além de alterar sua forma organizacional.

A FURJ atua nos seguintes municípios: Araquari, Campo Alegre, Garuva, Joinville, Rio Negrinho, São Bento do Sul, São Francisco do Sul.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL REGIONAL JAGUARENSE – FERJ

A Faculdade de Estudos Sociais de Jaraguá do Sul, mantida pela Fundação Educacional Regional Jaguarense, que foi instituída pela Lei Municipal 439/73 e pelo Decreto nº 280/73, iniciou suas atividades didáticas no ano letivo de 1976.

A FERJ atua nos seguintes municípios: Barra Velha, Co -
rupá, Guaramirim, Jaraguá do Sul, Massaranduba e Schroeder.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DE BRUSQUE - FEBE

A Fundação Educacional de Brusque foi criada pela Lei
Municipal nº 522/73 de 15 de janeiro de 1973.

A FEBE atende os municípios de: Botuverá, Brusque, Ca-
nelinha, Guabiruba, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento,
São João Batista, Tijucas e Vidal Ramos.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DA REGIÃO DE BLUMENAU - FURB

Pela Lei Municipal nº 1557 de 24.12.68, era transforma-
da a Fundação Universidade Regional de Blumenau - FURB, hoje
Fundação Educacional da Região de Blumenau.

A FURB está integrada no contexto sócio-econômico e
cultural da microrregião do Médio Vale do Itajaí, cujos muni-
cípios componentes, inclusive Blumenau, formam a AMMVI. Os
outros são: Ascurra, Benedito Novo, Botuverá, Brusque, Gaspar,
Guabiruba, Indaial, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio, Timbó e
Vidal Ramos.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ - FEDAVI

Por inspiração da Associação da Indústria e Comércio de
Rio do Sul e vontade do povo riosulense, foi criada a Funda -

ção Educacional do Alto Vale do Itajaí - FEDAVI, pela Lei Municipal nº 613, de 07.07.1966 e autorizada pelo CEE através da lei nº 3.979 de 31.05.67.

A FEDAVI abrange os municípios de: Agrolândia, Agronômica, Atlanta, Aurora, Dona Emma, Ibirama, Imbuia, Ituporanga, Laurentino, Lontras, Petrolândia, Pouso Redondo, Pres. Getúlio, Presidente Nereu, Rio do Campo, Rio do Oeste, Rio do Sul, Salete, Taió, Trombudo Central e Witmarsum.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO PLANALTO CENTRAL CATARINENSE - FEPLAC, com sede em Curitibanos.

A Fundação Educacional do Planalto Catarinense teve sua origem através da Lei Municipal nº 1.229 de 24/06/76.

FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS REUNIDAS DO PLANALTO CATARINENSE - UNIPLAC

Lages viu nascer sua primeira escola de nível superior, quando um Decreto Federal autorizou o funcionamento da Faculdade de Ciências Econômicas e Contábeis, em 1º/03/1966.

Na região abrangida pela UNIPLAC estão os municípios de: Alfredo Wagner, Anita Garibaldi, Bom Jardim da Serra, Bom Retiro, Campo Belo do Sul, Lages, Ponte Alta, São Joaquim, São José do Cerrito e Urubici.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO NORTE CATARINENSE — FUNORTE

Originariamente denominada Fundação Universitária do Planalto Norte Catarinense — FUPLAN, foi constituída através da Lei Municipal de nº 730 de 04 de novembro de 1971. Pela Lei Municipal nº 738 de 31 de dezembro de 1971, foi alterada sua denominação para Fundação Norte Catarinense. Através da Lei Municipal nº 744 de 13 de abril de 1972, foi dada nova redação à Lei nº 730 e revogada a Lei nº 738, passando a instituição a denominar-se Fundação Educacional Universitária do Norte Catarinense.

FUNDAÇÃO DAS ESCOLAS DO PLANALTO NORTE CATARINENSE — FUNPLOC

Criada pela Lei Municipal nº 954, de 07 de dezembro de 1970, a FUNPLOC foi declarada de utilidade pública através da Lei Municipal 1.002 de 19 de abril de 1972 e pela Lei Estadual 4.900 de 09 de julho de 1973.

A FUNPLOC atua nos seguintes municípios: Canoinhas, Irineópolis, Major Vieira, Porto União e Três Barras.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ALTO URUGUAI CATARINENSE — FEAUC

A Fundação Educacional do Alto Uruguai Catarinense, foi instituída pela Lei Municipal nº 1.392, de 09 de abril de 1976, e declarada de utilidade pública pelos municípios de Itá e Ipumirim através das Leis nºs 493 de 18 de agosto de 1980 e

538 de 13 de outubro de 1980, respectivamente.

A FEAUC atua na microrregião 13 abrangendo os municípios de: Concórdia, Ipira, Ipumirim, Irani, Itá, Jaborá, Peritiba, Piratuba, Presidente Castelo Branco e Seara.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO OESTE CATARINENSE – FUOC

Através da Lei Municipal nº 545/68, de 22 de novembro de 1968, a FUOC teve sua criação determinada.

A FUOC atua na microrregião 8, abrangendo os municípios de: Água Doce, Campos Novos, Capinzal, Catanduvas, Erval Velho, Herval do Oeste, Ibicaré, Joaçaba, Lacerdópolis, Ouro, Pinheiro Preto, Tangará e Treze Tílias.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – FEARPE

A Fundação Educacional do Alto Vale do Rio do Peixe – FEARPE, foi fundada em 23.09.1971, pela Lei Municipal nº 27/71.

A FEARPE abrange os seguintes municípios: Arroio Trinta, Caçador, Curitibanos, Fraiburgo, Lebon Régis, Matos Costa, Rio das Antas, Salto Veloso, Santa Cecília e Videira.

FUNDAÇÃO EDUCACIONAL EMPRESARIAL DO ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – FEMARP, com sede em Videira.

A FEMARP foi criada em 03 de julho de 1972, através da Lei nº 33/72, da Prefeitura de Videira. Foi declarada de utilidade pública pela Lei Municipal nº 34/72 de 12 de julho de 1972 e pela Lei Estadual nº 4.910 de 11 de setembro de 1973.

FUNDAÇÃO DE ENSINO DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE – FUNDESTE

Inicialmente chamou-se Fundação Universitária do Oeste e, posteriormente, face às exigências legais, passou a denominar-se Fundação de Ensino do Desenvolvimento do Oeste, nome atual.

A FUNDESTE atua na microrregião 9 e engloba os seguintes municípios: Águas de Chapecó, Caibi, Campo Erê, Caxambu do Sul, Chapecó, Coronel Freitas, Cunha Porã, Maravilha, Modelo, Nova Erechim, Palmitos e Pinhalzinho.

ANEXO III - Modelos de desenvolvimento urbano
propostos no Plano de Desenvolvi-
mento urbano para o Estado de Santa
Catarina.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
GRUPOS RURAIS INSTITUCIONALIZADOS

Demanda	Estrutura	Oferta
<p>A renda do grupo provém:</p> <p>a) atendimento aos lavradores da vizinhança imediata;</p> <p>b) moradores que recebem proventos de aposentadoria;</p> <p>c) renda da terra por lavradores ou criadores residentes no grupo rural.</p>	<p>Plano urbano espontâneo ao longo da estrada e ao redor da igreja ou casa comercial.</p> <p>As condições de salubridade em geral são as mesmas da zona rural.</p> <p>Pequenos hospitais em alguns destes grupos</p> <p>Ausência de bens centrais.</p> <p>Prestação de serviços aos agricultores por:</p> <p>comerciantes, artifices, funcionários públicos.</p> <p>Outros moradores:</p> <p>lavradores ou criadores que possuem bens nos arredores ou arrendam pequenas glebas;</p> <p>pessoas que prestam serviços aos moradores.</p>	<p>Pequenas oficinas que se utilizam dos recursos materiais da região, principalmente madeira.</p>
<p>Agricultores da vizinhança imediata que adquirem bens e serviços no grupo rural.</p> <p>A renda do agricultor provém, geralmente da venda da produção para o mercado nacional.</p>		<p>Recursos naturais utilizados dos limitadamente</p>

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 GRUPOS RURAIS INSTITUCIONALIZADOS

Desenvolvimento

<p>O Desenvolvimento depende do aumento da população agrícola:</p> <p>a. crescimento na total ou migrações;</p> <p>b. vantagens locais do grupo que, em virtude de construção de estrada ou melhoramentos das existentes teve sua clientela aumentada pela inclusão de outros grupos em sua área de influência.</p>	<p>Melhoramentos do plano urbano no espontâneo.</p> <p>Instalações de rede d'água e construção de fossas sanitárias.</p> <p>Pequenos hospitais para primeiros cuidados.</p> <p>Aparecimento de bem central</p> <p>Aumento de profissões que prestam serviços aos agricultores.</p> <p>Pequenas indústrias para o mercado da região do próprio grupo.</p>	<p>Indústrias de aproveitamento dos recursos naturais da região</p> <p>Melhoramento técnico de agricultura.</p>
---	--	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
GRUPOS RURAIS URBANOS

	Estrutura		Oferta
	Demanda		
Atendimento aos lavradores da vizinhança imediata	Emprego básico que varia de cidade com o total de 52 até cidade com o total de 679.	Plano urbano da fase rural apelas aumentado. Ausência de planejamento. Condições de salubridade deficientes.	Indústria de madeira. Mercado Nacional.
	Os menores números de empregos básicos decorrem de ausência de indústrias no núcleo e na sua região.	Fricção espacial. Todos os elementos que compõem a fase anterior.	Clientela de operários
Atendimento à clientela proveniente de grupos rurais	Mão-de-obra básica dedicada, em maior parte, a atendimento a agricultores e moradores de grupos rurais.	Fornecimento de energia elétrica em vias de normalizar-se. Predominância de estabelecimentos industriais de menos de 5 operários. Excepcionalmente indústria média.	Clientela rural com alto poder aquisitivo Olarias Mercado Regional.
		Procura de bens e serviços em outras cidades da região, não havendo, em geral, outra espécie de interrelacionamento com outros núcleos urbanos.	Suínocultura Recursos Minerais Argilas

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 CENTRO RURAIS URBANOS

Desenvolvimento

	<p>Atividades industriais para o mercado regional.</p> <p>Indústrias médias baseadas em recursos naturais para exportação aos mercados nacional e regional.</p> <p style="text-align: center;">Agroindústria</p>	
<p>Constituição de novos grupos rurais na região em virtude do aumento da população rural.</p>	<p>Aumento do emprego básico que irá em 1980 de cidade com o total de 173 a cidade de com o total de 2.766.</p> <p>Vantagens locacionais em relação a construção ou melhoramento de estradas, de que resultam o aumento da sua zona de influência</p> <p style="text-align: right;">Aumento da população rural.</p>	<p>Modernização da agricultura, atrações de novas técnicas nas lavouras ou de associação com a pecuária</p>

ESTADO DE SANTA CATARINA
MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
PEQUENAS CIDADES

Demanda	Estrutura	Oferta	Recursos
Emprego básico que varia de cidade com o total de 351 a cidade com o total de 2104.	Plano urbano oriundo da fase rural com <u>acréscimos</u> decorrentes de novas indústrias e novos serviços. Ausência de planejamento urbanístico. Condições de salubridade deficientes. Fricção espacial.	Indústria de madeira	Recursos Florestais
	Permanece todos os elementos que compõem a fase anterior	Indústria alimentar	Agricultur
	Fornecimento de energia elétrica em vias de normalizar-se. Atividades industriais em estabelecimentos de todas as dimensões, mas predominância de empresas de 5 a menos de 100 operários. As pequenas indústrias trabalham para o mercado da região da própria cidade. As grandes e médias indústrias trabalham para o mercado nacional. Funções centrais limitadas.		
	Procura de bens e serviços em cidades maiores, não havendo, em geral, outra espécie de interrelacionamento com outros núcleos urbanos.	Espírito empresarial	Recursos Minerais (Argilas)
		Indústria cerâmicas.	

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 PEQUENAS CIDADES

Desenvolvimento		Aproveitamento dos recursos naturais. Expansão da agro-indústria. Investimentos Diversificação industrial.
Crescimento da mão-de-obra básica nas funções centrais e, paralelamente, nas atividades industriais.	<p>dos padrões físico-territoriais.</p> <p>Elevação de nível das instituições educativas. da organização social.</p>	
	<p>Aumento do emprego básico que irá, em 1980 de cidade com o total de 351, a cidade com o total de 4.824.</p>	
	<p>Atividades crescentes de lugar central.</p> <p>Empresas, indústrias médias e grandes orientadas para a matéria prima, e voltadas para o mercado regional e nacional.</p> <p>Redução as fricções espaciais.</p>	

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 CIDADES MÉDIAS

Estrutura

<p>Empregos básicos que variam de cidade com o total de 1.489 a cidade com o total de 6.240.</p>	<p>Plano urbano oriundo da fase rural, com elementos desordenados que se instalaram nas fases posteriores.</p> <p>Serviços de âmbito regional.</p> <p>Ausência de planificação urbanística.</p> <p>Condições de salubridade deficientes.</p> <p>Fricção espacial.</p>	<p>Indústria madeireira</p>	<p>Recursos Florestais</p>
<p>Equilíbrio entre a mão-de-obra empregada nas funções centrais e nas atividades industriais.</p>	<p>Permanência de todos os elementos que compõem a fase anterior.</p>	<p>Transportes</p>	
<p>Atendimento da demanda de bens e serviços provenientes da população rural.</p>	<p>Energia elétrica em vias de normalizar-se.</p> <p>Atividades industriais em estabelecimentos de todas as dimensões, mas predominância de pequenas empresas (5 a menos de 100 operários).</p> <p>Os pequenos estabelecimentos (menos os de 5 operários) trabalham para o mercado da região da própria cidade.</p> <p>As grandes e médias indústrias voltam-se para o mercado nacional.</p> <p>Procura de bens e serviços em cidades maiores, não havendo, em geral outra espécie de inter-relacionamento entre as cidades.</p>	<p>Carvão</p>	<p>Recursos minerais</p>

ESTADO DE SANTA CATARINA
MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
CIDADES MÉDIAS

Desenvolvimento	
<p>Crescimento da mão de obra nas funções centrais e, paralelamente, nas atividades industriais.</p>	<p>Aproveitamento de recursos naturais</p> <p>Atração de recursos produtivos de fora</p> <p>Importância crescente de indústrias modernas.</p> <p>Aceitação de inovações tecnológicas</p> <p>Investimentos</p>
<p>dos padrões físico-territoriais</p> <p>Elevação de nível das instituições educativas chegando a escolas de ensino superior.</p> <p>Planejamento urbano.</p> <p>Aumento da população através de migrações diretas para a cidade.</p> <p>Aumento do emprego básico, que irá, em 1980, de cidade com o total de 1.581 a cidade com o total de 14.987</p> <p>Reforço das atividades de lugar central.</p> <p>Empresas industriais que trabalhem para os mercados nacional e regional.</p> <p>Polarização</p> <p>Redução das fricções espaciais.</p>	

ESTADO DE SANTA CATARINA
 MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
 GRANDES CIDADES

Desenvolvimento

<p>Crescimento da mão-de-obra básica nas funções centrais e nas atividades industriais</p> <p>Interesse da comunidade no desenvolvimento</p> <p>Instituições culturais</p> <p>Organizações de lazer</p>	<p>Modernização dos padrões físico-territoriais. Planejamento urbano que tenha em vista o desenvolvimento da cidade a longo prazo. Aumento da população. Superação das fricções espaciais.</p> <p>Aumento do emprego básico que irá, em 1980, de cidade com o total de 20.927 a cidade com o total de 31.420.</p> <p>Modernização constante do parque industrial. Energia elétrica para o desenvolvimento industrial. Interrelacionamento entre as grandes cidades, e entre estas e as demais da rede urbana, Desenvolvimento do setor terciário.</p>	<p>Produção industrial para mercados regional e nacional</p> <p>Atração de recursos produtivos de fora.</p> <p>Aumento de investimentos.</p> <p>Inovações tecnológicas. Diversificação industrial.</p>
--	--	---

ESTADO DE SANTA CATARINA
MODELO DE DESENVOLVIMENTO URBANO
GRANDES CIDADES

Estrutura

<p>Mão-de-obra básica que varia de 9805 a 17.402 pessoas.</p>	<p>Plano urbano oriundo da fase rural com acréscimos desordenados das demais fases sucessivas. Interesse por planificação urbanística. Condições de salubridade deficientes. Preparação da mão-de-obra. Universidades. Fricção espacial.</p>	<p>Produção industrial para atender ao mercado nacional.</p>
<p>Mão-de-obra dedicada à indústria de transformação (centros industriais) ou às funções centrais (centros de serviços).</p>	<p>Permanência de todos os elementos que compõem a fase anterior.</p> <p>Economia de escala. Permanência de todas as dimensões de estabelecimentos industriais. Energia elétrica de aglomeração. Centro de atração de migrações internas. Procura de bens e serviços nas grandes cidades nacionais. Ausência de interrelacionamento com as demais cidades da rede além do exigido pela natureza do lugar central.</p>	<p>Atração de recursos produtivos de fora.</p> <p>Aceitação de inovações tecnológicas Investimento nas indústrias existentes e em novos empreendimentos industriais</p>

DECRETO Nº SDE - 28-09-71/Nº 844

Dispõe sobre as normas para a regionalização das atividades da administração estadual, o planejamento e o desenvolvimento Micro-Regional e dá outras providências.

O Governador do Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições,

CONSIDERANDO:

1º - que é indispensável ao maior rendimento das atividades governamentais, que se promova em nível territorial inferior ao estadual a racionalização das relações entre os órgãos dos diferentes setores da Administração Pública;

2º - a importância de que todos os órgãos governamentais, em seus diferentes níveis administrativos e nos diversos setores de atividades, adotem divisões geográficas para fins de planejamento favorecendo assim um tratamento mais coerente do conjunto sócio-econômico de cada comunidade;

3º - a inadiável conveniência de levar a Administração Estadual a adotar critérios de localização para suas instalações e atividades que lhes proporcionem maior rendimento, eficiência e adequação às realidades regionais e evitem a excessiva centralização administrativa;

4º - a necessidade de serem organizados o **território** do Estado e os seus equipamentos de infra-estrutura segundo uma visão de conjunto, de forma a atender peculiares exigências do desenvolvimento de cada uma das regiões sócio-econômicas do Estado, notadamente no que respeita à urbanização e à industrialização.

5º - O interesse em facilitar o diálogo e a colaboração entre Estado e Municípios através da instituição de Unidades Territoriais que reunam vários municípios interdependentes social e economicamente, de modo a que novas formas associativas sejam encontradas, visando ao desenvolvimento local.